



Ministério do Trabalho e Emprego

**Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de
Segurança e Medicina do Trabalho**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

São Paulo-SP, março 2013

**FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT DE FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO
TRABALHO - FUNDACENTRO**

Relatório de Gestão do Exercício de 2012

O Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa/TCU nº 063/2010, de 01 de setembro de 2010, da Decisão Normativa – TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, e da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de maio de 2012.

Responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão
Diretoria Executiva
Diretoria de Administração e Finanças

SUMÁRIO

ROL DE RESPONSÁVEIS.....	013
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	029
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	029
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	029
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	030
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	038
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	053
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	063
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	065
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	078
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	078
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	078
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	079
2.4 INDICADORES	079
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	080
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	080
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	081
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	082
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	082
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	082
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	082
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	082
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	083
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	083
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	084
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	084
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	084
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	084
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	084
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	084
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	087
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	087
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	092
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	092
4.2.2 Programação de Despesas.....	093
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	093
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	094
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	095
4.2.2.4 Análise Crítica.....	095
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	096
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	097
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	097
4.2.4.1.1Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	097
4.2.4.1.2Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	098
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	099
4.2.4.2.1Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	099
4.2.4.2.2Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	100
4.2.4.2.3Análise crítica	100
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	101
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	101
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	101
5.1.2 Análise Crítica	101

5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	101
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	101
5.2.2	Análise Crítica	101
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	102
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	102
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios ..	
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	102
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	102
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	102
5.3.6	Análise Crítica	102
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	102
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	103
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	103
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	103
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	103
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	104
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	104
5.4.1.6	Análise Crítica.....	104
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	105
5.5.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	105
5.5.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	105
5.5.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	105
5.5.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica	105
5.5.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	105
5.5.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	105
5.5.7	Comunicações à RFB.....	105
5.5.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	105
5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	105
5.5.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB	105
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	105
5.6.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta.....	105
5.6.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta	105
5.6.3	Análise Crítica	105
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	106
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	106
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	106
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	106
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	107
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	107
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	108
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	109
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	110
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de aposentadoria.....	110
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	110
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	110
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	110
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	110
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	111
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	111
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	112
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	113
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	114
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	114
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	115
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	116
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	117

6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	121
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	128
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	129
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	129
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	134
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	134
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	135
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	136
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	139
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	139
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	140
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	141
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	141
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	143
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	144
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	144
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	144
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	150
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	155
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	189
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	196
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	203
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	203
1.1.1.1	Análise Crítica.....	203
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	204
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	204
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	205
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	205
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	205
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	206
11.2.1	Declaração Plena.....	206
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	207
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	207
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 ...	207
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	207
11.5.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida	207
11.5.2	Composição Acionária da UJ como Investidora	207
11.6	PARECER DA AUDITORIA.....	208
11.7	PARECER DO CONSELHO CURADOR.....	210
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	211
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	211

Lista de Abreviações e Siglas

AI	- Auditoria Interna
ACT	- Autoridade para as Condições do Trabalho
C&T	- Ciência e Tecnologia
CEES	- Centro Estadual do Espírito Santo
CEPA	- Centro Estadual do Pará
CEPR	- Centro Estadual do Paraná
CERJ	- Centro Estadual do Rio de Janeiro
CERS	- Centro Estadual do Rio Grande do Sul
CESC	- Centro Estadual de Santa Catarina
CGU	- Controladoria-Geral da União
CNAE	- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	- Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COF	- Coordenação de Orçamento e Finanças
CRBA	- Centro Regional da Bahia
CRC	- Conselho Regional de Contabilidade
CRDF	- Centro Regional do Distrito Federal
CRMG	- Centro Regional de Minas Gerais
CRPE	- Centro Regional de Pernambuco
CST	- Coordenação de Saúde no Trabalho
CTN	- Centro Técnico Nacional
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
CPGF	- Cartão de Crédito Cooperativo
CPG	- Comitê de Pós-Graduação

CTSST	- Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
CNPBZ	- Comissão Nacional Permanente de Benzeno
CONNACOVEST	- Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados
DAF	- Diretoria de Administração e Finanças
DBR	- Disco Biológico Rotativo
DEx	- Diretoria Executiva
DN	- Decisão Normativa
DORT	- Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DOU	- Diário Oficial da União
DPSSO	- Diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
DSST	- Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
DTe	- Diretoria Técnica
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estado para Estudos Socioeconômicos
EPI	- Equipamentos de Proteção Individual
ERBS	- Escritório de Representação da Baixada Santista
ERCA	- Escritório de Representação de Campinas
ERMS	- Escritório de Representação do Mato Grosso do Sul
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
GDACT	- Gratificação de Desempenho de Atividade em C&T
GHS	- Sistema Globalmente Harmonizado e Rotulagem de Produtos Químicos
IN MARE	- Instrução Normativa – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia
IBUTG	- Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo

INMET	- Instituto Nacional de Meteorologia
INST	- Instituto Nacional de Saúde do Trabalho
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISBN	- International Standard Book Number
ISO	- Organização Internacional para Padronização
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
LER	- Lesão por Esforço Repetitivo
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MPOG	- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MPS	- Ministério Público da Saúde
MS	- Ministério da Saúde
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
NBC	- Norma Brasileira de Contabilidade
NIPGE	- Núcleo de Informações, Inovações, Planejamento e Gestão Estratégica
OCI	- Órgão de Controle Interno
OTI	- Organização Internacional do Trabalho
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	- Processo Administrativo Disciplinar
PCDP	- Procedimento de Concessão de Diárias e Passagens
PDTI	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PF	- Polícia Federal
PNSST	- Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PPA	- Plano Plurianual

PRES	- Presidência
PSI	- Política de Segurança da Informação
PTRES	- Programa de Trabalho Resumido
PODCAST	- Nome do arquivo de áudio digital
PLANSAT	- Plano Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador
RA	- Relatório de Auditoria
RBSO	- Revista Brasileira de Saúde Ocupacional
RP	- Relações Públicas
SDB	- Serviço de Documentação e Biblioteca
SECEX	- Secretaria Executiva
SEFIP	- Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SES	- Serviço de Equipamentos de Segurança
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	- Sistema de Cadastro de Fornecedores
SICONV	- Sistema de Gestão de Convênios
SIN	- Serviço de Informática
SINDSEF/SP	- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
SIORG	- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIT	- Secretaria de Inspeção do Trabalho
SGPA	- Sistema de Gestão e Projetos de Atividades
SIOP	- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIDOR	- Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SciELOS	- Scientific Eletronic Library Online
SIPEC	- Sistema de Pessoa Civil da Administração Federal
SOMAD	- Sistema de Organização e Modernização Administrativa
SISP	- Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SISG	- Sistema de Serviços Gerais
SINAR	- Sistema de Documentação e Arquivos
SME	- Secretaria Municipal de Educação
SIORG	- Sistema de Informações Organizacionais do Governo
SPIUNET	- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRH	- Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos
SRI	- Serviços de Recursos Instrucionais
SST	- Saúde e Segurança no Trabalho
SISAC	- Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SPPS	- Social Psychological and Personality Science
SRT	- Secretaria de Relações do Trabalho
SPU	- Secretaria de Patrimônio da União
STRICTO SENSUS	- Em sentido estrito
SEADE	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
TCE	- Tribunal de Contas Especial
TCI	-Tecnologia em Comunicação Institucional
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
UA	- Unidade Administrativa
UD (s)	- Unidade Descentralizadas

UG	- Unidade Gestora
UGT	- União Geral dos Trabalhadores
UJ	- Unidade Jurisdicionada
UO	- Unidade Orçamentária

Ministro do Trabalho e Emprego
Carlos Daudt Brizola

FUNDACENTRO

Presidente
Eduardo de Azeredo Costa

Diretor Executivo Substituto
Rogério Galvão da Silva

Diretor Técnico
Domingos Lino

Diretora de Administração e Finanças Substituta
Solange Silva Nascimento

Rol de Responsáveis

264001 - SEDE				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Dirigente Maximo UA (UJ) Consolidada ou Agregada	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	14/01/2012 A 10/06/2012 26/06/2012 A 31/12/2012
Dirigente Maximo UA (UJ) Consolidada ou Agregada - Substituto	171.416.168-45	Maria Cristina de Barros	Substituta Eventual PRES.	02/01/2012 A 13/01/2012 11/06/2012 A 25/06/2012
Dirigente Maximo UA (UJ) Consolidada ou Agregada - Substituto	369.075.457-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Assessor da Presidência	01/01/2012 A 17/07/2012
Ordenador de Despesa	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesas - Substituto	171.416.168-45	Maria Cristina de Barros	Substituta Eventual PRES.	21/06/2012 A 31/12/2012
Diretor Executivo - Delegação de Competência - Substituto	040.241.658-95	Rogério Galvão da Silva	Substituto Eventual Diretoria Executiva	10/05/2012 A 31/12/2012
Diretor Executivo - Delegação de Competência - Substituto	040.486.873-87	Jofilo Moreira Lima Junior	Diretor Técnico	01/01/2012 A 27/06/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	110.897.578-08	Solange Silva Nascimento	Substituta Eventual Diretoria de Administração e Finanças	01/01/2012 A 21/10/2012 01/11/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	040.241.658-95	Rogério Galvão da Silva	Substituto Eventual Diretoria Executiva	22/10/2012 a 31/10/2012
Dirigente Maximo da UJ que Apresenta as Contas	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2012 A 31/12/2012
Dirigente Maximo da UJ que Apresenta as Contas - Substituto	369.075.457-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Assessor da Presidência	01/01/2012 A 17/07/2012
Dirigente Maximo da UJ que Apresenta as Contas - Substituto	171.416.168-45	Maria Cristina de Barros	Substituta Eventual PRES.	21/06/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária	217.148.128-55	Julio César Lopardo Alves	Chefe do Serviço de Planejamento e Orçamento	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento e Finanças	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	380.360.704-30	Maria José da Silva Maciel	Chefe do Serviço de Tesouraria	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	104.116.518-89	Valdir Rodrigues Soares	Assistente de Tesouraria	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque	895.589.528-34	Valdeci Inocêncio de Moraes	Chefe do Serviço de Suprimentos	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque - Substituto	052.511.618-40	Edson Rodrigues dos Santos	Coordenador de Administração	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe do Serviço de Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituta	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento e Finanças	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe do Serviço de Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela Conformidade Contábil - Substituta	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento e Finanças	01/01/2012 A 28/12/2012

Responsável Pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DTE)	040.486.873-87	Jofilo Moreira Lima Junior	Diretor Técnico	01/01/2012 A 27/06/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DTE)	880.051.438-34	Domingos Lino	Diretor Técnico	25/07/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DTE) - Suplente	079.221.218-57	José Damásio de Aquino	Assistente da Diretoria Técnica	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DEx)	540.174.169-34	Dalva Maria de Luca Dias	Diretor Executivo	01/01/2012 A 07/02/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DEx)	040.241.658-95	Rogério Galvão da Silva	Diretor Executivo - Substituto	30/04/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DEx) - Suplente	369.075.457-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Assessor da Presidência	01/01/2012 A 17/07/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DAF) - Suplente	110.897.578-08	Solange Silva Nascimento	Diretora de Administração e Finanças - Substituta	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (PRES)	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (PRES) - Suplente	030.332.518-62	Antonio Ricardo Daltrini	Tecnologista Sênior III (Fundacentro)	01/01/2012 A 21/06/2012
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (PRES) - Suplente	171.416.168-45	Maria Cristina de Barros	Substituta Eventual PRES.	21/06/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	335.156.318-36	Carlos Antonio Sasse	Secretário Executivo - M T E	01/01/2012 A 14/09/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	301.571.291-87	Marcelo Aguiar dos Santos Sá	Secretário Executivo - M T E	14/09/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Substituto	145.631.699-00	Nilton Fraiberg Machado	Secretario Executivo Adjunto do M T E	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Substituto	954.852.440-68	Fabiano Kempfer	Secretario Executivo Adjunto do M T E	04/12/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	031.886.796-61	Rinaldo Marinho Costa e Lima	Diretor do Dep. de Segurança e Saúde no Trabalho (MTE)	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Suplente	050.104.698-47	Noé Dias Azevedo	Auditor Fiscal do Trabalho (MTE)	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante do MS	024.245.607-30	Carlos Augusto Vaz de Souza	Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador (MS)	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante do MS - Suplente	094.463.549-00	Roque Manoel Perusso Veiga	Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador (MS)	07/11/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante do MPAS	390.097.008-44	Cid Roberto Bertozzo Pimentel	Diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO-SPPS-MPS)	13/03/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante do MPAS - Suplente	345.481.061-20	Luiz Eduardo Alcantara de Melo	Coordenador-Geral de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional (MPS)	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E (DSST)	031.886.796-61	Rinaldo Marinho Costa e Lima	Diretor do Dep. de Seg. e Saúde no Trabalho (MTE)	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	368.762.831-00	Carlos Raul Pinto Gonzales	Ministério do Trabalho e Emprego	20/07/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Suplente	602.406.601-53	Lady Ana Campos	Ministério do Trabalho e Emprego	20/07/2012 A 31/12/2012

Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	472.455.903-97	Manuel Messias Nascimento Melo	Secretário de Relações do Trabalho M T E	20/09/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	677.434.988-91	Paulo Gustavo de Araujo Paiva	Coordenador Geral das Relações do Trabalho - SRT	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	345.319.475-68	Lozevaldo Monteiro Cruz	Assistente Técnico - Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	989.394.168-72	Irene Ferreira de Souza Duarte Saad	Representante CNI	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Suplente	249.417.348-58	Clóvis Veloso de Queiroz Neto	Representante CNI	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	010.998.408-05	Nicolino Eugênio da Silva Júnior	Representante da CNIF	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Suplente	082.484.508-31	Rubens Alves	Representante da CNIF	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	377.719.498-00	José Carlos Canesin	Representante da CNC	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Suplente	858.989.291-34	Tatiana Villa Carneiro	Representante da CNC	01/01/2012 A 20/09/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Suplente	787.433.891-04	Cristiano Barreto Zaranza	Representante da CNA	20/09/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	002.277.908-63	Benedito Dário Ferraz	Representante da CNT	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores- Suplente	082.792.638-37	Narciso Figueirôa Júnior	Representante da CNT	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores	001.841.668-37	Itamar José Rodrigues Sanches	Representante da CUT	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores - Suplente	108.706.248-90	Luiz Carlos Jose de Queiroz	Representante da CUT	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores	160.571.528-08	Rogério de Jesus Santos	Representante da Força Sindical	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores	108.452.228-48	Marcelo Alexandre Cândia dos Santos	Representante da Nova Central Sindical	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores - Suplente	716.771.008-34	Emílio Alves Ferreira Junior	Representante da Nova Central Sindical	01/01/2012 A 31/12/2012
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores	013.344.808-85	Cleonice Caetano Souza	Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT)	01/01/2012 A 31/12/2012

264002 – ERMS				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	065.510.251-53	Marcelo Nágli Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2012 A 17/01/2012 28/01/2012 A 17/06/2012 08/07/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	18/01/2012 A 27/01/2012 18/06/2012 A 07/07/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	065.510.251-53	Marcelo Nágli Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	106.436.991-04	Carlos Roberto da Silva Gonçalves	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 21/09/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeiro - Substituto	217.148.128-55	Julio César Lopardo Alves	Gestor Financeiro-substituto	01/01/2012 A 04/10/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	217.148.128-56	Julio César Lopardo Alves	Gestor Financeiro	04/10/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeiro - Substituto	104.116.518-89	Valdir Rodrigues Soares	Gestor Financeiro-substituto	04/10/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	065.510.251-53	Marcelo Nágli Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	01/01/2012 A 31/12/2012

264003 – ERCA				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	015.965.588-90	Alvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/02/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	025.031.498-39	Paulo Henrique Pinto	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	02/01/2012 A 31/01/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	015.965.588-90	Alvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	025.031.498-39	Paulo Henrique Pinto	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	024.965.448-20	Luiz Roberto Monteiro	Gestor Financeiro-Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	015.965.588-90	Alvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264005 – CRMG				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais -Substituto	01/01/2012 A 04/12/2012 15/12/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	180.437.202-15	Eduardo Diniz Fonseca	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais -Substituto	05/12/2012 A 14/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão-Substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	576.683.456-04	Erika Machado Melo Alves	Gestora Financeira	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	010.515.168-89	Ricardo Lúcio Braga	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis-substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais - Substituto	28/03/2012 A 31/12/2012

264006 – CRDF				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2012 A 09/09/2012 20/09/2012 A 18/11/2012 29/11/2012 A 09/12/2012 20/12/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	10/09/2012 A 19/09/2012 19/11/2012 A 28/11/2012 10/12/2012 A 19/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	290.754.591-49	Marcos Fraga	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	512.472.401-34	Valdineusa Basilio dos Santos	Gestora Financeira - Substituta	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264007 – CRPE				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2012 A 16/01/2012 01/02/2012 A 05/08/2012 21/08/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	129.234.784-87	Luiz Antônio de Melo	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	17/01/2012 A 31/01/2012 06/08/2012 A 20/08/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	508.947.064-20	Alexandre Cabral Tinetti dos Santos	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	022.041.264-20	Nivaldo Bonifácio da Silva	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	175.101.044-91	Roberto Cunha Dantas	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	508.947.064-20	Alexandre Cabral Tinetti dos Santos	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264008 – CRBA				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	132.365.395.34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2012 A 29/02/2012 01/04/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/03/2012 a 30/03/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	132.365.395.34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	120.597-905-06	João Luiz Martins	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	738.032.008-49	Marina Maria Rodrigues Guedes	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	132.365.395.34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264009 – CEES				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituta	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espirito Santo - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	027.524.617-55	Emerson José Almeida da Fonseca	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espirito Santo - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade.	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espirito Santo - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264010 – CEPR				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	02/02/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituta	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Chefe do Centro Estadual do Paraná - Substituto	02/01/2012 A 31/01/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Chefe do Centro Estadual do Paraná - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	016.700.448-40	Maria Helena Fatobene Pedrini	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	194.347.825-20	Maria do Monte Costa de Almeida Corrêa	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade.	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264011 – CESC				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2012 A 04/03/2012 04/04/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	05/03/2012 A 03/04/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	125.666.528-21	Rodney Gonçalves Cordeiro	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/10/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	125.666.528-21	Rodney Gonçalves Cordeiro	Gestor Financeiro	31/10/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	086.809.108-13	Diogo Tadeu Rubio	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 03/08/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	060.055.879-78	Tamilly Veríssimo	Gestor Financeiro	01/11/2012 A 16/11/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	254.708.478-37	Leonice Lima Silva	Gestor Financeiro - Substituto	03/08/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade.	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264012 – CERJ				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	521.920.837-34	Vitor Paulo Assunção	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro	01/01/2012 A 29/06/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	254.045.717-72	Antonio Lincoln Colucci	Substituto Eventual da Chefia do Rio de Janeiro	30/06/2012 A 17/07/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - substituto	036.907.545-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Substituto Eventual da Chefia do Rio de Janeiro	18/07/2012 A 21/11/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	036.907.545-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro	22/11/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	076.310.237-78	Alisson Cardoso Santos	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	359.385.607-72	Augusto Antonio Barroso Madruga	Gestor Financeiro Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável Eventual pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	521.920.837-34	Vitor Paulo Assunção	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro	01/01/2012 A 29/06/2012
Responsável Eventual pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis- substituto	369.075.457-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Substituto Eventual da Chefia do CERJ	31/07/2012 A 21/11/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	369.075.457-72	Jorge Luiz Ramos Teixeira	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro	22/11/20012 A 31/12/2012

264013 – CERS				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	239.008.060-04	Maria Muccillo	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul	01/01/2012 A 02/02/2012 18/02/2012 A 21/10/2012 06/11/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul - Substituto	03/02/2012 A 17/02/2012 22/10/2012 A 05/11/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	210.741.940-04	Maria Muccillo	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	496.412.980-20	Eliseu Batista Filho	Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	289.699.520-04	Maria Alice Cossio da Silva	Responsável pelos Atos de Gestão Financeira Substituta	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	239.008.060-04	Maria Muccillo	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

264014 – CEPA				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimaraes	Chefe do Centro Estadual do Pará.	01/01/2012 A 22/02/2012 09/03/2012 A 08/07/2012 24/07/2012 A 31/12/2012
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Chefe do Centro Estadual do Pará Substituto.	23/02/2012 A 08/03/2012 09/07/2012 A 23/07/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimaraes	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Gestor Financeiro	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	318.855.602-06	Doracy Moraes de Souza	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2012 A 27/12/2012
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	215.809.648-93	Luis Fernando Salles Moraes	Chefe do Serviço de Contabilidade - substituto	28/12/2012 A 31/12/2012
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimaraes	Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	01/01/2012 A 31/12/2012
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	01/01/2012 A 31/12/2012

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE			Código SIORG: 221
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho			
Denominação abreviada: Fundacentro			
Código SIORG: 221	Código LOA: 38201		Código SIAFI: 264001
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação de natureza jurídica de direito Público da administração indireta			
Principal Atividade: Fundação Federal			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(011) 3066.6000	(011) 3066.6122	(011) 3066.6204
E-mail: presidencia@fundacentro.gov.br			
Página na Internet: http://www.fundacentro.gov.br			
Endereço Postal: Rua: Capote Valente, nº 710, Pinheiros, CEP 054009-002, São Paulo/SP			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada nos termos da Lei nº 5.161 de 21 de outubro de 1966, publicada no DOU de 25.10.1966 e retificada em 31.10.1966.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura Organizacional descrita no Capítulo II do Estatuto, consolidado nos termos do Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, publicado no DOU de 03/04/2003. Consta em seu artigo 4º a decorrente elaboração do Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
264002	Escritório de Representação no Mato Grosso do Sul		
264003	Escritório de Representação em Campinas		
264004	Escritório de Representação da Baixada Santista (Desativado)		
264005	Centro Regional de Minas Gerais		
264006	Centro Regional de Brasília		
264007	Centro Regional de Pernambuco		
264008	Centro Regional da Bahia		
264009	Centro Estadual do Espírito Santo		
264010	Centro Estadual do Paraná		
264011	Centro Estadual de Santa Catarina		
264012	Centro Estadual do Rio de Janeiro		
264013	Centro Estadual do Rio Grande do Sul		
264014	Centro Estadual do Pará		

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, instituída na forma da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de São Paulo, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, está regida por seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003.

A FUNDACENTRO goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme dispõe o § 2º do art. 207 da Constituição.

A FUNDACENTRO é uma Fundação de natureza jurídica de Direito Público.

A FUNDACENTRO tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e, especialmente:

I - pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças no trabalho;

II - realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;

III - desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;

IV - promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;

V - prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como a orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, tendo em vista o estabelecimento e a implantação de medidas preventivas e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

VI - promover estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador; e

VII - exercer outras atividades técnicas e administrativas que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único: A FUNDACENTRO poderá, para o atendimento de sua finalidade, celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com os governos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, universidades e estabelecimentos de ensino, bem assim com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para o fim de obter ou prestar colaboração e assistência em atividades destinadas à promoção e ao desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de sua competência, observado a legislação pertinente.

II - Objetivos Estratégicos:

Para o desenvolvimento econômico e social equilibrado visando à redução da miséria no País, como proposto pelo Plano de Governo da Presidente da República Dilma Rousseff, é fundamental que as atividades de promoção da SST sejam priorizadas no Brasil. De fato, no nosso cenário, os agravos à saúde do trabalhador, além do sofrimento que determinam, implicam em elevado custo financeiro: estima-se que somente os dispêndios com benefícios, atenção à saúde e aposentadorias por incapacitação totalizem mais de 55 bilhões de reais anuais.

A incorporação de 14 milhões de trabalhadores ao setor produtivo na última década, a aceleração do vetor de desenvolvimento nas regiões centro-oeste e nordeste, o patrimônio representado pela Amazônia, além dos substanciais recursos alocados no PAC e para os grandes eventos nacionais programados para os próximos anos precisariam encontrar uma entidade como a FUNDACENTRO preparada para esse novo ciclo de desenvolvimento do País. Adicione-se a isso a chamada governamental na última década à inovação tecnológica e gerencial, desafiando o conhecimento existente, em particular na área de SST.

Esses grandes marcos norteadores têm conduzido a atuação da FUNDACENTRO ao longo desse novo período de governo. A Instituição possui um conjunto de ações precisamente definidas que norteiam sua atuação para cumprimento de sua missão institucional. E, especificamente, 4 grandes desafios pautam o presente e pautarão o futuro próximo em SST, e consequentemente a atuação da FUNDACENTRO: i) acompanhar o PAC; ii) estudar as novas tecnologias produtivas; iii) voltar-se para a microeconomia e economia informal; e iv) produzir uma linha coerente capaz de harmonizar as diversas normas e atividades reguladoras para a SST.

Visando atrair o apoio de outros órgãos públicos e de setores da sociedade civil afetas ao tema da Saúde e Segurança no Trabalho - SST, a Fundacentro realizou o Seminário “Pesquisa e Inovação para Melhores Condições de Trabalho e Emprego”, em Brasília, nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2012, em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea. O evento ocorreu durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O debate trouxe à cena três vetores principais que integram os esforços da reorientação institucional, sendo o primeiro a ampliação do entendimento sobre os determinantes das condições de trabalho e emprego, o segundo a inovação em benefício da saúde e segurança dos trabalhadores, e o terceiro a integração dos esforços na agenda do trabalho decente. Foram montadas três mesas de debates, tendo como temas: “Trabalho e Industrialização no Brasil”, “Inovação tecnológica no trabalho” e “Observatório sobre o Mundo do Trabalho”, que reuniram debatedores do MTE, MPS, CAPES, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, Fundação Oswaldo Cruz, DIEESE, IPEA, Instituto Nacional de Meteorologia, UNICAMP, Universidade Federal Fluminense e da própria Fundacentro.

A instituição teve um estande no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, entre os dias 16 e 21 do mesmo mês, que além da distribuição de livros e apresentações de painéis e equipamentos de avaliação ambiental, foram expostas soluções para a SST: a) a linha de design industrial de móveis para costureiras a ser utilizada na indústria do vestuário e couro, em parceria com o Conaccovest (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados); b) um software de monitoramento de sobrecarga térmica para trabalhadores que laboram a céu aberto, que estima o IBUTG, índice utilizado para medir a exposição ao calor; c) um alarme individual de sobrecarga térmica, que alerta o trabalhador quando o sistema termorregulador do corpo manifesta os primeiros sinais de estresse térmico.

Buscando novas formas de disseminação de informações, foram disponibilizados 12 programas na forma de *podcast* e 38 na forma de *vídeo cast* no Portal da Fundacentro. Nesse esforço de divulgação de estudos e pesquisas sobre SST, o periódico científico Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) foi disponibilizado na biblioteca eletrônica SCIELO (Scientific Electronic Library Online), ampliando ainda mais a base de possíveis leitores. É importante frisar que os números mais recentes do periódico podem ser acessados livremente na rede mundial de computadores. No ano foram emitidos ainda 607 relatórios técnicos para os mais variados solicitantes: órgãos de fiscalização, fabricantes e usuários de equipamentos de proteção individual e o poder judiciário.

Em 2012, a FUNDACENTRO deu continuidade ao curso de mestrado *stricto sensu* voltado à segurança e saúde no trabalho, iniciando mais uma turma com abertura de cinco vagas para alunos da América Latina e países de língua portuguesa. Essa é mais uma ação de ponta voltada à difusão de conhecimentos que possibilitem a melhoria das condições dos ambientes de trabalho, ao mesmo tempo em que aumenta a visibilidade internacional da Instituição.

No PPA 2012 – 2015, a Fundacentro participa do Eixo: Desenvolvimento Social e Erradicação da Miséria, Macrodesafio: Dar seguimento ao projeto nacional de desenvolvimento, programa 2071: Trabalho, Emprego e Renda, Objetivo 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Dentro do citado Objetivo a Fundacentro é responsável pelas Metas: i) aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em SST; ii) construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho; iii) criar rede de centros de pesquisa em SST; iv) criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho; v) elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de SST em cada região geográfica do país; e vi) implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

A primeira meta teve por motivação o compromisso de incremento no número das pesquisas em SST, com o cuidado de estabelecer uma visão regional sobre o assunto, quando couber (ou seja, existirão frentes que terão caráter nacional e outras que abordarão espaços subnacionais). Em 2012 a meta foi atingida e até superada, permanecendo, no entanto, o desafio da regionalização.

A construção do perfil, por sua vez, consiste em uma frente já posta pela Fundacentro, lembrando que há um sub-site ativo no portal de nossa instituição dedicado ao tema desde 2011. O trabalho em 2012 consistiu principalmente de revisão documental sobre o tema e de articulação com parceiros, bem como atualização da página da web. A expectativa para o próximo período é a de aumentar interlocução com os apoiadores do projeto, realizar reuniões e teleconferências com interlocutores-chave da bancada de governo e realizar um seminário em 2013 com os todos os principais parceiros.

A meta relativa à rede de pesquisas tem sua justificativa na intenção de aproximar aqueles centros e pesquisadores que investigam a realidade da SST, aproveitando a sinergia para que o todo seja mais do que a soma das partes. Conquanto existam exemplos em operação criados por universidades e por outros atores da sociedade civil, partiu-se da premissa que a Fundacentro, inserida que está no aparelho de Estado, e contando com o reconhecimento por seu trabalho, inclusive com uma revista consolidada e um curso de mestrado em consolidação, pode vir a desempenhar um papel que potencialize as competências distribuídas no território nacional.

Dessa forma, a FUNDACENTRO vem desenvolvendo uma rede de SST com centros de pesquisa, universidades e instituições técnicas para ajudar a encontrar soluções para alguns dos

mais urgentes problemas em Saúde e Segurança no Trabalho em projetos estruturantes, tendo o compromisso com as políticas públicas e a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores Brasileiros. Até este momento, tem sido feitos contatos com os potenciais parceiros na rede, sendo que as conversações mais avançadas estão ocorrendo com o IPEA e com o MCT.

No contexto da preocupação com a difusão do conhecimento sobre SST, a criação de um sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas na área consiste em um mecanismo capaz de identificar, avaliar, sistematizar e disponibilizar o que está sendo feito na prática das organizações. Assim, não só as organizações podem ampliar seu repertório e empreender processos de reflexão/ação consistentes, mas a própria pesquisa ganha subsídios para sua labuta. As atividades realizadas para o alcance desta meta consistiram no levantamento bibliográfico sobre os instrumentos de regulação e sobre as experiências similares ao reconhecimento de boas práticas em SST. De posse do material, foi possível o alinhamento de algumas diretrizes para o sistema de reconhecimento. Dessa forma, foi consolidado o embasamento teórico da proposta, restando previsto o debate com instituições externas.

Também na perspectiva de orientar as atividades de pesquisa e o desenvolvimento de estratégias e meios de intervenção para transformar a realidade da SST no Brasil, está a proposição de setores prioritários segundo as regiões político-administrativas. No corrente ano, a Fundacentro deu prioridade aos setores da construção pesada e transporte rodoviário de cargas, definidas no âmbito da CT-SST. Para 2013, devem se feitas discussões com os atores regionais para definição das prioridades, partindo do levantamento feito em 2012, com base no número e gravidade dos acidentes de trabalho.

Por último, a escolha de uma meta associada à PNSST deve-se ao propósito de demarcar a relevância que reveste a institucionalidade da ação pública. A meta para 2012 foi alcançada com a publicação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT. Esse plano articula as ações dos diferentes atores para implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, instituída pelo Decreto 7602, de 7 de novembro de 2011.

Dentro do mesmo Objetivo, a Fundacentro é responsável pela Iniciativa 00YZ - Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em SST para os setores estratégicos, bem como de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador, que em 2012 abrange três ações: 1) 4714 - Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho; 2) 4722 - Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho; 3) 4814 - Educação em Segurança e Saúde no Trabalho. Além disto, participa da iniciativa 00YT - laboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de Segurança e Saúde no Trabalho, onde é responsável pela ação 6536 - Participação em Grupos e Comissões Tripartites Responsáveis pela Elaboração ou Aperfeiçoamento de Regulamentos de Segurança e Saúde no Trabalho.

Em 2012, de maneira geral as metas dessas ações foram cumpridas de maneira satisfatória. Deve ser destacado que as metas foram definidas em um momento em que havia a expectativa de aposentadoria de um grande número de pesquisadores. Como as aposentadorias não ocorreram na dimensão prevista, e houve a nomeação de concursados, as metas da ação 4714 foram revistas para maior. Na ação 4722, a meta também foi revista, principalmente por passar a considerar os *downloads* de Edição completa da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO, que foi disponibilizada na base Scielo na internet, aumentando, consideravelmente o número de leitores.

Essas metas, iniciativas e ações colocam a FUNDACENTRO diante de novos desafios que requerem ampliação da sua capacidade de execução, quer seja de recursos humanos ou orçamentários. Visando a criar as condições institucionais suficientes, a FUNDACENTRO pôs em prática uma série de ações voltadas ao fortalecimento institucional, dentre as quais cabe citar:

- a) nomeação de 46 (quarenta e seis) candidatos aprovados no concurso público realizado em 2010, capacitando-os para se integrarem de forma eficaz e efetiva nas rotinas de trabalho em curso na FUNDACENTRO;
- b) intensificação da articulação institucional junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar a autorização de novo concurso público para preencher os 150 cargos novos distribuídos pela Portaria da SRH nº 2.434, de 10 de setembro de 2010, visando à substituição de terceirizados, bem como as vacâncias já existentes e aquelas que naturalmente ocorrerão em função da rotatividade e do envelhecimento natural da força de trabalho;
- c) encaminhamento à Casa Civil da proposta de Novo Estatuto e Novo Regimento Interno, atualizando a estrutura organizacional da FUNDACENTRO e transferindo a Sede Jurídica da Entidade para Brasília, aproximando geográfica e politicamente a Instituição do centro político decisório da União no Distrito Federal;
- d) proposição da implantação de unidades nos Estados do Amazonas, Goiás, Paraíba e Amapá, totalizando 16 unidades federativas com a presença da FUNDACENTRO, ampliando e fortalecendo a atuação da Fundação especialmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Esta ação contou com o apoio unânime da Comissão do Trabalho e Emprego da Câmara de Deputados que para tanto produziu emenda à Proposta de Orçamento para 2012, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta da República;
- e) elaboração de projetos de construção dos edifícios sede das unidades dos Centros do Rio Grande do Sul e do Pará;
- f) conclusão do projeto de construção da Nova Sede em Brasília, com a finalização dos projetos de arquitetura e engenharia;
- g) reestruturação do sistema de mala direta para atender as demandas internas dos departamentos que necessitam de uma comunicação direta com o público-alvo. Neste novo sistema, disponibilizado no mês de outubro, é possível a atualização cadastral pelo próprio usuário, importação de contatos, a criação de grupos de pessoas e a reutilização de malas diretas já enviadas;
- h) realização de pesquisa de opinião dos usuários cadastrados na Mala Direta da Fundacentro, por meio de plataforma de pesquisa eletrônica (Qualtrics) para levantar informações que auxiliassem a reestruturação do Portal da instituição, sendo recebidas informações de 1.090 respondentes;
- i) início da reestruturação do Portal Web da Fundacentro, que encontra-se defasado em relação a tecnologia e layout utilizado. Pretende-se tornar o Portal da Fundacentro na principal fonte de informação em segurança e saúde do trabalhador no país, atendendo interesses de trabalhadores, empregadores e governo. Sua última reformulação aconteceu em meados de 2008.

O novo estatuto proposto para a Fundacentro busca atender tanto às funções atuais, quanto às novas atividades que já deveriam estar em curso e institucionalizadas na entidade. Para

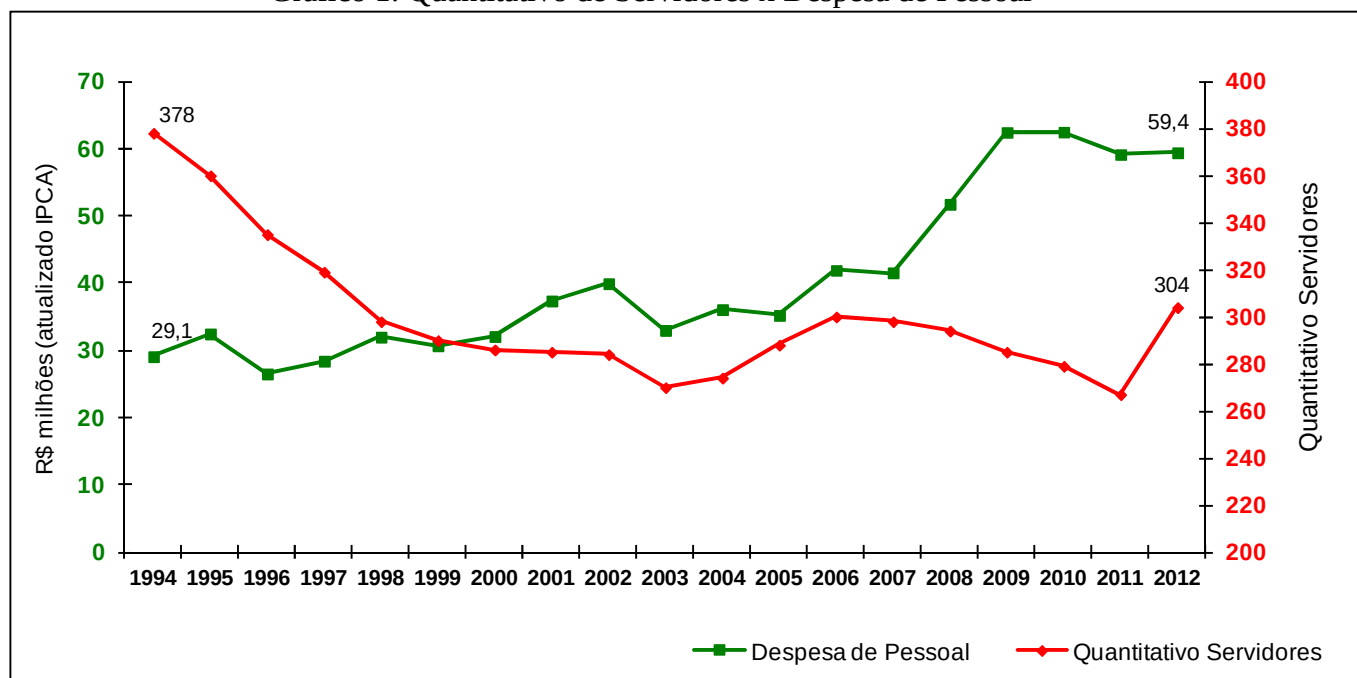
contextualizar e justificar a reforma estatutária foi publicado o livreto “Fundacentro/MTE”: Reorientação Institucional, que foi divulgado para conhecimento e discussão dos servidores, distribuído e apresentado no Conselho Curador, além de distribuído para outras autoridades interessadas.

O decorrente rearranjo estrutural e de fluxos de trabalho, proposto para ser efetivado em toda a organização, é elemento fundamental, senão indispensável, para que a Fundacentro entregue efetivamente os produtos dela esperados. O objetivo maior da proposta de reforma estatutária não é, pois, apenas localizar a Fundacentro no Distrito Federal, mas principalmente realinhar e expandir as ações da entidade.

O fortalecimento da instituição depende diretamente também da existência de um quadro de pessoal qualificado e perene à disposição da Instituição. E a questão de pessoal tem sido o ponto sensível desta Instituição. Desde a criação da atual carreira de servidores, a ausência de renovação e recomposição do quadro de pessoal aliada à elevada média de idade dos atuais servidores ativos têm resultado em um expressivo número de aposentadorias.

A evolução real de seu quadro de pessoal e orçamentário segue trajetórias distintas. Os Gráficos 1 e 2 a seguir ratificam esta afirmação.

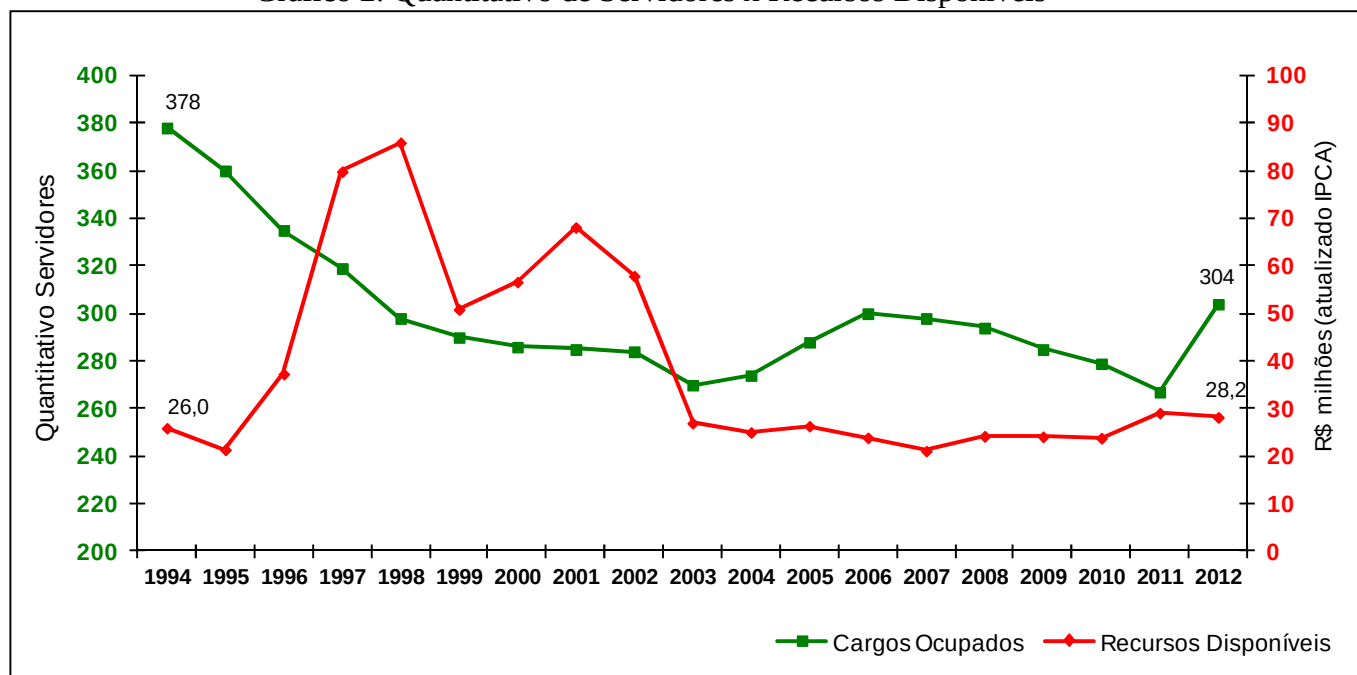
Gráfico 1: Quantitativo de Servidores x Despesa de Pessoal



Fonte: SIAPE E SIAFI.

O Gráfico 1 mostra o descompasso entre a queda da força de trabalho e a elevação do custo do quadro efetivo. A principal explicação é o envelhecimento geral dos servidores da Instituição. Como o desenvolvimento dos servidores nos planos de carreira tem como requisito o tempo de serviço, a maioria dos servidores atuais se encontram nos últimos níveis remuneratórios de suas carreiras. Este fato eleva o custo de pessoal sem ampliação do quadro de servidores, nem da produção.

Gráfico 2: Quantitativo de Servidores x Recursos Disponíveis



Fonte: SIAPE E SIAFI.

Pelo Gráfico 2, percebe-se que a partir de 2001 os recursos disponíveis de uso teoricamente discricionário (incluindo manutenção da infraestrutura) se reduzem e ficam estagnados em torno de R\$ 26 milhões anuais, enquanto o número de servidores tem pequeno incremento por um concurso que absorveu somente pessoal de nível superior, e volta a seus níveis anteriores com as aposentadorias. Paralelamente, consolida-se em 2003 a extinção dos cargos de Auxiliar em C&T, resultando na necessidade de ampliar o quadro terceirizado de apoio administrativo, comprometendo ainda mais a disponibilidade orçamentária para financiar os programas finalísticos.

Como consequência, em 1999 37% dos recursos totais da FUNDACENTRO se destinaram ao pagamento da folha de servidores efetivos, enquanto em 2012 esse percentual alcançou cerca de 68%. E mais grave: contabilizando-se os recursos pagos para mão-de-obra indireta (apoio administrativo, informática, vigilância, limpeza e manutenção) esse valor alcança quase 90% do total de recursos.

Essa mudança no perfil do gasto da Instituição compromete seriamente sua capacidade de gerar resultados. Mantida a política governamental de reproduzir a cada ano o orçamento passado, descartando os vários pleitos de adequação orçamentária apresentados, essa tendência se agravará. Em 2010 o efetivo nominal da FUNDACENTRO elevou-se de 351 para 501 cargos, com o concurso de 2010 absorvendo cerca de 50 novos servidores, restando 197 vagas para novos provimentos. Concursos posteriores elevarão o nível de gastos que necessitarão ser acompanhados de novas margens de recursos discricionários.

Para romper com esse quadro de estagnação e possibilidade de ruptura institucional, faz-se necessária uma ação político-institucional mais ousada. O fortalecimento da Fundacentro não passa somente por melhorar ou expandir sua tradicional forma de atuação, mas principalmente por transformar e inovar suas ações em sintonia com as diretrizes de Estado e de governo, acompanhando as transformações em curso no mundo do trabalho.

Ao lado de uma gestão responsável, é preciso fazer proposições que a acreditem junto ao governo e à sociedade para que mereça a atenção que necessita. A Fundacentro tem um passado do qual se orgulha, mas não pode viver dele. Precisa projetar-se para o futuro, esse tem sido o caminho escolhido: mudar para crescer.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma funcional da Fundacentro é apresentado nas Figuras 1 a 6

O processo de geração e disseminação de conhecimentos em SST por meio das quatro atividades descritas anteriormente também é realizado nas unidades descentralizadas da Fundacentro.

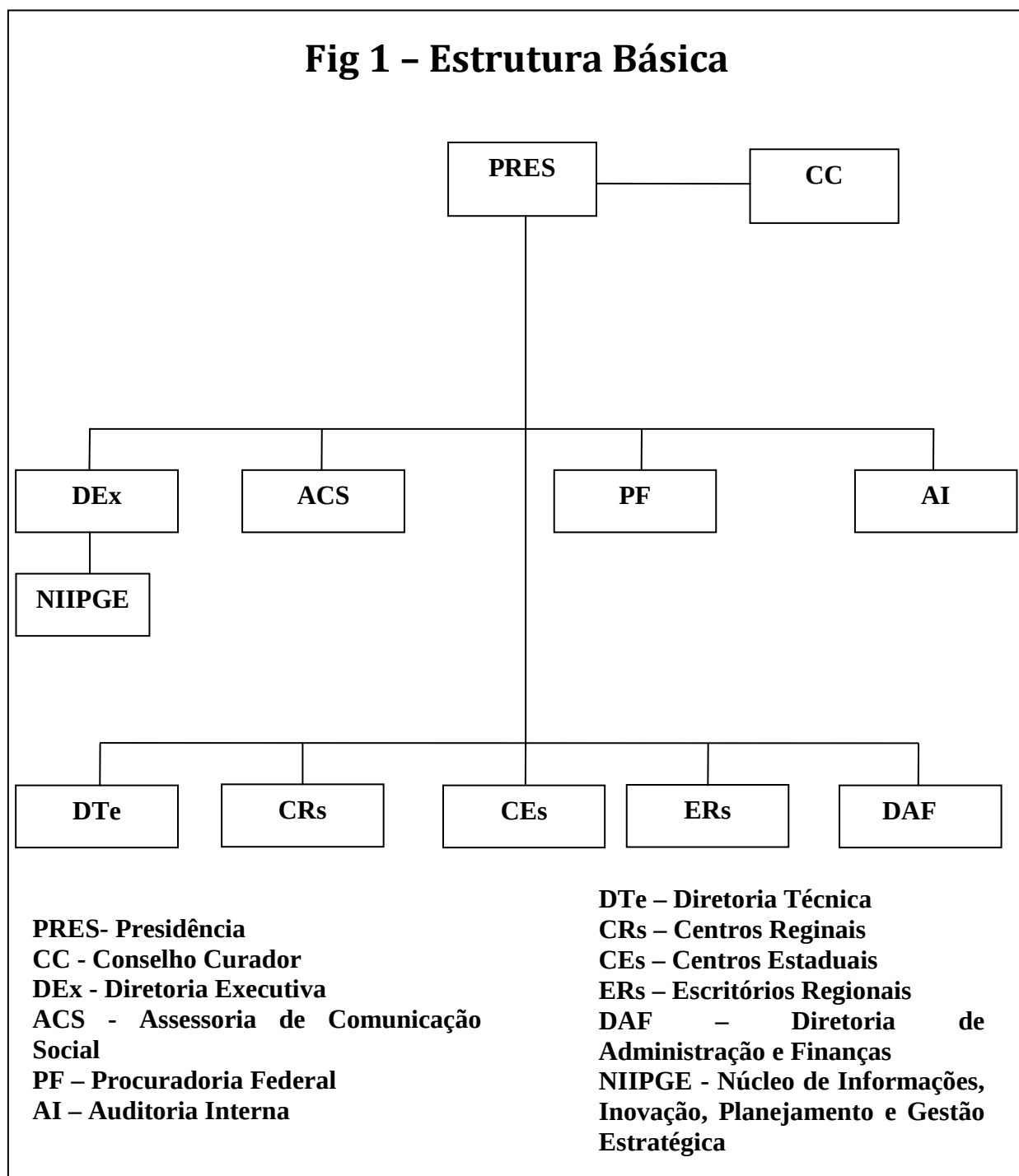


Fig. 2. Diretoria Técnica

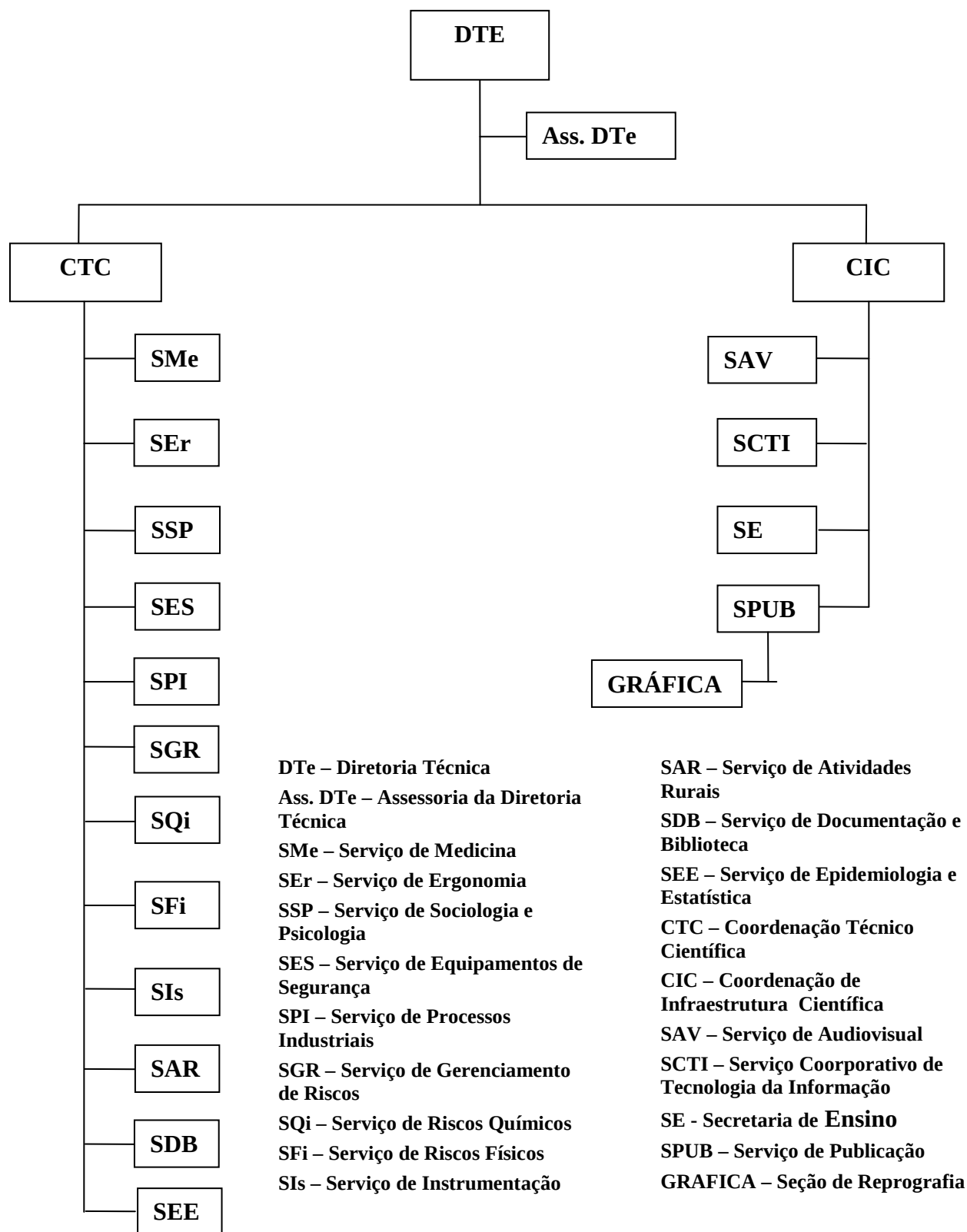
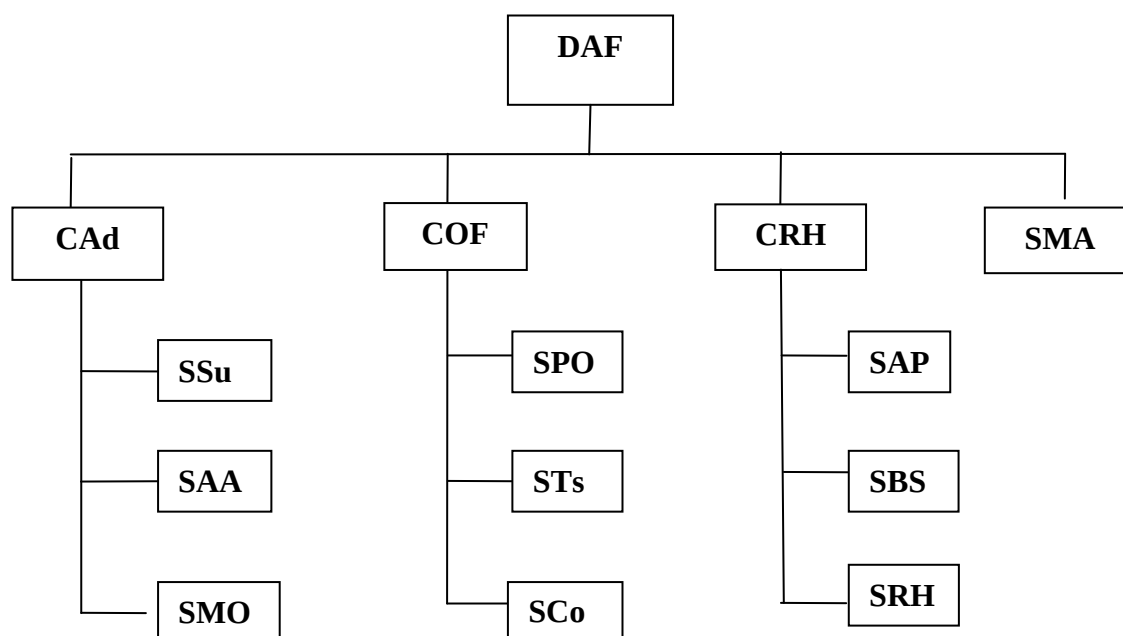


Fig. 3. Diretoria de Administração e Finanças



DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAD – Coordenação de Administração

SSu – Serviço de Suprimentos

SAA – Serviço de Atividades Auxiliares

SMO – Serviço de Manutenção e Obras

COF – Coordenação de Administração e Finanças

SPO – Serviço de Planejamento e Orçamento

STs – Serviço de Tesouraria

SCo – Serviço de Contabilidade

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

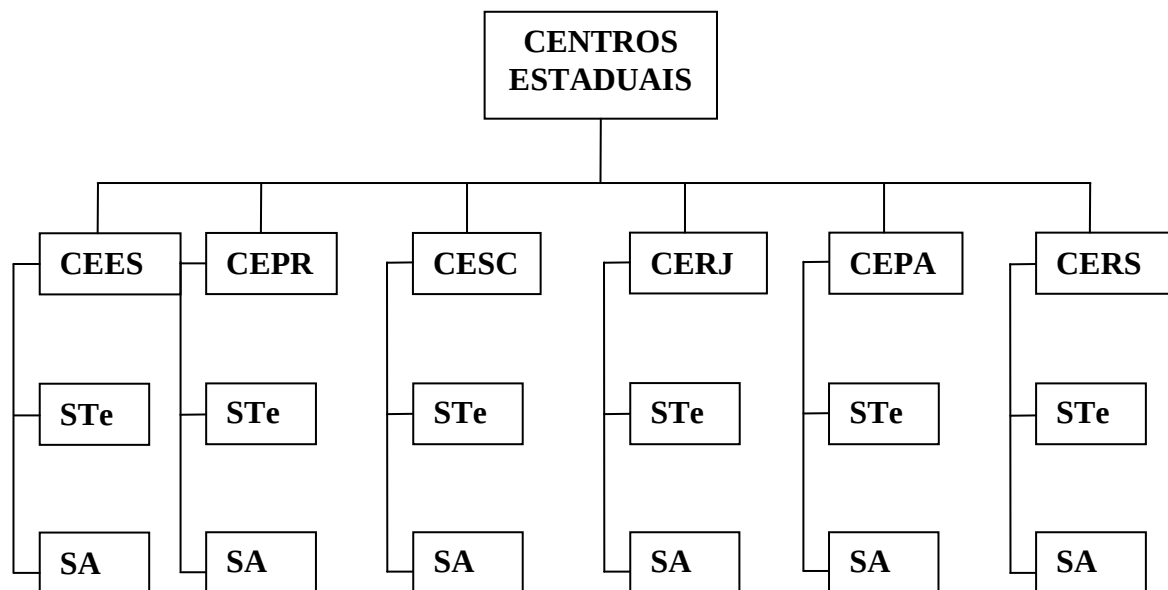
SAP – Serviço de Administração de Pessoal

SBS – Serviço de Apoio Social e Benefícios

SRH – Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos

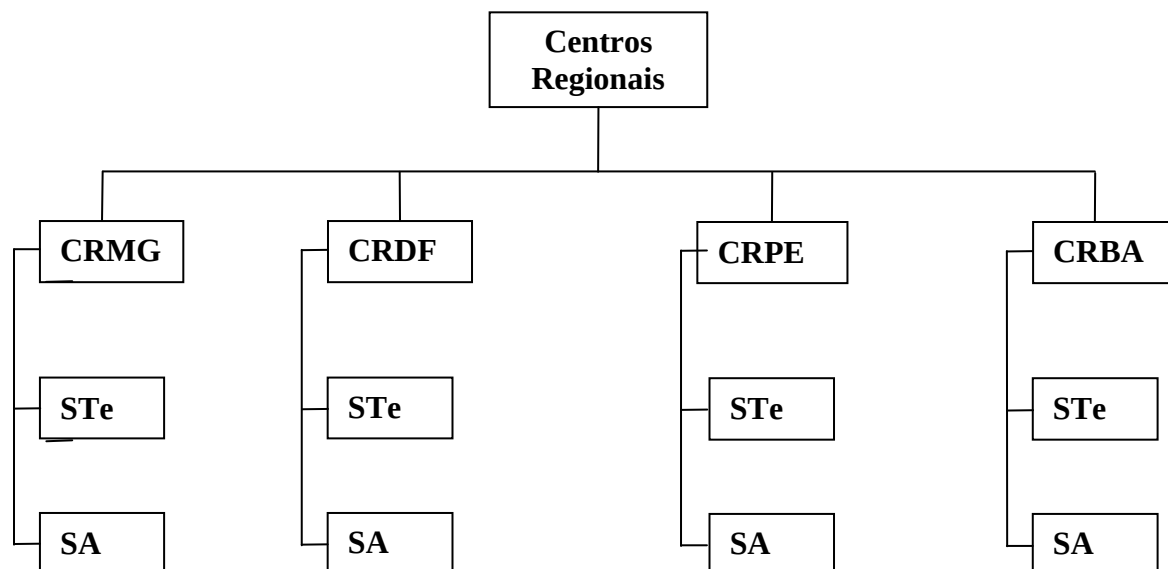
SMA – Serviço de Organização e Modernização Administrativa

Fig. 4. Centros Estaduais



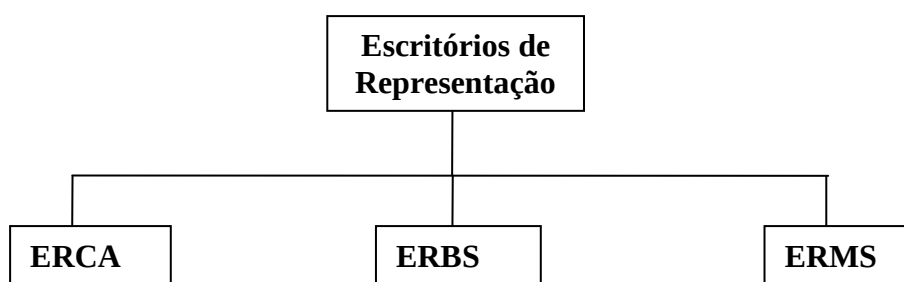
CEES – Centro Estadual do Espírito Santo
CEPR – Centro Estadual do Paraná
CESC – Centro Estadual de Santa Catarina
CERJ – Centro Estadual do Rio de Janeiro
CEPA – Centro Estadual do Pará
CERS – Centro Estadual do Rio Grande do Sul
STe – Serviço Técnico
SA – Serviço Administrativo

Fig. 5. Centros Regionais



CRMG – Centro Regional de Minas Gerais
CRDF – Centro Regional do Distrito Federal
CRPE – Centro Regional de Pernambuco
CRBA – Centro Regional da Bahia
STe – Serviço Técnico
SA – Serviço Administrativo

Fig. 6. Escritórios de Representação



ERCA – Escritório de Representação de Campinas
ERBS – Escritório de Representação da Baixada Santista
ERMS - Escritório de Representação do Mato Grosso do Sul

As atribuições das áreas apresentadas nos organogramas mostrado nas Figuras 1 a 5 são apresentadas a seguir:

PRESIDÊNCIA - PRES

- i) representar a FUNDACENTRO, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por mandatários expressamente designados;
- ii) dirigir as atividades da FUNDACENTRO de acordo com a finalidade e o plano de ação da entidade;
- iii) difundir junto aos órgãos de governo e entidades públicas e privadas as finalidades e realizações da FUNDACENTRO, visando estimular ações de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador, e o trabalho decente;
- iv) promover a divulgação das ações da FUNDACENTRO no campo da saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;
- v) promover ações integradas da FUNDACENTRO com o Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos governamentais com atuação no campo da saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;
- vi) propor ao Conselho Curador a abertura de créditos adicionais;
- vii) enviar a prestação de contas e o relatório anual de atividades ao Ministério do Trabalho e Emprego, após parecer do Conselho Curador, para julgamento pelo Tribunal de Contas da União;
- viii) encaminhar ao Conselho Curador, com sua manifestação, a previsão orçamentária para o exercício seguinte;
- ix) autorizar os remanejamentos de dotações orçamentárias, ouvido o Conselho Curador;
- x) constituir grupos de trabalho, comissões e comitês, designando os seus membros, observado a legislação te;
- xi) baixar atos normativos no âmbito de sua competência;
- xii) firmar os instrumentos previstos no parágrafo único do art. 2º, autorizados pelo Conselho Curador;
- xiii) ratificar os atos de dispensa e de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, de acordo com a legislação vigente; e
- xiv) participar, na qualidade de membro nato, das reuniões do Conselho Curador.

CONSELHO CURADOR - CC

- i) aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;
- ii) autorizar a solicitação de abertura de créditos adicionais;
- iii) autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes, e seus respectivos termos aditivos, previstos no parágrafo único do art. 2º deste Estatuto;
- iv) decidir sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, manifestando-se, inclusive, acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;

- v) examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades da FUNDACENTRO para encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e posterior julgamento do Tribunal de Contas da União;
- vi) examinar os assentamentos contábeis e administrativos, zelando pelo cumprimento da legislação pertinente e deste Estatuto;
- vii) examinar e emitir parecer sobre as propostas de alteração do Estatuto e do regimento interno da FUNDACENTRO;
- viii) examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos; e
- ix) representar ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer na administração da FUNDACENTRO.

DIRETORIA EXECUTIVA – DEX

- i) auxiliar o Presidente na formulação, direção e implementação das políticas técnico-científicas e administrativas;
- ii) supervisionar a elaboração e submeter ao Presidente o plano de ação;
- iii) assistir ao Presidente no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da FUNDACENTRO; e
- iv) exercer outras competências que lhe forem delegadas pelo Presidente da FUNDACENTRO.

Núcleo de Informações, Inovação, Planejamento e Gestão Estratégica –NIIPGE

- i) propor e implementar ações de inovação e desenvolvimento tecnológico visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas em saúde e segurança no trabalho;
- ii) desenvolver atividade de planejamento e gestão estratégica;
- iii) preparar e monitorar o Plano Plurianual;
- iv) organizar as atividades de informação e análise de dados necessários ao acompanhamento de suas atividades e à construção de perfis nacionais relativos à saúde e segurança do trabalho;
- v) desenvolver as atividades necessárias para o exercício da vigilância sobre as condições de segurança e saúde no trabalho no País.

PROCURADORIA FEDERAL- PF

- i) representar judicial e extrajudicialmente a FUNDACENTRO;
- ii) exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da FUNDACENTRO, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar n o 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- iii) a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da FUNDACENTRO, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ACS

- i) Assessoria de Comunicação Social compete assistir ao Presidente no relacionamento com a imprensa e nas atividades de relações públicas, representação política e social da FUNDACENTRO;

AUDITORIA INTERNA - AI

- i) assistir direta e indiretamente ao Presidente da FUNDACENTRO e ao Conselho Curador, quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da FUNDACENTRO;
- ii) orientar tecnicamente os demais órgãos da FUNDACENTRO, quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos;
- iii) executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e
- iv) acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na FUNDACENTRO para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

CENTROS REGIONAIS, CENTROS ESTADUAIS E ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

- j) executar ações específicas, em nível regional, estadual e local, respectivamente, nas áreas de atuação da entidade, bem como coordenar a realização de estudos e pesquisas para atender a situações de interesse local em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela direção da FUNDACENTRO.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DAF

- i) planejar, coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Documentação e Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal.

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CAAd

- i) compete coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as atividades relacionadas à administração de material, patrimônio, manutenção e obras, transportes, serviços gerais, serviços gráficos, comunicação administrativa e aquelas relacionadas à gestão de contratos administrativos, bem como promover o aprimoramento de seu corpo de profissionais, em conjunto com a Coordenação de Recursos Humanos e acompanhar, em articulação- com a Coordenação de Orçamento e Finanças, a execução física e financeira dos projetos e atividades da área.

Serviço de Suprimentos - SSu

- i) receber, conferir, classificar e registrar processos de compra de- materiais e contratação de obras ou serviços;
- ii) preparar para análise e parecer, os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação a serem encaminhados à Procuradoria Jurídica;
- iii) apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, inclusive, a elaboração de convites e editais de licitação;
- iv) promover a inclusão de empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços, após aprovação da Comissão de Cadastro, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como verificar a validade de sua documentação;

- v) elaborar, com orientação da Procuradoria Jurídica, minutas de contratos, cartas-contrato e distratos relacionados à prestação de serviços;
- vi) providenciar as assinaturas dos instrumentos contratuais, bem como sua publicação no Diário Oficial da União; -
- vii) supervisionar, registrar e acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços;
- viii) conferir e analisar os cálculos de reajuste de preços dos serviços;
- ix) propor à administração a aplicação de sanções e outras penalidades a fornecedores de materiais e prestadores de serviços inadimplentes;
- x) processar e acompanhar os processos de importação de material permanente;
- xi) apoiar as comissões de inventário de material de consumo e de bens patrimoniais,
- xii) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- xiii) realizar, em conjunto com a Divisão de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

Serviço de Manutenção e Obras - SMO

- i) identificar a necessidade de execução de serviços de manutenção das instalações físicas da FUNDACENTRO, bem como promover a realização de serviços de conservação e reparos;
- ii) verificar a necessidade de serviços de manutenção e conservação de instalações e acompanhar e controlar sua execução;
- iii) acompanhar a execução das atividades de manutenção de elevadores e dos sistemas elétricos, hidráulicos, de ar condicionado e de telefonia, bem como daquelas referentes aos dispositivos de segurança, à instalação de divisórias e à comunicação visual;
- iv) controlar a execução das atividades inerentes aos serviços de proteção contra incêndio;
- v) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- vi) realizar, em conjunto com o Serviço de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

Serviço de Atividades Auxiliares - SAA

- i) controlar a utilização da frota de veículos da FUNDACENTRO, bem como promover sua manutenção e conservação;
- ii) supervisionar e atestar a execução dos serviços de vigilância, limpeza e conservação no Edifício Sede da FUNDACENTRO;
- iii) classificar e distribuir processos e correspondências, bem como expedir e receber malotes;
- iv) controlar e atestar a prestação de serviços de emissão de passagens aéreas e terrestres;
- v) controlar e autuar documentos, informando sobre seu andamento através do sistema de protocolo;
- vi) controlar e atestar o uso de equipamentos de telecomunicações e reprografia;
- vii) administrar e prestar contas dos suprimentos de fundos;
- viii) controlar o arquivamento de processos e documentos;
- ix) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;

- x) realizar, em conjunto com a Divisão de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF

- i) coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com o planejamento, programação e execução orçamentária e de contabilidade e finanças, bem como promover o aprimoramento de seu corpo de profissionais, em conjunto com a Coordenação de Recursos Humanos.

Serviço de Planejamento e Orçamento - SPO

- i) elaborar, em articulação com as demais unidades, o plano plurianual e o plano de ação da FUNDACENTRO;
- ii) elaborar a pré-proposta e a proposta orçamentária anual da FUNDACENTRO, observando as orientações e diretrizes do Ministério do Trabalho;
- iii) propor o encaminhamento de créditos adicionais;
- iv) elaborar o cronograma orçamentário e financeiro da FUNDACENTRO;
- v) acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira da FUNDACENTRO;
- vi) solicitar a descentralização de recursos orçamentários e financeiros à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério do Trabalho;
- vii) apoiar as unidades descentralizadas na execução de seu planejamento e orçamento;
- viii) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- ix) acompanhar a execução de contratos e convênios da FUNDACENTRO

Serviço de Tesouraria - STs

- i) controlar vencimentos de faturas e contratos;
- ii) emitir ordens bancárias e outros documentos financeiros;
- iii) receber e devolver cauções depositadas como garantia de contratos de prestação de serviços ou execução de obras;
- i) controlar o saldo financeiro das contas das unidades gestoras;
- v) receber e conferir as prestações de contas de suprimentos de fundos e de diárias;
- vi) emitir relatórios financeiros diários e mensais através do Sistema Integrado

Administração Financeira - SIAFI;

- vii) executar a conformidade diária, bem como a conciliação bancária das movimentações financeiras;
- viii) controlar as aplicações financeiras da FUNDACENTRO;
- ix) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- x) realizar, em conjunto com a Divisão de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

Serviço de Contabilidade - SCo

- i) analisar os documentos contábeis da FUNDACENTRO, verificando o cumprimento das normas de execução, visando fornecer a confirmação contábil ao SIAFI;
- iii) instruir e acompanhar as áreas da FUNDACENTRO nos procedimentos de execução de despesas;
- iii) analisar e providenciar correções no movimento contábil da FUNDACENTRO;
- iv) elaborar e analisar os balancetes e balanços da FUNDACENTRO;
- v) arquivar os processos de despesas, após seu encerramento, e atender às solicitações de esclarecimentos efetuadas por auditorias internas e externas;
- vi) elaborar relatórios de prestação de contas;
- vii) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- viii) realizar, em conjunto com o Serviço de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - CRH

- i) coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relacionadas à administração de pessoal ativo, inativo e pensionista, o desenvolvimento de recursos humanos, a concessão e o fornecimento de benefícios aos servidores, observando as diretrizes de execução provenientes do órgão central responsável pela Administração de Pessoal Civil da União.

Serviço de Administração de Pessoal - SAP

- i) elaborar o cronograma de despesas com os servidores da FUNDACENTRO e acompanhar sua execução;
- ii) alimentar o Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, com dados físicos e financeiros sobre servidores;
- iii) orientar e controlar a execução de atividades relacionadas a registro e assentamento funcional, lotação e movimentação, aposentadoria e pensão e, também, a pagamento de servidores ativos e inativos;
- iv) expedir certidões, atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;
- v) fornecer, atualizar e controlar dados dos servidores da FUNDACENTRO no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE;
- vi) examinar e propor concessão de aposentadoria aos servidores -da FUNDACENTRO, bem como pensão a seus beneficiários;
- vii) manter atualizadas e rever aposentadorias e pensões, observando a legislação em vigor;
- viii - operacionalizar, acompanhar e controlar o sistema de assiduidade e pontualidade dos servidores da FUNDACENTRO;
- ix) orientar e processar a concessão de licença-prêmio e licenças sem remuneração;
- x) processar e controlar os atos de nomeação e exoneração de cargos em comissão e funções gratificadas;

- xi) controlar e executar reembolsos e pagamentos referentes a servidores requisitados e cedidos;
- XII - subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- xiii - realizar, em conjunto com o Serviço de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

Serviço de Apoio Social e Benefícios- SBS

- i) adquirir, controlar e distribuir vales-transporte, vales-alimentação e vales-refeição, de acordo com a legislação vigente;
- ii) orientar e garantir meios de subsistência ao servidor em casos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade e reclusão;
- iii) assegurar assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica aos servidores ativos e inativos, bem como a seus dependentes legais;
- iv) controlar, orientar e acompanhar a concessão de auxílio pré-escolar, de acordo com a legislação vigente;
- v) realizar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de sua competência;
- vi) subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de programas de aprimoramento de seu pessoal;
- vii) realizar, em conjunto com o Serviço de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SRH

- i) promover levantamento e análise das necessidades de treinamento de recursos humanos da FUNDACENTRO, a fim de subsidiar a elaboração de programas específicos de treinamento;
- ii) propor, implementar e avaliar, em conjunto com os servidores, programas de treinamento, visando o desenvolvimento dos recursos humanos da FUNDACENTRO;
- iii) operacionalizar, acompanhar e controlar todas as etapas do processo de autorização de missão de servidores ao exterior;
- iv) prestar suporte técnico-administrativo para concessão de gratificação aos servidores da FUNDACENTRO, empregados na carreira de Ciência e Tecnologia;
- v) operacionalizar, acompanhar e controlar o sistema de concessão de estágio a estudantes, nos termos da legislação vigente;
- vi) operacionalizar, acompanhar e controlar todas as etapas dos processos de redistribuição e movimentação de servidores; -
- vii) realizar, em conjunto com a Divisão de Planejamento e Orçamento, o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos e atividades de sua área.

DIRETORIA TÉCNICA - DTE

- i) Assegurar o cumprimento da finalidade da Fundacentro por meio da produção e difusão de conhecimentos relativos à SST;
- ii) Assegurar o cumprimento das ações da área técnica prevista no Plano Plurianual (PPA);
- iii) Elaborar o planejamento e acompanhar a execução dos projetos e das atividades técnico-científicas da Fundacentro;

- iv) Disponibilizar recursos para a realização do curso de mestrado *stricto sensu* “Trabalho, Saúde e Ambiente”, e acompanhar a sua realização por meio da Secretaria e Pós-Graduação;
- v) Disponibilizar recursos para garantir a publicação periódica da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) e acompanhar a sua efetivação.

COORDENAÇÃO TÉCNICO CIENTÍFICA - CTC - (criada em 2012, encontra-se em fase de implementação:)

- i) planejar, promover, e coordenar a realização de estudos, pesquisas e ações de ensino e capacitação que garantam o cumprimento da missão institucional da Fundacentro

Serviço de Medicina - SMe

- i) Planejar, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar a elaboração e o desenvolvimento de projetos, pesquisas e atividades na área das doenças relacionadas ao trabalho, visando o desenvolvimento de metodologias de prevenção, controle, diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas ao trabalho;
- ii) Prestar apoio técnico à trabalhadores e profissionais de saúde nos assuntos relacionados à sua área de atuação;
- iii) Realizar atividades laboratoriais específicas da área médica, que subsidiem estudos, pesquisas e atividades voltadas a prevenção, controle, diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas ao trabalho;
- iv) Coordenar os projetos e atividades do Programa Nacional de Eliminação da Silicose.

Serviço de Ergonomia - SEr

- i) Planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos, pesquisas, atividades e serviços envolvendo metodologias e técnicas específicas de investigação social sobre processos de trabalho, de produção e organização do trabalho, de forma a subsidiar as áreas de conhecimento voltadas à identificação e ao diagnóstico das repercussões das condições de trabalho sobre os vários aspectos da saúde do trabalhador.

Serviço de Sociologia e Psicologia - SSP

- i) Planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos, pesquisas, atividades e serviços envolvendo metodologias para avaliação das repercussões psico-afetivas neuropsíquicas e psicossociais causadas pelas condições e organização do trabalho nos trabalhadores.

Serviço de Equipamentos de Segurança - SES

- ii) Realizar ensaios relacionados à avaliação de equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as respectivas normas técnicas;
- iii) Prestar suporte técnico-científico aos órgãos competentes no processo de credenciamento de laboratórios para ensaios em EPI;
- iv) Participar de fóruns responsáveis pela elaboração de regulamentos de EPI;
- v) Desenvolver dispositivos e aprimorar procedimentos técnicos para a realização de ensaios de EPI.

Serviço de Processos Industriais - SPI

- i) Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre prevenção de acidentes de trabalho decorrentes de instalações elétricas; máquinas e equipamentos; fornos; caldeiras e recipientes sob pressão, com a proposição de medidas e sistemas de proteção coletiva, de movimentação, armazenagem e manuseio de materiais, de uso de ferramentas manuais, portáteis e especiais;

- ii) Participar de fóruns responsáveis pela elaboração de regulamentos sobre uso seguro de máquinas e ferramentas.

Serviço de Gerenciamento de Riscos - SGR

- i) Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre: técnicas de identificação, análise e avaliação de perigos e riscos decorrentes do processo produtivo visando a avaliação de suas possíveis consequências e proposição de controle; diferentes processos produtivos e sua organização do trabalho visando a identificação dos perigos e riscos a eles associados; e a estrutura e funcionamento dos sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho, discutindo o instrumental necessário à avaliação de sua eficácia.

Serviço de Riscos Químicos - SQi

- i) Planejar, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos de pesquisas e serviços na área de higiene ocupacional, visando a identificação, a prevenção e o controle da exposição a agentes químicos (poeiras, gases, vapores, produtos químicos) presentes no ambiente de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- ii) Pesquisar e desenvolver metodologias de avaliação e de controle da exposição a agentes químicos presentes nos ambientes de trabalho, que podem causar danos à saúde do trabalhador, privilegiando as medidas de controle de caráter coletivo;
- iii) Elaborar documentação didática que possa informar e orientar profissionais, empresários e trabalhadores e todos os demais cidadãos, direta ou indiretamente envolvidos com questões relativas aos agentes químicos presentes nos ambientes de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- iv) Promover ou participar de cursos e eventos visando a divulgação ou disseminação de conhecimentos que possam ser úteis para a promoção da prevenção e do controle da exposição a agentes químicos presentes nos ambientes de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- v) Participar de fóruns responsáveis pela elaboração de regulamentos sobre prevenção e controle de agentes químicos presentes nos ambientes de trabalho, que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- vi) Realizar análises laboratoriais destinadas à avaliação da exposição ocupacional a agentes ambientais que podem causar danos à saúde do trabalhador.

Serviço de Agentes Físicos - SFi

- i) Planejar, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos de pesquisas e serviços na área de higiene ocupacional, visando a identificação, a prevenção e o controle da exposição a agentes físicos (calor, frio, ruído, radiações não ionizantes, vibração) presentes no ambiente de trabalho, que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- ii) Pesquisar e desenvolver metodologias de avaliação e de controle da exposição a agentes físicos presentes nos ambientes de trabalho, que podem causar danos à saúde do trabalhador, privilegiando as medidas de controle de caráter coletivo;
- iii) Elaborar documentação didática que possa informar e orientar profissionais, empresários e trabalhadores e todos os demais cidadãos, direta ou indiretamente envolvidos com questões relativas aos agentes físicos presentes nos ambientes de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador;
- iv) Promover ou participar de cursos e eventos visando a divulgação ou disseminação de conhecimentos que possam ser úteis para a promoção da prevenção e do controle da exposição a agentes físicos presentes nos ambientes de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador;

- v) Participar de fóruns responsáveis pela elaboração de regulamentos sobre prevenção e controle de agentes físicos presentes nos ambientes de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador.

Serviço de Instrumentação - SIs

- i) Oferecer suporte técnico e operacional, com a disponibilização de equipamentos de medição, aos projetos de pesquisa que necessitam efetuar avaliações ambientais;
- ii) Realizar testes, calibrações e manutenções de instrumentos de avaliação de higiene ocupacional;
- iii) Participar de fóruns responsáveis pela elaboração de regulamentos que envolvam a utilização de instrumentos na área de higiene ocupacional.

Serviço de Atividades Rurais - SAR

- i) Planejar, orientar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos de pesquisas e serviços voltados a identificação e proposição de medidas de controle dos agentes agressivos presentes nas atividades rurais.

Serviço de Documentação e Biblioteca - SDB

- i) Coordenar as atividades de administração da documentação e de funcionamento da biblioteca e do acervo histórico da Fundacentro;
- ii) Controlar a distribuição do material didático (publicações, e vídeos) produzidos pela Fundacentro.

COORDENAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA CIENTÍFICA - CIC

- i) planejar, coordenar e supervisionar as atividades de suporte a pesquisa, estudos aplicado, editoração e difusão técnica com vistas à consolidação e divulgação de informações e conhecimentos relativos à segurança e saúde no trabalho, em âmbito nacional

Serviço de Audiovisual - SAV

- i) realizar as atividades de audiovisual relativas à produção e ao acompanhamento de filmes, áudios e trabalhos gráficos

Serviço Corporativo de Tecnologia da Informação - SCTI

- i) prospectar, identificar e propor, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças, o desenvolvimento ou aquisição de ferramentas e sistemas computacionais de suporte e de melhoria às atividades de produção e difusão de conhecimento e informação em saúde e segurança do trabalhador;
- ii) coordenar a aplicação e o emprego das ferramentas e dos sistemas computacionais nas atividade de produção e difusão de conhecimento e informação em saúde e segurança do trabalhador;

Secretaria de Ensino - SE

- i) executar as atividade de administração escolar, de logística e de suporte operacional aos cursos e programas de capacitação, formação, aperfeiçoamento e especialização profissional

Serviço de Publicação - SPUB

- i) planejar e executar as atividades de editoração, supervisionando os trabalhos de redação, revisão, diagramação, arte, finalização e impressão.

GRÁFICA – Seção de Reprografia

- i) confeccionar os impressos, formulários, materiais publicitários, livros e materiais didáticos de interesse da FUNDACENTRO

Serviço de Epidemiologia e Estatística - SEE

- i) Prestar assessoria de análise estatística (delineamento de amostras e realização de testes) nos projetos de pesquisa e estudos dos técnicos da Fundacentro.

Além dos serviços subordinados diretamente à DTe, conforme mostrado na Figura 1, outro serviço do CTN que também tem participação ativa na realização do processo finalístico da instituição é o Serviço de Eventos (SEv), vinculado à Diretoria Executiva.

O SEV tem a atribuição de organizar operacionalmente (fazer divulgação, reservar salas e infraestrutura, receber inscitos etc.) a realização dos eventos de curta duração (seminários, conferências e palestras) realizados no CTN.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSO 1

Título: Realização de pesquisas e estudos em segurança e saúde no trabalho

Objetivos: Desenvolver pesquisas e estudos visando a produção de conhecimento científico e tecnológico sobre segurança e saúde no trabalho que, se aplicado, possibilite a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho, contribuindo, assim, para a diminuição dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Os resultados das pesquisas e estudos são divulgados por meio da publicação de teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias, artigos científicos em publicações especializadas, relatórios de pesquisas ou apresentações em eventos científicos nacionais e internacionais. Em 2012 foram divulgados resultados das seguintes pesquisas:

1) Occupational exposure profile of Pb,Mn, and Cd in nonferrous Brazilian sanitary alloy foundries – artigo publicado no periódico Toxicology and Industrial Health. DOI: 10.1177/0748233712462464. Disponível em <http://tih.sagepub.com/content/early/2012/10/25/0748233712462464>.

2) Longitudinal decline in lung function in former asbestos exposure works – artigo publicado no periódico Toxicology and Industrial Health. doi:10.1136/oemed-2012-100715. Disponível em <http://oem.bmj.com/content/early/2012/09/25/oemed-2012-100715>

3) Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho – coautoria de livro

4) Efeitos da exposição ao benzeno para a saúde

5) Daily rhythm of salivary IL-1 β , cortisol and melatonin in day and night workers. Trabalho publicado no periódico Work DOI: 10.3233/WOR-2012-0952-5788, vol 41 (2012) p.5788-5790

6) Occupational safety and health practices among flower greenhouses workers from alto tietê region, B - Resumo publicado nos anais da conferência "INTERNATIONAL CONFERENCE ON OCCUPATIONAL HEALTH & SAFETY SUMMIT", <http://dx.doi.org/10.4172/2161-0711.S1.004>. Disponível em <http://www.omicsonline.org/2161-0711/2161-0711-S1.004-003.pdf>

- 7) GC-MS quantification of organophosphorous pesticides extracted from XAD-2 sorbent tube and foam patch matrices- artigo publicado no periódico Analytical Methods. DOI: 10.1039/c2ay25568e. Disponível em <http://pubs.rsc.org/en/content/articlelanding/2012/ay/c2ay25568e>
- 8) PTOSL response of commercial Al₂O₃:C detectors to ultraviolet radiation – artigo publicado no periódico Radiation Protection Dosimetry- doi:10.1093/rpd/ncs151. Disponível em <http://rpd.oxfordjournals.org/content/early/2012/08/10/rpd.ncs151.full.pdf>
- 9) Work and Health in the Informal Economy in Brazil: a case study of unregulated workers in urban and rural áreas. Resumo publicado nos Anais do 30th International Congress on Occupational Health ICOH 2012 (March 18-23, 2012). Disponível em <http://icoh.confex.com/icoh/2012/webprogram/Paper7574.html>
- 10) Working conditions and health of the lobster fishermen in northeastern Brazil - Anais do 30th International Congress on Occupational Health ICOH 2012 (March 18-23, 2012). Disponível em: <http://icoh.confex.com/icoh/2012/webprogram/Paper7575.html>
- 11) Labor, Health and Gender: a study with health care professionals in long-term institutions for the elderly in São Paulo, Brazil - Resumo publicado nos Anais do 30th International Congress on Occupational Health ICOH 2012 (March 18-23, 2012). Disponível em: <http://icoh.confex.com/icoh/2012/webprogram/Paper7573.html>
- 12) As emoções no trabalho e a segregação ocupacional no gênero feminino. Artigo publicado na Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v.11, n.31, abril de 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/OliveiraArt.pdf>
- 13) Dor relacionada ao trabalho: lesões por esforços repetitivos (LER): distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort) / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 68 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Saúde do Trabalhador; 10. Protocolos de Complexidade Diferenciada)
- ISBN 978-85-334-1728-1. Trabalho redigido por pesquisadora da Fundacentro e participantes externos
- 14) Destaques das Diretrizes de Doenças Pulmonares Intersticiais da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – Artigo publicado no Jornal Brasileiro de Pneumologia, v. 38, n.3, maio/junho de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37132012000300002>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132012000300002&script=sci_arttext
- 15) Uma análise da contribuição da biblioteca da Fundacentro na produção científica em segurança e saúde. Artigo publicado na Revista Perspectivas em Ciência da Informação. v.17, n.1, janeiro/março de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362012000100011&script=sci_arttext
- 16) As inteligências Múltiplas: uma análise de conteúdo de pesquisa. Artigo publicado em Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n.9, junho/2012. Disponível em: http://ojs.senger.com.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/32
- 17) What quality management allied to information can do for occupational safety and health. In: AIZED. Z.(ed.), Total Quality Management and Six Sigma. ISBN: 978-953-51-0688-3, InTech, DOI: 10.5772/46103. Available em: <http://www.intechopen.com/books/total-quality-management-and-six-sigma/what-quality-management-allied-to-information-can-do-for-occupational-safety-and-health>
- 18) Programa de Prevenção de Perdas Auditivas em Pescadores: perfil auditivo e ações educativas. Revista CEFAC, v.13, n.6, nov/dez/2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462011000600006&script=sci_abstract&tlng=pt

- 19) Perfil audiológico de trabalhadores em indústria alimentícia brasileira expostos simultaneamente a ruído de impacto e contínuo. In: Occupational safety and Hygiene 2012, 2012, Lisboa. SHO2012 Book of abstracts (ISBN 978-972-99504-8-3.). Lisboa: SPOSHO. v. 1. p. 4-6.
- 20) Percepção de ruído por trabalhadores da saúde de um hospital público de Curitiba-PR. Anais do XX Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia (Suplemento da Revista Brasileira de Fonoaudiologia). Outubro de 2012. Disponível em: http://www.sbfa.org.br/portal/anais2012/trabalhos_select.php?id_artigo=1829&tt=SESS%C3O%20DE%20POSTERS
- 21) Análise da Contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associada à morte de cortadores de cana-de-açúcar – Artigo publicado no periódico Cadernos de Saúde Pública. v. 28. n.1, jan/2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2012000100007&script=sci_arttext
- 22) The application of the ISO 11064 for deep water platform control centre design: benefits and limitations. – artigo publicado no periódico International Journal of Computer Applications in Technology, v.43, n.3/2012, DOI 10.1504/IJCAT.2012.046314.
- 23) Analysis of airport noise exposure around Viracopos International Airport using geographic information systems. Artigo publicado no periódico Journal of Air Transport Management. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jairtraman.2012.11.001>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969699712001378#>
- 24) Organizational factors related to occupational accidents in construction – Artigo publicado no periódico Work, v. 41, n1, DOI: 10.3233/WOR-2012-0708-4130. Disponível em: <http://iospress.metapress.com/content/r37p8n7wn2gp03hx/fulltext.pdf>
- 25) Saúde, Doença, Prazer e Sofrimento dos Trabalhadores na Produção do Alumínio Primário no Pará – artigo publicado na Revista Amazônica, v. IX, n.2. jul-dez/2012. Disponível em: <http://amazonica.cw7.info/cont.php?cont=1206>
- 26) Emission Profiles of Carbonyl Compounds at a Brazilian Charcoal Plant - Exposure to Carbonyl Compounds in Charcoal Production Plants in Bahia, Brazil – artigo publicado no periódico Journal of the Brazilian Chemical Society. V.23. n.9, set/2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-50532012000900004&script=sci_arttext
- 27) Assessment of EMF Exposure with a Personal Monitor. Resumo publicado nos Anais (Abstract Book) do 13th International IRPA (International Radiation Protection Association) Congress, Glasgow, 13-18 maio de 2012. Disponível em: <http://www.irpa13glasgow.com/2012/05/abstract-book/>
- 28) A exploração do minério – urânio em Caetité: riscos à saúde e consequências para as gerações futuras. Resumo In: III Encontro de São Lázaro, 2012, Salvador-BA. III Encontro de São Lázaro. Salvador-BA: Quarteto Editora, 2012. v. 3.
- 29) Tese defendida no Programa Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 30) Resposta da bancada de governo ao documento apresentado à CNPBz em 21/11/2011- Relatório Técnico de pesquisa emitido
- 31) O trabalho do enfermeiro de pronto socorro. Relatório Técnico de pesquisa emitido
- 32) Análise Coletiva do Trabalho Executado no Cultivo do Abacaxi no Município de Guaraçai – São Paulo. Relatório Técnico de pesquisa emitido

33) Estudo das Condições e Ambientes de Trabalho na Produção de Cana de Açúcar no Estado de Sergipe. Relatório Técnico de pesquisa emitido

34) - Estudo de Segurança e Saúde no Trabalho da Indústria de Móveis e Marcenaria do Estado de Alagoas

MACROPROCESSO 2

Título: Produção e distribuição de material técnico-científico e didático sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho

Objetivos: Disponibilizar informação sobre segurança e saúde no trabalho a trabalhadores do setor formal e informal, empregadores, entidades de classe, representantes da sociedade civil, profissionais de nível médio e superior, como também a alunos do ensino fundamental, médio e superior, por meio de: cartazes, folderes, vídeos, peças de multimídia, livros, teses, manuais, cartilhas, normas (regulamentos técnicos) e anais.

A elaboração e produção de materiais técnico-científicos, didáticos e instrucionais sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho é um trabalho conjunto realizado pelas equipes dos projetos de pesquisa discriminados no macroprocesso 1 e pelas seguintes áreas da Fundacentro:

- i. Serviço de Audiovisual (SAV): área técnica responsável pela realização operacional (filmagem, edição e finalização) de vídeos, DVDs, produção de cópias dos materiais produzidos e programas de rádio (Rádio Web) e de vídeo (Vídeo Web) disponibilizados no portal da Fundacentro na *internet*;
- ii. Serviço de Publicação (SPUB): área técnica responsável por toda a diagramação, revisão e produção gráfica dos livros, cartilhas, folderes e cartazes da FUNDACENTRO e de parceiros;
- iii. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO): grupo técnico criado por meio de portaria da Presidência, responsável pela produção da revista científica que é disponibilizada em meio eletrônico no portal da Fundacentro, na base Scielo e na forma impressa;
- iv. Gráfica: área técnica responsável pelo parque gráfico e pela impressão das publicações da Fundacentro seja da área administrativa, tais como folhetos ou folhas timbradas, ou da área técnica, tais como livros, livretos, folderes etc.

A distribuição do material produzido (publicações e vídeos) é de responsabilidade do Serviço de Documentação e Biblioteca (SDB), que controla a venda, a doação, e a distribuição para as Unidades Descentralizadas, além de controlar o estoque do material produzido.

O Serviço de Recursos Instrucionais, além de produzir vídeos e DVDs, é responsável pela filmagem de eventos e cursos realizados na Fundacentro. Em função disso, deve manter em bom funcionamento dos equipamentos utilizados nessas atividades: *notebooks*, *data show*, microfones etc. Também realiza filmagens em seminários, congressos e trabalhos de campo. Em suma, é responsável por toda a infraestrutura necessária à gravação dessas atividades.

Os *podcasts* e vídeos produzidos pela Fundacentro em 2012 foram:

I) Podcasts da Rádio Web Fundacentro, disponíveis no endereço <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/PODCAST/indexRss.asp?pag=Todos&>

- Programa 125 - A nova NR-20;
- Programa 124 – Site temático de estatísticas;
- Programa 123 Calor e morte no campo;
- Programa 122 - Manual: substâncias químicas;
- Programa 121 – Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Programa 120 - Benzeno na gasolina;
- Programa 119 - Saúde Mental dos Trabalhadores;
- Combate à exploração sexual infantil;
- Amigo caminhoneiro;
- O trabalho emocional e os impactos para a saúde dos trabalhadores do teleatendimento;
- Saúde do caminhoneiro;
- Álcool e direção;

II) Vídeos Web Fundacentro, disponíveis no endereço <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/VIDEOCAST/indexRss.asp?pag=Todos&>

- Vídeo Institucional Fundacentro;
- A Fundacentro em cordel;
- A peleja do servente de pedreiro que apareceu no canteiro em forma de assombração.

O Serviço de Publicação é responsável pela diagramação, revisão (ortográfica e gramatical), e editoração das publicações impressas da Fundacentro, em conformidade com a Política Editorial da instituição. No exercício de 2012, apresentou a seguinte produção:

- RBSO Vol. 37, nº 124 e 125 com tiragem de 1500 exemplares cada;
- Folder Nanotecnologia Segura No Ambiente de Trabalho, tiragem de 5000 exemplares;
- Livro “Manual Para Interpretação de Informações Sobre Substâncias Químicas” disponibilizado como e-book;
- Anais IX Semana da Pesquisa da Fundacentro;
- Livreto Fundacentro Em Cordel;
- Efeitos da Exposição Ao Benzeno Para A Saúde - Fascículo 1;
- Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos, tiragem de 2000 exemplares.

MACROPROCESSO 3

Título: Realização de ações educativas em segurança e saúde no trabalho

Objetivos: Realizar ações educativas (cursos e seminários) sobre temas relacionados a segurança e saúde no trabalho.

Nesse macroprocesso são contabilizados os cursos sobre SST, oficinas de trabalho e seminários oferecidos pela Fundacentro. São cursos de curta duração (18 a 30 horas) e oficinas de trabalho e seminários com, no mínimo 8 horas, ofertados nas mais variadas localidades do Brasil, inclusive em cidades em que a Fundacentro não está instalada. Também são contabilizadas as participações em bancas de exame de doutorado, de mestrado e de monografia e o curso de programa de pós-graduação stricto sensu, nível mestrado acadêmico, cujo título é Trabalho, Saúde e Ambiente, cuja primeira turma teve início em agosto de 2011. As ações educativas realizadas em 2011 são discriminadas no Quadro 1.

Ações educativas	Mês	UF	Quantidade de participantes
Didática para facilitadores da aprendizagem em segurança no trabalho	Fevereiro	MS	29
Como Elaborar e Gerenciar o Programa de prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	Março	ES	36
Seminário: Espaços Confinados e Detecção de Gases - NR 33	Março	ES	145
Proteção respiratória	Março	MS	39
Gestão de Riscos e da Saúde dos Trabalhadores no Setor Baterias Chumbo-Ácido	Março	MS	45
Curso de Análise de Acidente de Trabalho	Março	PR	48
Curso Básico em Higiene Ocupacional - Agentes Físicos e Químicos	Março	SC	39
Curso de benzeno para os trabalhadores da CIPA	Março	SP	24
Exposição Ocupacional às Radiações Não-Ionizantes	Abril	ES	35
Análise de Acidente de Trabalho	Abril	MS	49
Curso de Leitura Radiológica das Pneumoconioses - OIT 2000	Abril	PR	26
Identificação de riscos nos locais de trabalho	Abril	PR	30
Curso Gestão de Produtos Químicos no Ambiente de Trabalho	Abril	PR	39
Programa de Prevenção de Riscos em Prensas e Similares	Abril	SC	38
A Ergonomia da Atividade - Construindo o Método de Árvore de Causas	Abril	SP	23
Segurança e Saúde no Trabalho no Setor de Transportes	Abril	SP	19
Gestão de riscos nas organizações públicas	Maio	DF	40
O Método da Árvore de Causas na Investigação e Análise de Acidentes do Trabalho	Maio	ES	41
Gestão de Produtos Químicos no Ambiente de Trabalho	Maio	MS	35
III Encontro de Mato Grosso do Sul em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho I Seminário de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho de Mato Grosso do Sul	Maio	MS	182

Ações educativas	Mês	UF	Quantidade de participantes
Saúde Mental e Trabalho	Maio	PA	35
Análise Ergonômica do Trabalho	Maio	RJ	28
Formação DST/HIV/AIDS setor Aquaviário	Maio	RS	30
A Educação como Modo de Intervenção em SST	Maio	SC	35
Proteção Respiratória	Maio	SC	23
Curso Básico para Peritos Trabalhistas - Insalubridade e Periculosidade	Maio	SC	36
Curso de Proteção Respiratória	Maio	SP	39
Segurança e Saúde na Cultura e Beneficiamento da Mandioca	Junho	BA	40
Seminário Segurança e Saúde na Cultura e Beneficiamento da Mandioca	Junho	ES	133
Análise Ergonômica do Trabalho (AET)	Junho	MS	35
Implementação do GHS / NR 26	Junho	MS	15
Curso Produtos Perigosos: aspectos ambientais e de segurança do trabalhador	Junho	PA	65
Proteção Respiratória	Junho	PR	52
Metodologia de Educação de Adultos Aplicada a SST	Junho	RS	26
Curso Básico para Peritos Trabalhistas - Insalubridade e Periculosidade	Junho	SC	25
Noções básicas de segurança e saúde do trabalho na pesca artesanal	Junho	SC	23
Curso de procedimentos para análise gravimétrica de aerodispersóides de acordo com a NHO 03	Junho	SP	2
Fatores Psicossociais de Estresse e o Nexo Técnico Epidemiológico: impactos na saúde mental do trabalhador, reconhecimento e intervenções.	Junho	SP	50
Curso sobre Ruído	Julho	ES	37
Segurança e Saúde no Trabalho Portuário - Compreendendo a NR 29	Julho	ES	40
Análise de Acidente de Trabalho	Julho	MS	34
A Ergonomia da Atividade Construindo o Método de Árvore de Causas	Julho	PR	31
NR - 32: Segurança e Saúde nos Serviços de Saúde	Julho	PR	48
Estratégias de Amostragem para a Avaliação Ocupacional aos Agentes Químicos	Julho	SC	27
Segurança e Saúde do Trabalho na Pesca (CFAQ II e III) Formação de Aquaviários	Julho	SC	37
Como Elaborar e Gerenciar o Programa de prevenção de Riscos Ambientais - PPRA	Agosto	ES	44
Aspectos Técnicos e Legais na Medição de Ruído Ocupacional	Agosto	ES	45
Agentes do stress térmico nos postos laborais	Agosto	MS	28
Cursos Disseminadores de Informações da Previdência Social	Agosto	PA	47
Curso de Proteção Respiratória	Agosto	PB	58
Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura Familiar	Agosto	PR	13
Segurança e Saúde no Trabalho no Setor de Transporte	Agosto	RJ	22

Ações educativas	Mês	UF	Quantidade de participantes
Ruído Ocupacional	Agosto	SC	27
Gestão de Riscos	Agosto	SC	38
Segurança e Saúde do Trabalho na Pesca (CFAQ II e III) Formação de Aquaviários	Agosto	SC	37
Segurança e Saúde do Trabalho na Pesca (CFAQ II e III) Formação de Aquaviários	Agosto	SC	38
Curso de Proteção Respiratória Contra Agentes Biológicos	Agosto	SP	32
Curso de benzeno para os trabalhadores da CIPA	Agosto	SP	34
Fatores Psicossociais do Estresse no Trabalho, Nexo Técnico Epidemiológico e Prevenção	Agosto	SP	50
Curso de Leitura Radiológica - Lima - Peru	Setembro	-	44
Avaliação de Agentes Químicos em Ambientes de Trabalho: Legislação e Estratégia de Amostragem.	Setembro	BA	18
As Normas Regulamentadoras, os indicadores da Previdência e o impacto na responsabilidade empresarial	Setembro	MS	22
Capacitação e atualização em SST no ERMS	Setembro	MS	51
CIPA - Uma só legislação, várias configurações	Setembro	MS	21
Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura Familiar	Setembro	PR	77
Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura Familiar	Setembro	PR	45
Riscos Químicos	Setembro	RJ	37
Noções básicas de segurança e saúde do trabalho na pesca artesanal	Setembro	SC	24
Exposição Ocupacional às Radiações Não-Ionizantes	Setembro	SP	35
Toxicologia Ocupacional	Setembro	SP	28
Curso Proteção respiratória	Setembro	SP	35
Exposição à Material Biológico e Perfurocortantes - Riscos Biológicos na NR-32	Outubro	ES	48
Instalações elétricas temporárias em canteiros de obras	Outubro	MS	22
Noções de segurança e saúde no trabalho em espaços confinados	Outubro	MS	45
Análise de Acidente de Trabalho	Outubro	MS	20
Curso Norma Regulamentadora 05 (CIPA): aspectos técnicos e legais	Outubro	PA	85
Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura Familiar	Outubro	PR	25
Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura Familiar	Outubro	PR	35
Fundamentos e Técnicas de Ensino para Formadores em Segurança e Saúde no Trabalho	Outubro	RJ	37
Segurança e Saúde no Trabalho Portuário	Outubro	SC	34
Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos: International Chemical Control Toolkit	Outubro	SP	23
Introdução a higiene ocupacional – métodos qualitativos e quantitativos de levantamento	Novembro	MS	15
II seminário sobre segurança e saúde do trabalhador do Vale do São Francisco	Novembro	PE	360
Proteção de Máquinas e Equipamentos	Novembro	PR	122

Ações educativas	Mês	UF	Quantidade de participantes
Curso de Riscos Ocupacionais no Setor de Fundição e Medidas de Controle	Novembro	PR	33
Seminário Paranaense Dia Nacional de Prevenção à Surdez Enfoque: Trabalhador	Novembro	PR	70
Ventilação Local Exaustora para Controle de Agentes Químicos nos Ambientes de Trabalho	Novembro	SC	16
Noções sobre a Norma Regulamentadora 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados	Novembro	SP	51
Fundamentos de Higiene Ocupacional	Novembro	SP	35
3º Seminário Estadual de CIPAS do Setor de Confeccções	Dezembro	ES	39
Exposição Ocupacional às Radiações Não-Ionizantes	Dezembro	SP	35
Conceitos de nanotecnologia e impactos à saúde dos trabalhadores	Dezembro	SP	20
Avaliação ambiental de nano partículas	Dezembro	SP	61
Participação em bancas	Diversos	Diversos	39

MACROPROCESSO 4

Título: Atendimento a demandas da sociedade e prestação de serviços

Objetivos: Atender a demandas, alinhadas às prioridades da FUNDACENTRO, por avaliações, análises e estudos técnico-científicos na área de segurança e saúde do trabalhador que ofereçam subsídios para: promover a melhoria das condições dos ambientes de trabalho e do meio ambiente em geral; contribuir para a geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável; reduzir os riscos ambientais e de acidentes do trabalho decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos ou de agentes agressivos à saúde e ao meio ambiente associados a esses processos; promover o fortalecimento do sistema de normalização, controle de qualidade e metrologia dos produtos brasileiros; e aperfeiçoar a normatização e negociação coletiva em SST.

A FUNDACENTRO recebe demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições para emitir relatórios, informes e pareceres técnico-científicos na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente, sobre: a qualidade de equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador; investigação de acidentes graves e fatais e de condições de risco relacionadas ao desenvolvimento de doenças ocupacionais e relacionadas ao trabalho; avaliação e análise do estado de saúde dos trabalhadores potencialmente expostos a agentes agressores presentes em ambientes de trabalho; e avaliações e análises de contaminantes nos ambientes de trabalho.

Em 2012, duas áreas da Fundacentro contribuíram de forma significativa para o número de relatórios emitidos: o Serviço de Equipamentos de Segurança (SES) e o Serviço de Medicina (SMe).

O SES foi responsável pela emissão de 392 relatórios (64,6% do total realizado). Esses relatórios foram emitidos em atendimento a solicitações de auditores fiscais do MTE, de empresas usuárias de equipamentos de proteção individual (EPI) e de fabricantes e importadores desses equipamentos. Segundo o Art. 167 da Lei 6514, de 22/12/1977, todo EPI utilizado ou colocado à venda no Brasil necessita obter o Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo MTE. A Fundacentro possui um dos laboratórios reconhecidos pelo MTE para ensaiar esses equipamentos.

O SMe foi responsável pela emissão de 205 relatórios sobre o estado de saúde dos trabalhadores (33,8% do total de relatórios emitidos pela Fundacentro). Os demais relatórios emitidos nessa ação perfazem um total de 10 (1,6% do total) e dizem respeito ao atendimento a solicitações de pareceres sobre condições de SST nos ambientes de trabalho, solicitadas pelo Ministério Público e outros órgãos das três esferas de governo.

Neste macroprocesso também são contabilizadas as participações nas comissões tripartites (representantes do governo, de trabalhadores e de empregadores) que assessoram tecnicamente o estudo e a concepção das normas de SST, que serão editadas pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (DSST/SIT).

Além das demandas descritas, podemos incluir, também, neste macroprocesso as seguintes demandas por informações sobre SST solicitadas pelos mais diversos atores sociais: consultas técnicas; entrevistas; palestras; atendimento a usuários; e atendimento a visitas técnicas.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Três macroprocessos de apoio têm participação ativa na realização do processo finalístico da instituição: o apoio à realização de eventos, os serviços gráficos e o serviço de informática e tecnologia da informação.

O apoio a realização de eventos é prestado pelo Serviço de Eventos (SEv), vinculado à Diretoria Executiva, que tem a atribuição de organizar operacionalmente os cursos (fazer divulgação, reservar salas e infraestrutura, receber inscritos etc.), a realização dos eventos de curta duração (seminários, conferências e palestras) realizados no CTN. Em 2012 foram apoiados 87 eventos.

Os serviços gráficos, ou seja, a impressão das publicações preparadas pelo Serviço de Publicações, são feitos pela Divisão de Gráfica (DG), vinculada à Diretoria de Administração e Finanças. No ano de 2012, foram impressos: a) Nanotecnologia Segura No Ambiente de Trabalho (Folder), tiragem de 5000 exemplares; b) Código de Ética da Fundacentro, tiragem de 2000 exemplares; c) Anais IX Semana da Pesquisa da Fundacentro, tiragem de 1000 exemplares; d) A Fundacentro Em Cordel, tiragem de 500 exemplares; e) Efeitos da Exposição Ao Benzeno Para A Saúde – (Fascículo) tiragem de 3000 exemplares; f) Catálogo de Publicações da Fundacentro, tiragem de 1000 exemplares; g) Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos (Livro) – 2000 exemplares; h) dois números da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, tiragem de 1500 exemplares cada número.

Os serviços de informática e tecnologia da informação são prestados pelo Serviço Corporativo de Tecnologia da Informação – SCTI. Em 2012, foram concluídos quatro projetos de sistemas de informação e iniciados mais quatro projetos que serão concluídos em 2013, além dos projetos de aquisição de bens e recursos de tecnologia da informação, que são detalhados a seguir.

Em 2012 ocorreu a primeira videoconferência da FUNDACENTRO. A videoconferência proporcionará tecnologia de última geração no que se refere à forma com a qual a FUNDACENTRO divulgará suas informações e seu conhecimento, tanto internamente quanto para a sociedade. Ao utilizar essa tecnologia, é possível efetuar reuniões internas entre o CTN e UD ou até mesmo entre UD's. Também é possível utilizar o webcast, recurso que permite publicar, ao vivo na Internet, qualquer curso ou evento. O projeto está na primeira fase e terá continuidade em 2013.

Também foi implantada uma nova tecnologia de e-mail. Foi implantado um novo servidor de aplicação para suportar os serviços de e-mail. Mais robusto, estável e com melhor sistema de gerenciamento, os serviços de e-mail apresentaram melhoria desde a implantação.

Também foram concluídos quatro sistemas de informação:

a) Sistema Sobrecarga Térmica - é um sistema pioneiro no seu ramo de atuação, não só no que tange à área técnica e ao atendimento à sociedade, mas também no desenvolvimento de sistemas de informação aplicado desenvolvido pelo SIn. Convém salientar que o software teve sua patente registrada no INPI. O software para monitorar em todo o país a exposição ao calor dos trabalhadores rurais utilizando dados provenientes das estações meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, e posteriormente divulga as informações no sistema para exibição à sociedade, no Portal.

b) Sistema Gerenciador de Pessoal – fase 1 permitirá melhor gestão pelas áreas de Recursos Humanos (CRH, SAP, SBS, SRH) referente aos dados cadastrais dos servidores e em fases futuras aprimorar o gerenciamento de pessoas da Instituição. Com painel (dashboard) para cada servidor, é possível consultar suas informações cadastrais e solicitar serviços por meio dos subsistemas atrelados ao Sistema Gerenciador de Pessoal, tais como férias, licença prêmio, licença médica e outras licenças.

c) Sistema de Compras - tem o objetivo de propiciar a todos os envolvidos (solicitante e área administrativa) o lançamento e acompanhamento de todas as fases do processo de compra até a

emissão de pedido de fornecimento. As principais funcionalidades englobam: lançamento da solicitação de compra, envio de orçamentos pelas empresas por meio do site da FUNDACENTRO, emissão de parecer técnico do solicitante pelo sistema, geração de mapa comparativo de preços, lançamento de pré-empenho e empenho, controle de pedidos de fornecimento, divulgação das licitações no portal, entre outros.

d) Sistema de Licenças Médicas, Licença Prêmio e Outras Licenças - O sistema de licenças médicas permite ao SBS a gestão de todo o fluxo de solicitação de licença médica dos servidores da Instituição. Permite o acompanhamento detalhado das licenças médicas por meio de relatórios gerenciais. O sistema Licença Prêmio permite a gestão e acompanhamento de todos os servidores que estão em gozo desse tipo de licença. O sistema outras licenças permite o lançamento e acompanhamento de todas as demais licenças gozadas pelos servidores.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No que se refere às parcerias internas a que mais se destaca é a parceria da Fundacentro com a Secretaria de Inspeção do Trabalho e os órgãos a ela vinculados, por ser a área do Ministério que tem atribuições relacionadas com esta instituição.

A Fundacentro tem acordos de cooperação firmados com diversas entidades podendo ser destacados:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Osasco, para fornecimento de laudos radiológicos relatórios sobre o estado de saúde de trabalhadores expostos ao amianto,
- Programa de Cooperação Técnico – Científica com a Defensoria Pública da União para erradicação do escarpelamento por embarcação;
- ACT com Instituto Nacional de Meteorologia – INMET para acesso aos dados da rede de estações meteorológicas automáticas do INMET, para cálculo do índice de sobrecarga térmica a que o trabalhador está exposto;
- ACT com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes às políticas de segurança e saúde no trabalho (SST), ;
- Termo de parceria Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE para Desenvolver programa de cooperação técnico-científico para a produção de estatísticas e indicadores sobre doenças e acidentes de trabalho para os Estados de São Paulo e Minas Gerais e de interesse imediato da área de saúde e segurança no trabalho, tendo como resultado a publicação “Vinculação de Bancos de Dados de Acidentes do Trabalho Fatais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais: 2006-2008”;
- Protocolo de intenções com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE para Desenvolver programa de cooperação no campo da segurança e saúde no trabalho;
- Acordo de Cooperação Técnica com a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro, Calçado – CONNACOVEST para reconhecimento de Direitos e Obrigações sobre Propriedade Intelectual - Registro de Patente;
- ACT com o Ministério Público do Trabalho ACT - Desenvolver um programa de cooperação no campo de SST, visando acompanhar, propor e colaborar com ações de vigilância em saúde do trabalhador;
- Protocolo de Intenções com a Organização Internacional do Trabalho para desenvolver ações com vistas à adoção de sistemas de gestão em segurança e saúde dos trabalhadores.

Além disso, a Fundacentro participa de vários comitês, comissões e grupos de trabalho, conforme listagem apresentada na tabela a seguir:

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)	Domingos Lino	Aprovar propostas de alterações na legislação de SST, no âmbito do MTE, especialmente no que diz respeito às NRs	DSST/SIT/MTE
Comissão Tripartite de Segurança e Saúde no Trabalho (CT-SST)	Domingos Lino	Avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção n.º 187, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho	Ministério do Trabalho
Comissão Nacional Tripartite da NR6	José Damásio de Aquino	Acompanhar o Programa de conformidade dos EPI no âmbito do INMETRO; apreciar e sugerir adequações em normas aplicáveis; avaliar as solicitações de inclusão na NR 6 de novos EPI; elaborar proposta para atualização da NR 6; emitir parecer sobre dúvidas a respeito da NR 6.	DSST/SIT/MTE
Comissão Técnica de Equipamentos de Proteção Individual, (EPI) do INMETRO	José Damásio de Aquino	Elaborar e aprovar Regulamentos de Avaliação da Conformidade de EPIs, que são necessários para a certificação desses produtos no âmbito do SINMETRO	INMETRO
Conselho de Certificação do Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	José Damásio de Aquino	Aprovar o relatório anual de atividades de certificação do INT	INT/MCT
Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas	Paulo Altair Araujo Soares	Espaço de debates e conjugação de esforços entre Governo e Setor privado, para elaborar propostas e ações de políticas públicas orientadas às MPE, com objetivo de divulgar e promover o fortalecimento das mesmas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Sr. Ministro de Estado
Comissão Estadual do Benzeno	Paulo Altair Araujo Soares	Discutir e acordar procedimentos relativos à Prevenção do Benzenismo. Dar suporte e negociar as modificações na Regulamentação da Exposição dos Trabalhadores e medidas de Controle.	Roberto Shalamberg

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Permanente Nacional Aquaviária	Flavio Miranda de Oliveira	Atualização NR 30 com seus anexos. Atualmente em fase de construção de um Anexo para as atividades fluviárias	José Emilio Magro (MTe / SRTE-ES)
Permanente Regional da Construção Civil	Flavio Miranda de Oliveira	Contribuir para melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores do Setor da Ind. da Construção Civil, visando a melhoria contínua da NR 18.	Flavio Miranda de Oliveira
Nacional Portuária	Maria Muccillo	Debater os temas, atividades relacionados a área portuária no viés da SST; revisar e/ou atualizar itens da Norma Regulamentadora; criar anexos à norma (se for o caso)	José Emilio Magro (MTe / SRTE-ES)
Comitê Permanente Regional / RS	Maria Muccillo	Cumprir as atribuições definidas na NR 18.	Flavio Miranda de Oliveira
Grupo de Estudos Tripartite da Convenção OIT 174 – Prevenção de Acidentes Químicos	Fernando Sobrinho Vieira	Desenvolver ações para implementação da Convenção no Brasil, que foi ratificada pelo Governo Brasileiro	DSST/MTE
Grupo Técnico Tripartite da NR 20	Fernando Sobrinho Vieira	Revisar a NR 20 sobre segurança no trabalho com inflamáveis	DSST/MTE
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ	Fernando Sobrinho Vieira	Tratar interinstitucionalmente das questões macro no Brasil e dos compromissos internacionais do Governo Brasileiro	Ministério do Meio Ambiente
Grupo Estratégico da CONASQ	Fernando Sobrinho Vieira	Reformulação e elaboração de minuta de Decreto Presidencial sobre a Comissão	Ministério do Meio Ambiente
Grupo intersessional do International Negotiation Committee do Mercúrio	Fernando Sobrinho Vieira	Elaborar texto sobre saúde e saúde ocupacional para a Convenção Internacional do Mercúrio	Ministério da Saúde
Grupo Nacional Coordenador da Implementação da Convenção de Estocolmo no Brasil	Fernando Sobrinho Vieira	Coordenar a implementação da Convenção ratificada pelo Governo Brasileiro para banimento dos poluentes orgânicos persistentes	Ministério do Meio Ambiente

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comissão nacional permanente do benzeno	Arline Sydneia Abel Arcuri	Acompanhar o acordo e a legislação do benzeno e propor melhorias na legislação	Luiz Sergio Brandão de Oliveira (indicado pelo DSST)
Grupo de Trabalho Tripartite do Plano Nacional de Trabalho Decente	Arline Sydneia Abel Arcuri	Assessorar na implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente, o Comitê Executivo Interministerial previsto no Memorando de Entendimento firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho	Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho
CTPN NR 32	Erica Lui Reinhardt	Discussão da implementação da NR 32	Antônio Carlos Ribeiro Filho (auditor fiscal do MTE de Juiz de Fora)
CTPR/SP NR32	Erica Lui Reinhardt	Discussão da implementação da NR 32 no Estado de São Paulo	Lucinéia Nucci (advogada do SINDHOSP)
Comissão nacional permanente do benzeno	Luiza Maria Nunes Cardoso	Acompanhar a implementação do acordo e a legislação do benzeno no estado/regiões e propor a comissão nacional – CNPBz melhorias na legislação	Luiz Sergio Brandão de Oliveira (indicado pelo DSST)
Comissão Estadual do Benzeno de São Paulo	Luiza Maria Nunes Cardoso	Acompanhar a implementação do acordo e a legislação do benzeno no estado/regiões e propor a comissão nacional – CNPBz melhorias na legislação	Coordenação: Danilo Costa – AFT/SRTE SP
Comissão regional do ABC	Luiza Maria Nunes Cardoso	Acompanhar a implementação do acordo e a legislação do benzeno no estado/regiões e propor a comissão nacional – CNPBz melhorias na legislação	Kátia Cheli – Prefeitura de São Caetano
Comissão regional de campinas	Luiza Maria Nunes Cardoso	Acompanhar a implementação do acordo e a legislação do benzeno no estado/regiões e propor a comissão nacional – CNPBz melhorias na legislação	Elisabeth Trevisan - ERCa

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comissão regional do Vale do Paraíba	Luiza Maria Nunes Cardoso	Acompanhar a implementação do acordo e a legislação do benzeno no estado/regiões e propor a comissão nacional – CNPBz melhorias na legislação	José Augusto Mendes/Coordenador do CEREST – Cruzeiro
Fórum Nacional de Aprendizagem	Sonia Maria José Bombardi	Promoção de debates sobre a contratação de aprendizes, instituído por meio da Portaria nº 983 de 26 de novembro de 2008	Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho
Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST	Sonia Maria José Bombardi	Avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Convenção n.º 187, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da Estrutura de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho	Ministério da Saúde
Grupo de Trabalho Setorial Transporte Rodoviário de Cargas - GTS-TRC (Grupo de trabalho da CTSST)	Sonia Maria José Bombardi	Fortalecer o diálogo social, aperfeiçoar a regulamentação em vigor no setor do transporte rodoviário de cargas (TRC) e reforçar a formação específica em SST.	Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde (Carlos Augusto Vaz de Souza)
CPR/ES (Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Espírito Santo).	Francisco de Almeida Gusmão	Discutir em grupo tripartite, com representantes do setor da Indústria da Construção, assuntos e temas pertinentes ao setor. Fomentar a realização de eventos de cunho educativo	Adelso Pereira Rosa (Representante do SINTRACONST/ES - Sindicato dos Trabalhadores)
SPNMG (Subcomissão Permanente Nacional de Mármore e Granito).	José Geraldo Aguiar	Discutir com representantes do setor da Mineração, assuntos e temas pertinentes.	Mário Parreira de Farias (SRTe/MG/MTE).

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Grupo de Trabalho da SPNMG (Subcomissão Permanente Nacional de Mármore e Granito).	José Geraldo Aguiar	Discutir com representantes do setor da Mineração, itens da NR 22 que necessitam de adequação específica ao setor de Mármore e Granito entre outros.	Márcia Cristina Lopes (SRTE/ES/MTE).
Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora nº 34 (CNTT NR34)	Antonio Carlos Garcia Junior	Responsável pelo acompanhamento da implementação da NR 34	SIT/DSST
Comissão Permanente Nacional Portuária - CPNP	Antonio Carlos Garcia Junior	Acompanhar a implantação da NR 29 nos portos brasileiros e discutir a adaptação do texto desta norma com o avanço tecnológico e com aportes técnicos vindos das bancadas patronais dos trabalhadores e do governo	José Emilio Magro auditor da SRTE/ES representando a DSST/SIT
Comitê estadual de investigação de óbitos e amputações relacionados ao trabalho do Paraná - CEIOART	Marlene Lucas	Avaliar e monitorar as investigações de acidentes/doenças graves/fatais.	Renée Araújo Machado - MPT/PR
Grupo executivo sobre o trabalho decente	Evelyn Joice Albizu	Definir os termos e instrumentos de execução da agenda estadual do trabalho decente - Paraná	José Carlos Trizotti - Sec. De Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - PR
Comitê permanente regional da indústria da construção - CPR/PR	Adir de Souza	Estudar e propor melhorias nos ambientes de trabalho na indústria da construção; Aperfeiçoar as normas regulamentadoras vigentes; Propor campanhas de prevenção de acidentes no setor	Adir de Souza

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comitê de incentivo à formalidade na indústria da construção civil	Adir de Souza	Promover ações de fiscalização preventiva nos ambientes de trabalho na construção civil, informando aos empregadores sobre os benefícios do registro em carteira para os trabalhadores e sobre o controle do meio ambiente de trabalho, encaminhando, quando necessário, os relatórios à SRTE ou Ministério Público do Trabalho quando necessário, para que sejam implementadas ações legais cabíveis.	Euclésio Manoel Finatti
Comissão executiva do fórum de proteção do meio ambiente de trabalho do Paraná - Ministério Público do Trabalho	Mey Rose de Mello Pereira Rink	Propor ações preventivas e educativas aos segmentos industriais ou comerciais que venham apresentando alta incidência de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, através de denúncias de trabalhadores ou informações advindas das diversas entidades componentes do fórum.	Renée Araújo Machado - MPT/PR
Comissão de higiene e segurança do trabalho do fórum de proteção do meio ambiente de trabalho do Paraná - Ministério Público do Trabalho	Mey Rose de Mello Pereira Rink	Executar as ações propostas pela comissão executiva, bem como avaliar a eficácia das mesmas.	Renée Araújo Machado - MPT/PR
Comitê Permanente Nacional Sobre Condições E Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – CPN	Mauricio José Viana	a) deliberar a respeito das propostas apresentadas pelos CPR, ouvidos os demais CPR -b) encaminhar ao Ministério do Trabalho as propostas aprovadas - c) justificar aos CPR a não aprovação das propostas apresentadas - d) elaborar propostas, encaminhando cópia aos CPR - e) aprovar os Regulamentos Técnicos de Procedimentos - RTP	Haruo Ishikawa - (Empresário)

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comitê Permanente Regional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção de Pernambuco – CPR-PE	Mauricio José Viana	a) estudar e propor medidas para o controle e a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho na indústria da construção - b) implementar a coleta de dados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na indústria da construção, visando estimular iniciativas de aperfeiçoamento técnico de processos construtivos, de máquinas, equipamentos, ferramentas e procedimentos nas atividades da indústria da construção - c) participar e propor campanhas de prevenção de acidentes para a indústria da construção - d) incentivar estudos e debates visando ao aperfeiçoamento permanente das normas técnicas, regulamentadoras e de procedimentos na indústria da construção - e) encaminhar o resultado de suas propostas ao CPN - f) apreciar propostas encaminhadas pelo CPN, sejam elas oriundas do próprio CPN ou de outro CPR - g)) negociar cronograma para gradativa implementação de itens da Norma que não impliquem em grave e iminente risco, atendendo as peculiaridades e dificuldades regionais, desde que sejam aprovadas por consenso e homologados pelo Comitê Permanente Nacional - CPN	Beroaldo Maia (SRTE) - Mauricio Viana (FUNDACENTRO)
CPR-PB - Comitê Permanente Regional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção da Paraíba (João Pessoa)	José Hélio Lopes Batista e Maria da Conceição Moreira	Melhorar continuamente o ambiente de trabalho na indústria da construção, tornando-o mais saudável e com maior qualidade de vida	José Hélio Lopes Batista (FUNDACENTRO-PE)
CPR-PE - Comitê Permanente Regional Sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção de Pernambuco (Recife);	José Hélio Lopes Batista e Maria da Conceição Moreira	Melhorar continuamente o ambiente de trabalho na indústria da construção, tornando-o mais saudável e com maior qualidade de vida	Beroaldo Maia Junior (SRTE-PE) e Maurício José Viana (FUNDACENTRO-PE)
Comitê Permanente Regional - DF	Dionísio Leone Lamera	Promoção de Eventos e Estudos da NR-18	Seconci - DF
Comitê Permanente Regional - GO	Dionísio Leone Lamera	Promoção de Eventos e Estudos da NR-18	Sinduscon - GO

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comitê Permanente Regional - MT	Dionísio Leone Lamera	Promoção de Eventos e Estudos da NR-18	Fetiemt
COCE-GO	Dionísio Leone Lamera	Promoção de Cursos e Eventos Educativos	SRTE-GO
COCE-MT	Itamar de Almeida Leandro	Promoção de Cursos e Eventos Educativos	SRTE-MT
COCE-DF	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Promoção de Cursos e Eventos Educativos	Fundacentro - CRDF
GT SNC	Luiz Augusto Damasceno Brasil	VIII Semana Nacional de C&T	Ministério da C&T
Comitê Permanente Regional - DF	Swylmar dos Santos Ferreira	Promoção de Eventos/Estudos da NR-18	Seconci-DF
Comitê Permanente Regional - TO	Swylmar dos Santos Ferreira	Promoção de Eventos/Estudos da NR-18	Sinicon - TO
COCE-TO	Swylmar dos Santos Ferreira	Promoção de Cursos e Eventos Educativos	SRTE-TO
Grupo de Trabalho Tripartite – GTT (NR 24)	Swylmar dos Santos Ferreira	Elaborar proposta final de texto para revisão da Norma Regulamentadora 24	SIT/DSST
Comissão Nacional Permanente do Benzeno - CNPBz	Albertinho Barreto de Carvalho	implantar e acompanhar o cumprimento do Acordo e Legislação do Benzeno	MTe/DSST
Comissão Regional Tripartite do Benzeno da Bahia - CRTBz	Albertinho Barreto de Carvalho	implantar e acompanhar o cumprimento do Acordo e Legislação do Benzeno	MTe/DSST
Comissão Permanente Nacional Rural (NR 31)	Armando Barbosa Xavier Filho	Avaliar proposta de alteração na NR 31	MTe/DSST
Comitê Gestor do Programa Bahia do Trabalho Decente	Maria Lúcia Maia Ribeiro Lino	Discutir as questões relacionadas ao trabalho seguro e decente e todos os seus eixos pertencentes ao programa.	SETRE- Secretária do Trabalho, emprego, renda e esporte

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
CPN (Comitê permanente nacional); CPR/SE (Comitê Permanente Regional de Sergipe)	Robson Rodrigues da Silva	Discutir e aprimorar a NR-18	Haruo Ishiuaua (Bancada Patronal); Roberto Barros (Bancada Patronal); Maurício Melo (Bancada do Governo) - coordenam as comissões respectivamente.
Comitê Permanente Regional /BA	Robson Rodrigues da Silva	Discutir e aprimorar a NR-18	Haruo Ishiuaua (Bancada Patronal); Roberto Barros (Bancada Patronal); Maurício Melo (Bancada do Governo) - coordenam as comissões respectivamente.

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comissão Permanente Regional da Construção Civil	Hélio Vitor de Andrade Filho	a) Estudar e propor medidas para controle e a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho na indústria da construção; b) Implementar a coleta de dados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na indústria da construção, visando estimular iniciativas de aperfeiçoamento técnico de processos construtivos, de máquinas, equipamentos, ferramenta e procedimentos nas atividades da indústria da construção; c) Participar e propor campanhas de prevenção de acidentes para a indústria da construção; d) Incentivar estudos e debates visando ao aperfeiçoamento permanente das normas técnicas, regulamentadoras e de procedimento na indústria da construção; e) Encaminhar o resultado de suas propostas ao CPN; f) Apreciar propostas encaminhadas pelo CPN, sejam elas oriundas do próprio CPN ou de outro CPR.	Jomar de Sousa Lima Ferreira (Engº civil, Esp. em Segurança do Trabalho, Auditor-Fiscal do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego)
Comissão Permanente Regional CPR	Orlando Mantovani	Buscar maneiras de facilitar o entendimento e aplicação da NR 18 - Propor melhorias na norma	Sindicato de Trabalhadores
Comitê Permanente de Negociação do Convenção Coletiva de Prensas	Artur Moreira	Melhorar as condições de trabalho junto as prensas e equipamentos similares. - A convenção foi assinada no ano de 2010 e tem uma série de prazos a serem cumpridos pelas empresas e o CPN contribui nas questões de fiscalização e capacitação.	SRTE
Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR 35	Artur Moreira	Avaliar necessidade de revisão da NR 35	SIT/DSST
Fórum de SST	Artur Moreira	Constituir grupo de discussão, denúncia e propositor de ações relativas à segurança e saúde no trabalho	Ministério Público

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
Comissão Permanente Regional Rural de Santa Catarina – CPRR	Mário Sérgio dos Santos	Buscar maneiras de facilitar o entendimento e aplicação da NRR 31 - Propor melhorias na norma e outras	Superintendência Regional do Trabalho Dra. Lillian Carlota Rezende - Coordenação da Fiscalização Rural de SC
Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho/SC	Mary Angela Barcelos	Espaço permanente de discussão das questões relacionadas à erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador.	Ministério Público do Trabalho
Comissão Nacional Tripartite Temática da Norma Regulamentadora nº 34 (CNTT NR34)	Antônio Lincoln Colucci	Responsável pelo acompanhamento da implementação da NR 34	SIT/DSST
Comissão Nacional Tripartite da NR 6	Antonio Vladimir Vieira	Acompanhar o Programa de conformidade dos EPI no âmbito do INMETRO; apreciar e sugerir adequações em normas aplicáveis; avaliar as solicitações de inclusão na NR 6 de novos EPI; elaborar proposta para atualização da NR 6; emitir parecer sobre dúvidas a respeito da NR 6	Rosemary Leão
CPR- Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Construção Civil / NR 18	Fábio Sperduti	a) estudar e propor medidas para o controle e a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho na indústria da construção; b) implementar a coleta de dados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na indústria da construção, visando estimular iniciativas de aperfeiçoamento técnico de processos construtivos, de máquinas, equipamentos, ferramentas e procedimentos nas atividades da indústria da construção; c) participar e propor campanhas de prevenção de acidentes para a indústria da construção; d) incentivar estudos e debates visando ao aperfeiçoamento permanente das normas técnicas, regulamentadoras e de procedimentos na indústria da construção;	Robinson Leme – Feticom/ SP

COMISSÃO	TÉCNICO	FINALIDADE DA COMISSÃO	COORDENAÇÃO
CPN - Plástico - Comissão Permanente de Negociação do Setor Plástico	Roberto do Valle Giuliano	Administrar as cláusulas sociais e técnicas da convenção no decorrer da sua vigência.	Gilmar do Amaral do Sindicato patronal
CPN – IM - Comissão Permanente de Negociação do Setor Metalúrgico	Roberto do Valle Giuliano	Administrar as cláusulas sociais e técnicas da convenção no decorrer da sua vigência	Oduwaldo Álvaro do Sindicato patronal
Grupo do Cesto Aéreo	Roberto do Valle Giuliano	Desenvolvimento de normalização quanto ao uso seguro do cesto aéreo para ser anexado a NR12	Aida Cristina Becker do SRTE/Caxias do Sul
Comissão Permanente Nacional Rural (NR 31)	Maria Cristina Gonzaga	Avaliar proposta de alteração na NR 31	MTe/DSST
Grupo de Trabalho de Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho	Maria Maeno e Cristiane Queiroz Barbeiro Lima	Responsável pela avaliação e proposição de Políticas de Saúde e Segurança no Trabalho	MTE/SIT
Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON)	Airton Tavares de Almeida Junior	Responsável pela avaliação de regulamentos voltados à proteção no âmbito do Programa Nuclear Brasileiro	Gabinete de Segurança Institucional, da Casa Civil
	Nilce Aparecida Honrado Pastorello		
Grupo de Trabalho Tripartite da NR-15	Irlon de Angelo da Cunha	Responsável pela elaboração de proposta de revisão da NR 15	SIT/DSST

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Como avanço no ano de 2012, pode ser citada a criação do Núcleo de Informações, Inovação, Planejamento e Gestão Estratégica – NIPGE, que tem, dentre outras atribuições, desenvolver atividades de planejamento e gestão estratégica (Portaria 53, de 20 de abril de 2012, da Fundacentro). Com a aprovação da nova estrutura, a Fundacentro deverá avançar nesse sentido.

A Fundacentro dispõe do Sistema de Gestão de Projetos e Atividades – SGPA, como forma de planejar e acompanhar a execução das ações. O SGPA está disponível para todos os servidores na intranet da Fundacentro.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O SGPA possui diferentes níveis de acesso, permitindo aos gestores, coordenadores de agrupamentos estratégicos, coordenadores de projetos e servidores conhecerem e acompanharem todas as atividades e os projetos, e também obterem relatórios gerenciais que possibilitam medidas corretivas.

Os agrupamentos estratégicos da área finalística, onde os projetos e atividades da área técnica são inseridos, foram divididos em:

a) Grupos de Pesquisa:

- ACDOMAT - Estudos e Pesquisas sobre Acidentes, Doenças e Mortes nos Ambientes de Trabalho;
- GSST - Gestão em SST
- PRECAT - Precarização do Trabalho;
- RADION - Radiações Ionizantes.

b) Grupos Temáticos:

- AGAMB - Prevenção e Controle da Exposição Ocupacional a Agentes Ambientais;
- ANTRAB - Análise do Trabalho;
- ORTADO - Organização do Trabalho e Adoecimento;
- PROMAQ - Proteção de Máquinas;
- TRABADI - Trabalhador com Deficiência.

c) Subprogramas:

- ACQUAFORUM - Programa Nacional de Segurança, Saúde e Meio Ambiente nas Atividades de Pesca e Mergulho Profissional;
- APPSST - Apoio a Políticas Públicas em Segurança e Saúde do Trabalhador;
- PNES - Programa Nacional de Eliminação da Silicose;
- PROEDUC - Programa Nacional de Educação em Saúde do Trabalhador;
- PROESIC - Programa de Engenharia de Segurança na Indústria da Construção;
- PROPEQEMP - Programa Nacional em SST para a Pequena Empresa;
- SAAR - Segurança e Saúde no Trabalho Rural.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Como realçado anteriormente, as metas da Fundacentro são aquelas estabelecidas para o Plano Plurianual, considerado documento norteador de suas ações institucionais. Na tabela a seguir são apresentadas as metas das ações orçamentárias finalísticas da Fundacentro e os resultados alcançados, conforme dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP:

Código	Ação	Unidade	Meta	Alcançado	Execução Física
4714	Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho.	Pesquisa realizada	33	34	103%
4814	Educação em Segurança e Saúde no Trabalho.	Pessoa Capacitada	4500	4128	92%
4722	Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico	Exemplar Distribuído	65000	66447	102%
6536	Participação em Grupos e Comissões Tripartites .	Relatório emitido	600	607	101%

Os resultados mostram que a as metas foram atingidas dentro da margem de variação considerada aceitável

2.4 INDICADORES

Os indicadores usados para medir os resultados alcançados são as metas das Ações Orçamentárias finalísticas apresentadas no item anterior, que mostram o atingimento das metas.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

De acordo com seu estatuto a Fundacentro tem em sua estrutura a Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com competências de: a) assistir direta e indiretamente ao Presidente da FUNDACENTRO e ao Conselho Curador, quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da FUNDACENTRO; b) orientar tecnicamente os demais órgãos da FUNDACENTRO, quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos; c) executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e d) acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na FUNDACENTRO para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

Além disso, a Fundacentro tem um Conselho Curador, ao qual compete:

- I. aprovar o plano de ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações;
- II. autorizar a solicitação de abertura de créditos adicionais;
- III. autorizar a celebração de convênios, contratos, acordos ou ajustes, e seus respectivos termos aditivos, previstos no parágrafo único do art. 2º deste Estatuto;
- IV. decidir sobre a alienação e aquisição de bens imóveis, manifestando-se, inclusive, acerca da aceitação de doação, com ou sem encargo;
- V. examinar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas e o relatório anual de atividades da FUNDACENTRO para encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e posterior julgamento do Tribunal de Contas da União;
- VI. examinar os assentamentos contábeis e administrativos, zelando pelo cumprimento da legislação pertinente e deste Estatuto;
- VII. examinar e emitir parecer sobre as propostas de alteração do Estatuto e do regimento interno da FUNDACENTRO;
- VIII. examinar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por qualquer um de seus membros, emitindo pareceres conclusivos; e
- IX. representar ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer na administração da FUNDACENTRO.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica: A maioria dos problemas identificados neste relatório refere-se a falta de servidores. A Fundacentro é uma entidade que se tornou “fechada” e avessa a qualquer mudança. Os administradores encontram dificuldades em promover mudanças.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Este item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada

3.4. Sistema de Correição:

Esta instituição em virtude da iminente aprovação de seu novo Estatuto e da falta de servidores encontra-se sem Corregedoria, não possuindo, por conseguinte, sistema de correição, razão pela qual a resposta a este item resta prejudicado.

Apesar do acima exposto, esta instituição possui Comissão de Ética desde 1994, a qual possui regimento interno (Portaria nº 179/2009, de 22 de setembro de 2009) e Código de Conduta (Portaria nº 120/2011, de 22 de junho de 2011 da Fundacentro).

Salienta-se que esta instituição tenta há algum tempo realizar sindicâncias, inquéritos e processos administrativos disciplinares relativos a condutas de servidores, tudo sem sucesso em razão da falta de servidores e da ausência de conhecimento técnico específico.

De todo modo, estamos tentando realizar parcerias, visando à criação de Comissões Interinstitucionais Disciplinares para realização de sindicâncias, processos e inquéritos administrativos.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU:

Esta instituição em razão do escasso quadro de servidores tem tido sérias dificuldades para instauração e realização de PADs, conforme relatado acima, razão pela qual no ano de 2012 não foi instaurada qualquer sindicância, inquérito ou processo administrativo disciplinar no âmbito da Fundacentro, o que impossibilitou o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (PAD).

Salientamos que em caso de instauração de sindicância, inquérito ou processo administrativo disciplinar, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares será devidamente usado, cumprindo-se a rigor a Portaria nº 1.043/2007 da CGU

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Esse item não se aplica A Fundacentro não tem programas temáticos sob sua responsabilidade. A Fundacentro é responsável apenas por metas e iniciativas dentro do Programa 2071: TRABALHO, EMPREGO E RENDA, Objetivo 0293 - PROMOVER A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DE MODO A PREVENIR DOENÇAS E ACIDENTES.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Esse item não se aplica. A Fundacentro não tem objetivos sob sua responsabilidade. A Fundacentro é responsável apenas por metas e iniciativas dentro do Programa 2071: TRABALHO, EMPREGO E RENDA, Objetivo 0293 - PROMOVER A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DE MODO A PREVENIR DOENÇAS E ACIDENTES.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		4714				
Descrição		Pesquisa, Estudo e Desenvolvimento em Segurança e Saúde no Trabalho.				
Iniciativa		Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador				
Unidade Responsável		Diretoria Técnica				
Unidade Orçamentária		38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.310.000,00	2.310.000,00	2.208.874,63	1.315.608,84	0	893.265,79	1.315.608,84
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produção técnico-científica concluída: artigo técnico científico publicado; relatório técnico de pesquisa emitido; defesa de monografia, mestrado ou doutorado	Pesquisa realizada	33*	34	2.223.916,00**	2.208.874,63

* meta revista, conforme informação do SIOP

** em função do contingenciamento, conforme Ofício 38/SE/MTE, de 29/02/2012

Identificação da Ação						
Código		4814				
Descrição		Educação em Segurança e Saúde no Trabalho.				
Iniciativa		Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador				
Unidade Responsável		Diretoria Técnica				
Unidade Orçamentária		38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.130.000,00	1.130.000,00	1.113.832,20	1.104.978,80	0	8.853,4	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Qualificação de profissionais por meio de: cursos; participação em bancas de monografia, mestrado ou doutorado; oficinas de trabalho com carga horária superior a 8 horas.	Pessoa Qualificada	4500	4128	1.101.599,00*	1.113.832,20

* em função do contingenciamento, conforme Ofício 38/SE/MTE, de 29/02/2012

Identificação da Ação						
Código		4722				
Descrição		Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico				
Iniciativa		Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador				
Unidade Responsável		Diretoria Técnica				
Unidade Orçamentária		38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.350.000,00	1.350.000,00	316.825,09	250.607,77	0	66.217,32	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Distribuição de material didático e audiovisual	Exemplar distribuído	65000*	66447	1.152.872,00**	316.825,09

*meta revista, conforme informação do SIOP

** em função do contingenciamento, conforme Ofício 38/SE/MTE, de 29/02/2012

Identificação da Ação						
Código		6536				
Descrição		Participação em Grupos e Comissões Tripartites				
Iniciativa		Elaboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho				
Unidade Responsável		Diretoria Técnica				
Unidade Orçamentária		38201- Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
210.000,00	210.000,00	178.513,56	123.784,56		54.729	123.784,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Relatórios sobre acidentes graves e fatais emitidos; informes e pareceres técnicos conclusivos emitidos; relatórios de equipamentos de proteção individual - EPI emitidos; relatórios de avaliação de estado de saúde emitidos.	Relatório Emitido	600	607	200.000,00 **	178.513,56

** em função do contingenciamento, conforme Ofício 38/SE/MTE, de 29/02/2012

Análise Crítica

De maneira geral as metas foram cumpridas de maneira satisfatória. Deve ser destacado que as metas foram definidas em um momento em que havia a expectativa de aposentadoria de um grande número de pesquisadores. Como as aposentadorias não ocorreram na dimensão prevista, e houve a nomeação de concursados, as metas da ação 4714 foram revistas para maior. Cabe lembrar também que o processo de publicação de artigos passa por processos de avaliação por conselhos editoriais das revistas, tendo um prazo maior para realização do produto, nem sempre, por isso, guardando uma relação direta com os gastos do ano em questão. Na ação 4722, a meta também foi revista, principalmente por passar a considerar os *downloads* de Edição completa da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – RBSO, que foi disponibilizada na base Scielo na internet, aumentando, consideravelmente o número de leitores.

Os valores de execução financeira em relação à execução física, de maneira geral, podem ser considerados coerentes dentro de uma faixa de variação vista como aceitável.

Para ação 4722, a baixa execução financeira pode ser explicada por problemas que surgiram nos gastos com investimento. Embora tenham sido abertos processos licitatórios para aquisição de equipamentos, tais processos tiveram problemas e foram cancelados, sem que se tivesse tempo hábil para correção dos problemas. Por outro, lado o cumprimento da meta física dessa ação pode ser explicado por dois fatores: a) a distribuição de publicações durante um ano em particular não tem uma relação direta com o investimento daquele ano, mas é também função dos investimentos em anos anteriores, ou seja, as publicações distribuídas no presente ano refletem a produção de anos anteriores; b) a contagem de *downloads* da revista RBSO, que representa a distribuição de material sem necessariamente ter um exemplar impresso, permitindo ampliar o número de leitores.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Esse item não se aplica A Fundacentro não tem programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de responsabilidade da UJ.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais.				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.466.648	7.466.648	*	7.065.650	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

*Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos servidores e empregados – Exames Periódicos				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.436	38.436	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado		214	0	38.346	0

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de pessoal ativo da União				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.618.847	35.618.847	*	35.235.213	225.528	0	35.235.213
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

*Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Identificação da Ação						
Código		0181				
Descrição		Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.159.600	17.859.600	*	17.109.614	0	0	17.109.614
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

*Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.571.419	34.571.419	21.853.262	22.477.161	9.861	3.923.411	17.919.990
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Nota: O valor liquidado foi maior que o empenhado devido às despesas da folha de pagamentos alocados nesta ação como: PASESP e Estagiários, foram apropriadas direto do crédito disponível.

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
684.000	684.000	* 152	634.108	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

* O valor empenhado refere-se a um reembolso realizado a uma servidora.

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.000	36.000	*	25.432	0	0	25.432
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Criança atendida		32			

* Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		Auxílio Transporte aos servidores e empregados				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
205.000	205.000	*	176.336	0	0	176.336
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado		130			

* Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-alimentação aos servidores e empregados				
Unidade Responsável		Fundacentro - Sede				
Unidade Orçamentária		Fundacentro - Sede				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.115.000	1.115.000	*	1.100.383	0	0	1.100.383
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Servidor beneficiado		296			

* Não houve saldo empenhado, por se tratar de despesas de folha de pagamento, sendo o saldo apropriado diretamente do crédito disponível

Análise Crítica

Código da Ação 20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos:

Os exames periódicos não foram realizados até a presente data em razão da necessidade da conclusão de um levantamento de riscos ambiental, a fim de embasar a realização dos exames. Este levantamento encontra-se em fase final, e tão logo seja concluído, os exames periódicos serão realizados.

Código da Ação 09HB – Contribuição da União, e suas Autarquias e Fundações, para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais:

A disponibilidade orçamentária para utilização no exercício de 2012 atendeu ao solicitado.

Código da Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União:

A disponibilidade orçamentária para utilização no exercício de 2012 atendeu ao solicitado.

Código da Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis:

O orçamento disponibilizado para utilização no exercício de 2012 para efetuação de pagamento de aposentadoria e pensão, não foram suficientes tendo a necessidade de solicitar complemento, no qual somos prontamente atendidos.

Código da Ação 2000 – Administração da Unidade:

Na dotação inicial da Ação foi acrescido o valor de R\$ 10.764.218,00 referente a Emenda Parlamentar. Sendo: R\$ 4.824.218,00 para custeio e R\$ 5.940.000,00 para investimentos. Não houve liberação de cota de limite para empenho de despesas previstas na Emenda Parlamentar, sendo assim, o valor de R\$ 10.764.218,00 não pôde ser utilizado.

No orçamento desta ação há recursos de receitas próprias, fontes 0250 e 0280. O art. 4º do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, estabelece que os empenhos à conta de receitas próprias só poderiam ocorrer até o montante da reestimativa constante no Sistema Integrado de Planejamento e

Orçamento (SIOP). Dos R\$ 348.168,00 autorizados na LOA na fonte 0250, só pudemos utilizar R\$ 246.679,00. Dos R\$ 3.772.273,00 autorizados na LOA na fonte 0280, só pudemos utilizar R\$ 3.190.512,00. Sendo assim, com a reestimativa de arrecadação, houve um contingenciamento total de R\$ 683.250,00 nas fontes próprias de recursos.

O Ofício nº 038/SE-MTE, de 29 de fevereiro de 2012, fixou a cota de limite para empenho no exercício. Houve um contingenciamento total de R\$ 1.550.000,00. Sendo: R\$ 1.490.000,00 em custeio e R\$ 60.000,00 em investimentos. O contingenciamento sugerido para Ação 2000 foi de R\$ 964.218,00. Sendo: R\$ 764.218,00 em custeio e R\$ 200.000,00 em investimentos.

Em dezembro de 2012, recebemos crédito suplementar para empenho de despesas fixas no valor de R\$ 3.000.000,00. Este crédito foi fundamental para possibilitar o complemento dos saldos empenhados dos contratos de locação de mão de obra.

Código da Ação 2004: Assistência Médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes: A média mensal de pagamento de Per Capita em 2012 atendeu 368 servidores. O orçamento autorizado e liberado pelo Governo Federal permite a contratação de assistência odontológica, porém, o certame licitatório foi realizado exclusivamente para a prestação de serviços médicos e hospitalares. A fim de regularizarmos esta situação, iniciamos o novo procedimento licitatório para contratação dos serviços de assistência odontológica, que deverá ser consolidado e executado no exercício de 2013.

Código da Ação 2010: Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados:

A média mensal de pagamento em 2012 foi para 29 servidores, sendo o recurso recebido suficiente para liquidação do benefício.

Código da Ação 2011: Auxílio Transporte aos servidores e empregados:

Atualmente recebem o benefício 130 servidores, sendo o recurso recebido suficiente para liquidação do benefício.

Código da Ação 2012: Auxílio Alimentação aos servidores e empregados:

O Poder Executivo dispõe sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia de trabalho, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O auxílio em caráter indenizatório atendeu a 314 servidores, sendo o recurso recebido suficiente para liquidação do auxílio.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundacentro – São Paulo - SEDE	38201	264001
Escritório de Representação no Mato Grosso do Sul	38201	264002
Escritório de Representação em Campinas	38201	264003
Escritório de Representação da Baixada Santista (Desativado)	38201	264004
Centro Regional de Minas Gerais	38201	264005
Centro Regional de Brasília	38201	264006
Centro Regional de Pernambuco	38201	264007
Centro Regional da Bahia	38201	264008
Centro Estadual do Espírito Santo	38201	264009
Centro Estadual do Paraná	38201	264010
Centro Estadual de Santa Catarina	38201	264011
Centro Estadual do Rio de Janeiro	38201	264012
Centro Estadual do Rio Grande do Sul	38201	264013
Centro Estadual do Pará	38201	264014

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		58.855.858	58.047.296			29.307.654	24.752.166
CRÉDITOS	Suplementares		1.458.000	1.300.000			35.000	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			60.313.858	59.347.296			29.342.654	24.752.166

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		8.500.000	2.550.000				
CRÉDITOS	Suplementares		1.473.701					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			9.973.701	2.550.000				

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		29.307.654	24.752.166	8.500.000	2.550.000		
CRÉDITOS	Suplementares		35.000		1.473.701			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			29.342.654	24.752.166	9.973.701	2.550.000		

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

4.2.2.4 Análise Crítica

Houve a liberação de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 4.824.218 para custeio no PTRES 46646, mas não houve a liberação da cota de limite correspondente. Portanto não sendo possível a execução do recurso.

Em 2012, recebemos o valor de R\$ 3.700.000,00 por descentralização de crédito, sendo R\$ 3.000.000,00 para custeio (PTRES 47265) e R\$ 700.000,00 para pessoal/aposentadorias (PTRES 6414). Estes valores foram informados no Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Os projetos de reforma e melhoria da estrutura física da Fundacentro não puderam ser iniciados devido a não liberação da cota de limite correspondente à Emenda Parlamentar. O orçamento da ação de Administração da Unidade (PTRES 46646) não foi suficiente para realização de todas as demandas administrativas. Desta forma, em dezembro de 2012 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), descentralizou R\$ 3.000.000,00 para liquidação de todas as despesas em andamento.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	380010	264001	38000927200890181	700.000		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	380014	264001	38001112221272000			3.000.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

Análise Crítica:

Recebemos movimentações externas de crédito nos Grupos de Despesa de Custeio e Pessoal. Foram R\$ 3.000.000,00 para despesas fixas contratuais (custeio). E R\$ 700.000,00 para pagamentos de aposentadoria (pessoal). Os recursos para custeio foram descentralizados no último dia previsto para empenho, 07.12.2012, este fato dificultou os trabalhos.

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1 Execução de Despesas com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	17.019.394	18.317.346	15.539.563	16.443.505
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	3.370.734	2.979.821	2.501.293	2.630.310
h) Inexigibilidade	1.528.589	1.288.943	1.288.169	1.147.112
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	3.494	3.124	3.494	3.124
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	59.410.477	56.326.980	59.410.477	56.326.980
k) Diárias	368.225	324.884	368.225	324.884
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	81.700.913	79.241.098	79.111.221	76.875.915

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

* Ressaltamos que no valor liquidado do pregão foi descontado o valor dos créditos recebidos.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil			34.811.031	33.730.529				
Aposentadorias			15.203.385	13.529.550				
Obrigações Patronais			7.065.650	6.926.643				
Demais elementos do grupo			2.330.411	2.140.258				
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão de obra	12.549.238	11.874.261	12.549.238	11.874.261	1.120.221	57.534	11.429.017	11.584.305
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4.566.770	4.759.646	4.566.770	4.759.646	701.646		3.860.800	4.243.616
Material de consumo	1.171.811	1.184.877	1.171.811	1.184.877	113.378	14.825	1.057.662	933.648
Demais elementos do grupo	2.506.782	3.784.664	5.066.789	6.173.622	210.110		2.296.672	3.946.684
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
Equipamentos e Material permanente	1.859.870	1.969.637	1.859.870	1.969.637	1.102.038	135.122	753.066	616.238
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	288.104	205.234	288.104	205.234	176.295		111.809	169.115
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

Análise Crítica:

Observa-se um aumento nos gastos do grupo de despesa de pessoal, tal aumento ocorreu devido ao ingresso de novos concursados em 2012. No grupo de despesas de custeio, a maior execução aconteceu com os contratos de locação de mão de obra. Está prevista para 2013 a realização de um novo concurso público, com a entrada de novos servidores, as despesas com locação de mão de obra devem diminuir.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão	2.360.659	1.250.755	837.871	206.114
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa				
s) Inexigibilidade				
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros				
12. Total (1+2+3+4+5)	2.360.659	1.250.755	837.871	206.114

Fonte: Sistema Siafi - Coordenação de Orçamento e Finanças

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
Locação de mão de obra	2.360.659	1.250.755	2.360.659	1.250.755	1.522.788	-	837.871	206.114
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

4.2.4.2.3 Análise crítica

Os créditos recebidos por movimentações externas, tanto em 2012 como 2013, foram utilizados para empenho de despesas com locação de mão de obra. Em 2013, inscrevemos em restos a pagar 64% do crédito recebido.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

O saldo da conta 2.1.2.1.1.1.1.00, que representa o lançamento dos valores relativos ao Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, permaneceu zerado durante todo o exercício de 2012.

Assim, esta Unidade Jurisdicionada não apresenta Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	278.958		278.958	
2010	229.237		229.237	
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.583.777	510.960	3.230.489	49.809
2010	1.276.684	165.364	966.448	207.481
...				

Fonte: Sistema Siafi – Coordenação de Orçamento e Finanças

5.2.2 Análise Crítica

O montante de restos a pagar não processados teve um aumento significativo em razão de insuficiência de orçamento no ano de 2011, para liquidação de todas as despesas no exercício de 2012.

As anulações também aumentaram devido ao cancelamento de alguns processos licitatórios na modalidade pregão, face a não liberação de recursos extraordinários para comportar as despesas.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

A FUNDACENTRO não firmou em 2012, nenhum instrumento de transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimentos de Fundos					1,00
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo B	CPGF		
			Saque	Fatura	
264001	FUNDACENTRO - FUND. JORGE DUPRAT/CTN/SEDE-SP		260,00	126,70	386,70
264003	FUNDACENTRO – FUND. JORGE DUPRAT/ERCA - SP		0,00	771,71	771,71
264006	FUNDACENTRO – FUND. JORGE DUPRAT/CRDF - DF		0,00	194,50	194,50
264008	FUNDACENTRO – FUND. JORGE DUPRAT/CRBA - BA		0,00	2.130,99	2.130,99
264009	FUNDACENTRO – FUND. JORGE DUPRAT/CEES - ES		0,00	178,40	178,40
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		260,00	3.402,30	3.662,30

Fonte: Sistema Siafi/ Serviço de Contabilidade

5.4.1.1 Suprimento de Fundos - Visão Geral

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	264001	Limite de Utilização da UG	25.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
THAIS MONTEIRO ANDRADE DA SILVA	078.192.787-06	1.000,00	20,00	32,70	52,70
CLAUDIA CECILIA MARCHIANO	116.806.588-75	1.000,00	0,00	0,00	0,00
VALDECI INOCÊNCIO DE MORAIS	895.589.528-34	2.000,00	240,00	94,00	334,00
Total Utilizado pela UG			260,00	126,70	386,70
Código da UG 2:	264003	Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
PAULO ALVES MAIA	025.031.498-39	4.000,00	0,00	192,90	192,90
PAULO HENRIQUE PINTO	141.473.578-22	4.000,00	0,00	578,81	578,81
Total Utilizado pela UG			0,00	771,71	771,71
Código da UG 3:	264006	Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
MARCOS FRAGA	290.754.591-49	8.000,00	0,00	194,50	194,50
Total Utilizado pela UG			0,00	771,71	771,71
Código da UG 4:	264008	Limite de Utilização da UG:	2.000,00		
DANIEL MARTINS DA SILVA JUNIOR	326.404.981-34	2.000,00			
Total Utilizado pela UG			0,00	2.130,99	2.130,99
Código da UG 5:	264009	Limite de Utilização da UG:	1.000,00		
MARIA ANGELA PIZZANI CRUZ	376.855.977-72	500,00	0,00	178,40	178,40
Total Utilizado pela UG			0,00	178,40	178,40
Total Utilizado pela UJ			260,00	3.402,30	3.662,30

Fonte: Sistema Siafi/ Serviço de Contabilidade

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			4	260,00	19	3.402,30	3.662,30
2011			5	760,00	18	2.589,83	3.349,83
2010			1	180,00	23	2.401,59	2.581,59

Fonte: Sistema Siafi/ Serviço de Contabilidade

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							10	3.662,30	16	3.349,83	14	2.589,59

Fonte: Sistema Siafi/ Serviço de Contabilidade

5.4.1.6 Análise Crítica

Por um lapso a Unidade 264001 utilizou 67% do suprimento de fundos na modalidade saque, contrariando os normativos que determinam até 30%.

A Fundacentro vem ao longo dos anos controlando e atendendo às legislações para o uso correto do Suprimento de fundos.

Desta forma concluímos que os gastos na modalidade fatura estão dentro das normas e aprimoraremos o controle dos gastos na modalidade saque.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não houve no exercício de 2012, registro de Renúncias Tributárias sob a gestão desta UJ

5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não há informações para este item.

5.6.2 Requisições e Precatório da Administração Indireta

A Fundacentro não tem informações para este item, considerando que as ações para pagamentos dos precatórios são realizados diretamente da União para o Poder Judiciário.

5.6.3 Análise Crítica

Não há informações para este item.

6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.**6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS****6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada****Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		305	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários			0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública			0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		311	0	0

Fonte: Sistema SIAPE/ Serviço de Administração de Pessoal

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada**Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	03
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	16
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	01
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	22

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial		0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		0		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		42		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		01		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		03		
1.2.4. Sem Vínculo		10		
1.2.5. Aposentados		0		
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		44		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		100		

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0				
1.2. Servidores de Carreira	16	39	83	136	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0				
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	1	5	4
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	16	41	84	141	35

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			11	10	60	98	30	52	44
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				01	10	19	08	09	09
2.3. Funções Gratificadas				03	19	13	05	02	02
3. Totais (1+2)			11	14	89	131	43	63	55

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	8.551.705,85		10.281.701,27	63.975,00	1.384.900,04	17.093,40	223.033,35			20.522.408,91
	2011	5.675.975,88		9.156.801,76	45.052,82	1.073.412,57	13.788,06	170.844,28			16.135.875,37
	2010	5.985.755,12		9.528.240,42	44.493,13	1.120.712,11	13.936,77	154.117,05			16.847.254,60
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	44.231,94									44.231,94
	2011	148.873,44		7.411,68							156.285,12
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	2.336.075,74		2.808.659,86	17.476,10	378.314,16	4.669,42	60.926,18			5.606.121,46
	2011	2.761.285,56		4.454.660,32	21.917,59	522.200,71	6.707,70	83.113,43			7.849.885,31
	2010	2.693.589,80		4.287.708,19	20.021,91	504.320,45	6.271,55	69.352,67			7.581.264,57
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.835.488,08		2.206.804,17	13.371,22	297.246,84	3.668,83	47.870,57			4.404.809,71
	2011	1.802.505,85		2.907.903,26	14.307,32	340.881,02	4.378,64	54.254,60			5.124.230,69
	2010	1.758.315,57		2.798.920,62	13.069,86	329.209,18	4.093,93	45.271,88			4.948.881,04

Fonte: Sistema SIAFI/ Serviço de Administração de Pessoal

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	45	07
1.2 Compulsória	01	0
1.3 Invalidez Permanente	36	01
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	81	0
2.2 Compulsória	03	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	166	08

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	07	01
1.2. Proporcional	10	02
2. Em Atividade	11	
3. Total (1+2)	28	03

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:

Informamos que não houve nenhum registro de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedado pelo artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:

Não há informação para este item

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registro de Comunicação:

Não há informação para este item

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	39	00	39	00
Concessão de aposentadoria	08	17	08	17
Concessão de pensão civil	02	00	02	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Totais	49	17	49	00

Fonte: Sistema SIAPE/Serviço de Administração de Pessoal

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	00			
Outros atos fora do SISAC (especificar)	00			
Totais	00			

Fonte: Serviço de Administração de Pessoal

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	00	00	00	00
Concessão de pensão civil	00	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Totais	00	00	00	00

Fonte: Serviço de Administração de Pessoal

* Informamos que não houve diligência pelo OCI nos exercícios de 2011 e 2012

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Serviço de Administração de Pessoal

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	39	00	00	00
Concessão de aposentadoria	08	00	00	00
Concessão de pensão civil	02	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Total	49	00	00	00
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	00	00	00	00
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Total	00	00	00	00

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No exercício de 2012, com o objetivo de aferir o alcance das ações desenvolvidas especialmente na área de capacitação, iniciamos discussão para implantação de Regulamentação Interna de Política de Capacitação aos servidores da FUNDACENTRO, em atendimento a legislação vigente, bem como, com o intuito de proporcionar o acompanhamento de indicadores gerenciais, atualmente ausentes.

Esta regulamentação proporcionará ainda, outros instrumentos de acompanhamento no que tange:

1. A Participação de servidores em Curso de Curta, Média e Longa Duração;
2. A Instituição e competências do Comitê de Pós Graduação – CPG;
3. A Licença Capacitação; e
4. Licenças para participação em Cursos de Longa Duração (especialização, mestrado, doutorado e Pós-Doutorado).

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Assistente Administrativo (Assistir nas operações dos sistemas informatizados do governo federal e sistemas internos relativos às áreas orçamentárias, financeiras, patrimonial, de administração de pessoal, de licitações, de contratos, de convênios e outras; Organizar e inserir todos os documentos nos processos administrativos relativos às informações extraídas dos sistemas do governo federal, o que couber; assistir no controle do sistema interno de movimentação dos bens patrimoniais; assistir na digitação de comunicações internas, ofícios, memorandos e outros documentos; realizar outras atividades de assistência administrativa inerentes aos serviços contratados).	28	32	32	00	04
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
O cargo descrito acima foi apontado pelo Tribunal de Contas da União como irregular. Com a finalidade de atender a necessidade de reposição do seu quadro funcional e a respectiva substituição de terceirizados, assim como implementar os objetivos já compreendidos na proposta de novo estatuto, modernizar a área de planejamento estratégico e expandir nacionalmente a Instituição, foi solicitado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para realização de Concurso Público para provimento de 156 cargos vagos, no entanto foi autorizado o provimento de apenas de 30 novos servidores. Com a divulgação da Portaria no mês de dezembro/2012, já iniciamos os procedimentos necessários para cumprimento dos prazos estipulados quanto a publicação do Edital do Concurso.					

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não houve substituição no período					

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
<i>Fundacentro – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho</i>	Portaria MPOG nº 589/2012	10/12/2012	30

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: : Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F			M		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	017	60.902.939/0001-73	03/05/2010	02/11/2013	49	49	01	01			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome: : Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Centro Estadual do Pará													
UG/Gestão: 264001/26201							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	028	03.257.467/0001-00	22/02/2011	21/02/2013			4	4			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Centro Regional Bahia													
UG/Gestão: 264001/26201					CNPJ: 62.428.073/0001-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	027	03.037.698/0001-08	01/01/2011	31/12/2014			8	8			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Centro Regional de Pernambuco													
UG/Gestão: 264001/26201					CNPJ: 62.428.073/0001-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	021	08.165.946/0001-10	01/10/2010	29/12/2012			4	4			E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	020	67.552.034/0001-60	30/07/2010	29/07/2012			19	19			E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	009	07.447.107/0001-21	30/08/2012	29/07/2012			20	20			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Centro Estadual do Espírito Santo													
UG/Gestão: 264001/26201							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	029	03.265.996/0001-55	03/01/2011	02/01/2015			4	4			P
Observações:													
<u>LEGENDA</u> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Coordenação de Administração - CAd													

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201					CNPJ: 62.428.073/0001-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	9	O	018	60.902.939/0001-73	05/10/2010	04/10/2013	01	01	07	07			P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201					CNPJ: 62.428.073/0001-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	6	O	013	84.968.874/0001-27	05/11/2012	04/11/2013			2	2			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201				CNPJ: 62.428.073/0001-36									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	6	O	002	07.432.517/0001-07	10/03/2008	03/11/2012			2	2			E
Observações:													
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Transportes;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201					CNPJ: 62.428.073/0001-36								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	008	49.953.581/0001-75	25/03/2010	24/03/2015	15	10	156	114	22	02	P
Observações: 200													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201						CNPJ: 62.428.073/0001-36							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	009	00.332.833/0008-26	25/03/2010	24/03/2015	6	6	72	52	6	2	P
Observações: 84													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201						CNPJ: 62.428.073/0001-36							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	004	21.246.699/0001-44	08/03/2010	07/03/2013			04	04	02	02	P
Observações: 200													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendiz													
12. Outras													

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – CENTRO TÉCNICO NACIONAL													
UG/Gestão: 264001/26201						CNPJ: 62.428.073/0001-36							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	005	05.510.654/0001-89	08/03/2010	07/03/2013			04	05	05	04	P
Observações: 200													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Coordenação de Administração - CAd

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	24	27	27	24	192.563,48
1.1 Área Fim	18	20	21	19	148.374,80
1.2 Área Meio	06	07	06	05	44.218,68
2. Nível Médio	04	06	05	04	19.328,74
2.1 Área Fim	02	03	03	01	7.716,74
2.2 Área Meio	02	03	02	03	12.288,66
3. Taxa Admin.					6.034,47
4. Total (1+2)	28	33	32	28	217.926,69

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
a FUNDACENTRO dispõe das seguintes normas internas:
- Ordem de serviço nº 004/2002 que estabelece a implantação do sistema informatizado para controle da utilização dos veículos da frota do CTN para o transporte a partir de 01 de julho de 2002;
 - Comunicado DAF nº 018/2005 que orienta sobre o uso da implantação do sistema informatizado de “Controle de Veículo”;
 - Norma Interna “CONTROLE DO USO E DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA” emitida em 21 de junho de 2006, criada com base na IN MARE nº 09, de 26/08/1994, alterada e republicada no DOU em 19/06/97;
 - Portaria 070/2012, de 22 de maio de 2012, que estabelece regras para o uso dos veículos oficiais da FUNDACENTRO;

Além disso, baseia-se na legislação federal pelos seguintes dispositivos:

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 03, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Acórdão TCU nº 2.375/2011 – Plenário sobre a obediência ao Decreto nº 6.403/2008 no âmbito da FUNDACENTRO;

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
Atender prioritariamente aos objetivos da missão institucional, sendo que a maior parte das requisições visam atendimento a área fim, que em razão da necessidade de trabalho de campo se deslocam para municípios vizinhos da Capital e até mesmo para outros Estados, onde não há representação da FUNDACENTRO na localidade.

Além de alguns deslocamentos administrativos como entrega de remessa aos Correios e Instituições Financeiras.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

UNIDADE	MARCA E MODELO	ANO MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	IDADE	PLACA	KM INICIAL	KM FINAL	KM RODADOS NO ANO	MÉDIA ANUAL	GRUPO DE VEÍCULO
CTN	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2172	65.439	70.772	5.333	444	Veículo de transporte institucional
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2173	91.300	97.140	5.840	487	Veículo de serviço comum
	GM/ZAFIRA 2.0 /	2002/2002	2002	11	CDV 2162	140.976	142.982	2.006	167	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER S10 DLX 2.8 TURBO 4X4	2002/2002	2002	11	CDV 2164	121.285	128.124	6.839	570	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER S10 DLX 2.8 TURBO 4X4	2002/2002	2002	11	CDV 2165	67.771	74.131	6.360	530	Veículo de serviço comum
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2174	56.259	62.118	5.859	488	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER S10 DLX 2.8 TURBO 4X4	2002/2002	2002	11	CDV 2183	118.435	118.807	372	31	Veículo de serviço comum
	GM/ZAFIRA 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2207	86.783	95.503	8.720	727	Veículo de serviço comum
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2214	69.651	71.040	1.389	116	Veículo de serviço comum
	GM/ZAFIRA 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2216	72.265	75.108	2.843	237	Veículo de serviço comum
	GM/ASTRA SEDAN 2.0 8V	2002/2002	2002	11	CDV 2217	70.018	73.987	3.969	331	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	LNK 4919			0	0	Veículo de serviço comum
	FIAT/DUCATO COMBINATO	2002/2002	2002	11	LNW 6044	61.478	69.219	7.741	645	Veículo de serviço comum
	TOYOTA PICK-UP BANDEIRANTE	1996/1997	1996	17	BRZ 6934	47.182	50.050	2.868	239	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	DBA 1404			0	0	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER DLX 2.8	2002/2002	2002	11	DBA 1408			0	0	Veículo de serviço comum
ERMS	GM/BLAZER DLX 2.8	2002/2002	2002	11	HQH-8326	114.447	120.019	5.572	464	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	HQH-8327	93.075	97.576	4.501	375	Veículo de serviço comum
ERCA	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	BPZ 7719	90.181	96.913	6.732	561	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER S10 DLX 2.8 TURBO 4X4	2002/2002	2002	11	CDV 2163	99.562	102.365	2.803	234	Veículo de serviço comum

CRMG	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	GMF 4014	65.845	69.136	3.291	274	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX /	2002/2002	2002	11	GMF 4016	98.810	101.434	2.624	219	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	GMF 4018	86.726	86.856	130	11	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	GMF 4019	0	0	0	0	Veículo de serviço comum
CRDF	GM/BLAZER DLX 2.8	2002/2002	2002	11	BPZ 8551	185.909	207.143	21.234	1.770	Veículo de serviço comum
	GM/ZAFIRA 2.0 8V MPFI	2002/2002	2002	11	CDV 2213	0	0	0	0	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	JFP 4554	212.000	234.070	22.070	1.839	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	JFP 4564	98.187	117.298	19.111	1.593	Veículo de serviço comum
CRPE	GM/ BLAZER	2002/2002	2002	11	KKU 0513	92.480	94.218	1.738	145	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	KKU 0554	136.027	137.593	1.566	131	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	KKU 0574	149.511	154.652	5.141	428	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER S10 DLX 2.8 TURBO	2002/2002	2002	11	CDV 2184	98.519	102.618	4.099	342	Veículo de serviço comum
	TOYOTA HILUX 4x4 CD	1996/1997	1996	17	KHL 5805	54.777	56.904	2.127	177	Veículo de serviço comum
CRBA	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	JPZ 1306	104.461	122.468	18.007	1.501	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	JFP 1307	120.371	126.940	6.569	547	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	JPZ 1308	173.215	175.682	2.467	206	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	JPZ 1309	0	0	0	0	Veículo de serviço comum
	IMP/ TOYOTA HILUX 4X4 CD	1996/1996	1996	17	JKZ 3166	164.970	165.299	329	27	Veículo de serviço comum
CEES	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	MTN 4734	55.750	58.375	2.625	219	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	MTN 4744	55.003	55.318	315	26	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	MTN 4754	54.920	56.508	1.588	132	Veículo de serviço comum

CEPR	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	AKC 5423	90.239	90.934	695	58	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	AKC-6239	64.819	83.230	18.411	1.534	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	AKC-6308	62.362	69.179	6.817	568	Veículo de serviço comum
CESC	GM/BLAZER DLX 2.8	2002/2002	2002	11	MCK 0901	118.948	121.631	2.683	224	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	MCK 0951	105.138	108.156	3.018	252	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	MCK 0971	103.770	107.476	3.706	309	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER	2002/2002	2002	11	LNW 3189	0	0	0	0	Veículo de serviço comum
CERJ	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	LNK 4594	86.224	98.231	12.007	1.001	Veículo de serviço comum
	GM/ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	LNW 4914	101.276	116.395	15.119	1.260	Veículo de serviço comum
	GM/ BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	LNK 5606	109.906	122.017	12.111	1.009	Veículo de serviço comum
CERS	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	IKN 6309	54.556	55.650	1.094	91	Veículo de serviço comum
	GM/BLAZER DLX 2.8	2002/2002	2002	11	IKN 6315	31.812	34.548	2.736	228	Veículo de serviço comum
	GM/ ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	IKN 6319	38.724	46.151	7.427	619	Veículo de serviço comum
CEPA	GM / BLAZER DLX	2002/2002	2002	11	CMW 0159	0	0	0	0	Veículo de serviço comum
	GM / ZAFIRA 2.0	2002/2002	2002	11	CMW 0160	64.751	67.178	2.427	202	Veículo de serviço comum
	TOYOTA PICK-UP HILUX 4X4 CABINE DUPLA	1996/1996	1996	17	JTN-4522	158.200	162.655	4.455	371	Veículo de serviço comum
TOTAL DE 57 VEICULOS				11,4363636						

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Para as questões c, d e e, montamos a tabela a seguir.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

DESPESAS	VALOR
Combustível, troca de filtros de óleo e ar, troca ou complementação de óleo, lavagens e administração (empresa prestadora do serviço de abastecimento da frota)	R\$ 116.893,45
Manutenção de veículos da frota	R\$ 53.232,63
Seguro Obrigatório	R\$ 2.622,76
Apólice de Seguro dos veículos da frota oficial	R\$ 42.286,36
Total	R\$ 215.035,20

g) Plano de substituição da frota;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Para as questões g e h:

A FUNDACENTRO está viabilizando um estudo para embasar o processo de licitação para locação de veículos, cuja contratação deverá ocorrer de forma unificada, para a Sede e Unidades descentralizadas, considerando que a idade média da frota é de 11 anos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A FUNDACENTRO dispõe de controle interno como:

- sistema de requisição de veículos, disponível tanto para a Sede como para as Unidades Regionais, via intranet/extranet;
- contrato de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- contrato unificado de empresa prestadora do serviço de seguro, atualmente pela empresa Tokio

Marine Seguradora.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SÃO PAULO	2	2
	SÃO PAULO	1	1
	CAMPINAS	1	1
	MATO GROSSO DO SUL	1	1
	CAMPO GRANDE	1	1
	MINAS GERAIS	2	2
	BELO HORIZONTE	2	2
	DISTRITO FEDERAL	2	2
	BRASILIA	2	2
	PERNAMBUCO	1	1
	RECIFE	1	1
	BAHIA	1	1
	SALVADOR	1	1
	SANTA CATARINA	1	1
	FLORIANÓPOLIS	1	1
	RIO GRANDE DO SUL	1	1
	PORTO ALEGRE	1	1
	PARÁ	1	1
	BELÉM	1	1
EXTERIOR		Σ	Σ
	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
Subtotal Exterior	cidade 1		
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SPIUNET/Divisão de Contabilidade

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS NA RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SÃO PAULO	2	1
	SÃO PAULO	1	1
	CAMPINAS	1	0
	ESPÍRITO SANTO	1	1
	VITÓRIA	1	1
	PARANÁ	1	1
	CURITIBA	1	1
	RIO DE JANEIRO	1	0
	RIO DE JANEIRO	1	0
	RIO GRANDE DO SUL	1	1
	PORTO ALEGRE	1	1
	PARÁ	1	1
	BELÉM	1	1
EXTERIOR		Σ	Σ
	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
Subtotal Exterior	cidade 1		
Total (Brasil + Exterior)		7	5

Fonte: SPIUNET/Divisão de Contabilidade

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico		Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
264001	7107.00475.500-8	uso em serviço público	muito bom		09/09/2011	23.963.994,92	211.237,41	102.421,85
264002	9051.00246.500-4	cessão-adm. Federal indireta	regular		09/09/2011	873.963,12	500,00	7.570,20
264003	6291.00071.500-9	uso em serviço público	bom		09/09/2011	341.442,00	4.327,20	1.642,60
264005	4123.00192.500-5	uso em serviço público	ruim		09/09/2011	488.806,84	0,00	0,00
264005	4123.00303.500-7	uso em serviço público	bom		09/09/2011	3.215.213,67	8.811,00	0,00
264006	9701.17244500-2	uso em serviço público	regular		09/09/2011	7.135.924,17	0,00	0,00
264006	9701.17145.500-4	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	134.703,75	0,00	0,00
264006	9701.17708.500-4	cessão-adm. Federal indireta	regular		09/09/2011	171.071,88	0,00	0,00
264006	9701.21452.500-9	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	135.548,16	0,00	0,00
264006	9701.21483.500-8	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	152.430,68	0,00	0,00
264006	9701.21484.500-3	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	132.073,76	0,00	0,00
264006	9701.21485.500-9	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	336.191,34	0,00	0,00
264006	9701.21486.500-4	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21487.500-0	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21489.500-0	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	133.816,44	0,00	0,00
264006	9701.21488.500-5	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21490.500-6	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	168.841,89	0,00	0,00
264006	9701.21491.500-1	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21492.500-7	cessão-adm. Federal indireta	muito bom		09/09/2011	147.373,86	0,00	0,00
264006	9701.21493.500-2	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21494.500-8	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21495.500-3	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	119.433,97	0,00	0,00
264006	9701.21496.500-9	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21497.500-4	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21498.500-0	cessão-adm. Federal indireta	bom		09/09/2011	130.090,37	15.000,00	91,20
264007	2531.00503.500-0	entrega - adm federal direta	regular		09/09/2011	1.133.211,48	7.086,24	1.989,00

G	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel	Despesa com Manutenção no exercício	G	RIP	Regime
264008	3849.00525.500-7	uso em serviço público	bom		09/09/2011	2.568.076,61	26.524,66	1.164,41
264011	8105.00193.500-4	entrega - adm federal direta	bom		09/09/2011	2.396.868,67	3.526,83	4.585,70
264013	8801.00427.500-7	em regularização - outros	regular		09/09/2011	1.665.849,40	2.370,00	148,92
264014	0427.00685.500-5	uso em serviço público	bom		09/09/2011	907.408,32	0,00	65,00
Total							279.383,34	119.678,88

A Fundacentro possui imóveis (próprios e de terceiros) instalados em todas as regiões brasileira, com maior representatividade no Sul e Sudeste, onde abrange todos os Estados.

O estado de conservação destes imóveis estão classificados com Muito Bom, Bom, Regular e Ruim, sendo eles:

Imóveis muito bom: São dois sendo 1 em São Paulo e 1 No Distrito Federal;

Imóveis bom: São seis, 1 em cada nas seguintes Cidades: Campinas, Belo Horizonte, Distrito Federal, Salvador, Florianópolis e Belém;

Imóveis Regular: Nestas condições existem 5, sendo: 1 em Recife, 2 no Distrito Federal, 1 em Porto Alegre e 1 em Campo Grande;

Imóveis Ruim: Há um imóvel em Belo Horizonte em estado ruim.

Análise Crítica

Ao longo do exercício de 2012 a Fundacentro gastou em manutenção e reformas aproximadamente 400 mil reais, mas ainda não foram suficientes para corrigirmos os imóveis que se encontram em situações ruins ou regulares.

Dos imóveis em poder da Fundacentro apenas dois estão sem cadastro no sistema SPIUnet 1 no Rio de Janeiro, que está cedido pelo DRT, mas ainda não foram disponibilizados para Serviço de Patrimônio seus documentos Comprobatórios e 1 no Distrito Federal, referente ao acréscimo de 3 salas cedida pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, mas também sem documentação comprobatória para registro no Sistema;

Desta forma, podemos afirmar que todos os imóveis estão registrados e atualizados desde 09/2011, tal atualização tem como base os valores de mercado, valor venal com base no IPTU, bem como os dados fornecido pela SPU e ainda utilizamos os dados da Revista Construção/Mercado.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

8.1 GESTÃO da TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.

☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☐	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
☒	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
☐	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
☐	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
☐	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
☐	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
☐	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
☐	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
☐	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
☐	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
☐	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☒	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☒	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☐	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

ANÁLISE CRÍTICA

Não há um planejamento estratégico de tecnologia da informação e Plano Diretor de Tecnologia da Informação, em vigor no órgão.

Essa ausência se justifica pela carência de servidores efetivos na área de informática, que atualmente são apenas 02, dificultando assim o planejamento, realização/execução, verificação, implantação e acompanhamento tanto do PDTI quanto do PSI.

Porém, mesmo com a carência de servidores efetivos, e com o empenho do responsável pela área de informática, encontra-se em fase de aprovação, a criação de um comitê diretivo de TI o qual, dentre outras funções, deverá deflagrar a criação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e Comunicação Política de Segurança da Informação – PSI, e conseqüentemente a elaboração das demais estratégias de TI do órgão.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Descarte de produtos gráficos				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Procel, CETESB, INMETRO, ABNT e outros				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel, copos descartáveis				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicados e palestras				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$
1,00

1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
A Fundacentro não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	0	150	750	0	7.125,00	57.350,00
Água	14.381,00 m³	16.309,09 m³	12.801,00 m³	399.194	446.711	319.253
Energia Elétrica	679.784,30 kw	672.694,80	729.006,50 kw	591.170	589.198	645.186
			Total	990.364	1.043.034	1.021.789

Fonte: Coordenação de Administração/ Serviços de Suprimentos – Papel

Coordenação de Administração/ Serviços de Manutenção e Obras - Energia Elétrica e Água

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.222/2012-5	3447/2012 – 2ª Câmara	Ata 15/2012	Aposentadoria	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria de acordo com os pareceres emitidos nos autos do Processo TC-005.222/2012-5 em favor do servidor José Luiz de Camargo Mello.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					
Síntese da Providência Adotada					
Aposentadoria concedida por meio da Portaria Fundacentro nº 06 de 05/02/1996.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	017.470/2011-0	6093/2012 – 2ª Câmara	Ata 29/2012	Aposentadoria	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria de acordo com os pareceres emitidos nos autos do Processo TC-017.470/2011-0 em favor da servidora Moira Martins de Andrade					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos					
Síntese da Providência Adotada					
Aposentadoria concedida por meio da Portaria Fundacentro nº 64 de 07/06/2004.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendido					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	012.407/2012-7	Não há	Não há	Solicitação	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
O Ministério Público Federal solicita informações sobre o julgamento das Tomadas de Contas Especiais referente aos Convênios 1638/2001 e 572/2000 firmado entre a Fundacentro e a Social Democracia Sindical – SDS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECEX/SP					
Síntese da Providência Adotada					
Documento Elementos comprobatórios/Evidências juntado ao processo por SECEX-SP.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo encerrado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	031.658/2012-1	Não há	Não há	Solicitação	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
O Ministério Público Federal solicita informações sobre o julgamento das Tomadas de Contas Especiais nº 007.505/2008-1 e 007.523/2008-0, referente aos Convênios 636/2001 e 572/2000, Celebrado entre a Fundacentro e a Social Democracia Sindical- SDS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECEX/SP					
Síntese da Providência Adotada					
Documento Ciência de comunicação juntado ao processo por SECEX-SP, em 24/09/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo encerrado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da Providência Adotada					
Item 9.5.1 – Processo 086/2002 – CP Comunicações- contratos. A Tomada de Contas Especial referente ao convênio firmado entre a Fundacentro e a CP Comunicações foi reinstaurada pela Fundacentro após manifestação da CGU (Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 256586/2011) e concluída, apurando-se que foi causado ao erário dano no valor de R\$ 431.192,42 (quatrocentos e trinta e um reais, cento e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), atualizado até 06 de setembro de 2012, pela contratada, e de R\$ 77.699,59 (setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), atualizado até 02 de agosto de 2012, pelo gestor José Gaspar Ferraz de Campos, e que ambos os valores foram devidamente ressarcidos, sendo, portanto, determinado o arquivamento dos autos, na forma do art. 5º, §1º, I, da IN/TCU 56/2007.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo a disposição para consulta, visto que os valores foram ressarcidos ao erário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	009.544/2012-7	2266/2012 - Plenário		Denúncia Representação	Ofícios 921, 922 e 923-TCU/SECEX/SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Denúncia feita Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (Sindsef), versando sobre suposta irregularidade no uso de veículo oficial para fins particulares pela Procuradora Federal Maria Cristina de Barros.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da Providência Adotada					
Após manifestação da Fundacentro, que se deu nos termos do ofício nº 42/2012/PRES, o TCU acatou as razões apresentadas e determinou o arquivamento do processo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Arquivamento do processo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de atendimento no final do exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.002/2012-0	Não há	Não há	Aposentadoria	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Processo gerado automaticamente com atos priorizados/selecionados pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal SEFIP, desde 10/05/2012.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Fiscalização de Pessoal					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Unidade responsável por agir (Localização) SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Desde 06/02/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Processo restrito.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.730/2012-3	2985/2012 – Plenário	Ata 41/2012	Relatório de Levantamentos	Despacho 32/2013/PRES Protocolo nº 349/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Levantamento de Auditoria na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), com vistas a conhecer as áreas de atuação da entidade e identificar possíveis objetos de fiscalização.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SECEX-SP - Secretaria de Controle Externo					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Unidade responsável por agir (Localização) SECEX-SP - Secretaria de Controle Externo - SP - Desde 05/11/2012					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Acórdão sigiloso.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	044.242/2012-3	Não há	Não há	Prestação de Contas	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Prestação de Contas Anual da Fundacentro do exercício de 2011 - período: 01/01/2011 a 31/12/2011					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Aguardando manifestação da SECEX/SP. Unidade responsável por agir (Localização) SECEX-SP - Secretaria de Controle Externo - SP - Desde 16/11/2012. Em aberto.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Processo sigiloso.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	032.202/2010-5	5216/2012	Ata 30/2012	Natureza: Recurso de Reconsideração	Ofício nº 1756/2012 TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
Recurso de reconsideração contra o Acórdão 5.534/2011 - 1ª Câmara. Prestação de Contas. Exercício de 2009. Contas julgadas regulares e regulares com ressalva. Determinações para o levantamento do número de terceirizados irregulares na entidade e para a remessa de plano detalhado para a substituição desses trabalhadores.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Mesmo após o Pedido de Reconsideração interposto pela Fundacentro (ofício 137/2011/PRES), o TCU negou provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 5.534/2011 - 1ª Câmara. De posse dessa informação a Fundacentro encaminhou nova exposição de motivos por meio do ofício nº 102/2012/PRES de 29 de outubro de 2012, solicitando a substituição dos empregados terceirizados somente após autorização do MPOG para a realização de concurso público. (Não houve manifestação do TCU até o momento). Em 10 de dezembro de 2012, por meio da Portaria nº 589, o MPOG autorizou a realização de concurso público na Fundacentro para o provimento de 30 cargos de assistente em C&T.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A autorização ou não de concurso público para entidades do Poder Executivo Federal compete exclusivamente ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	Não há
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Processo nº 1404/1998 – Instituto Nacional de Saúde do Trabalho - INST – convênio. Processo nº 523/2007 - TCE Foi nomeada Comissão de Tomada de Contas Especial com servidores do SRTE de outros Estados, por meio da Portaria nº 130/2012. A Comissão elaborou o relatório final em 23 de novembro de 2012. A Tomada de Contas Especial encontra-se em fase recursal.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Carência de servidores para compor PADs e TCEs.					

10.1.3 Recomendação da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 584/2012	2- Ocorrências 2.1.1.1	Ofício nº 7806/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a Auditoria Interna da Fundacentro proceda à avaliação detalhada do valor dispêndio neste serviço, considerando tanto as atividades que justificaram a compra por inexigibilidade, como os serviços que foram subcontratados, tendo em vista o risco identificado de sobrepreço. Nº OS: 244509 – Nº Constatação: 038 – Nº Recomendação: 001			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência e Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
A CGU considerou que a Auditoria Interna concluiu o trabalho à apresentação detalhada, para casa empresam das despesas realizadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203628/001	Item nº 01 ao Item nº 05	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Tecnologia da Informação: 1º) Disponibilizar documentos relacionados a Gestão da Tecnologia de Informações por meio eletrônico, ou justificar sua ausência. 2º) Segurança da Informação. 3º) Recursos Humanos na Área de TI. 4º) Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas. 5º) Gestão de Bens e Serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Serviço de Informática - SIN			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os itens foram atendidos e encaminhados por email, conforme se verifica no ofício/DAF/008/2012, protocolado em 22/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203628/002	Item nº 01 ao Item nº 03	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços: 1º) Disponibilizar relação de processos licitatórios do exercício de 2011. 2º) Disponibilizar relação de contratos vigentes no exercício de 2011. 3º) Informar sobre o Sistema de Controle Interno de Licitações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os itens foram atendidos e alguns encaminhados por email, conforme se verifica no ofício/DAF/009/2012, protocolado em 22/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203628/003	Item nº 01 ao Item nº 03	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços: 1º) Disponibilizar relação de processos licitatórios e de pagamentos: Dispensa nº 23/2011, Pregões: 06,16,25,35 e 36 do exercício de 2011. 2º) Disponibilizar os contratos e os processos de pagamento referentes as empresas Cynthia Mai Richard ME e Infinito Produção e Finalização de Vídeos Ltda.-ME, bem como outros que tenham o mesmo objeto dos contratos das referidas empresas. 3º) Disponibilizar relação de todos os convênios/contratos de repasse/termo de cooperação firmados ou vigentes no exercício de 2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Todos os itens foram atendidos, conforme se verifica no ofício/DAF/010/2012, protocolado em 26/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203628/004	Itens nº 14 e 15	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
14º) Informar se a Fundacentro possui rotina de controle, e como é realizada, referente a entrega anual das cópias das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física. 15º) Informar a existência de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Ambos os itens foram atendidos, conforme se verifica no ofício/DAF/011/2012, protocolado em 26/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203628/005	Itens nº 16 e 17	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
16º) Informar se houve utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, e como é o controle do uso. 17º) Informar se houve recomendações do TCU no exercício de 2011 e suas consequências na gestão da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Ambos os itens foram atendidos, conforme se verifica no ofício/DAF/013/2012, protocolado em 29/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203628/006	Item nº 01 ao Item nº 03	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços 1º) Pregão: Disponibilizar processos licitatórios na modalidade pregão e os respectivos processos de pagamentos (processos listados/especificados pela CGU). 2º) Dispensa: Disponibilizar processos de dispensa de licitação e os respectivos processos de pagamentos (processos listados/especificados pela CGU). 3º) Inexigibilidade: Disponibilizar processos de inexigibilidade e os respectivos processos de pagamentos (processos listados/especificados pela CGU).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Os processos foram disponibilizados, conforme se verifica no ofício/DAF/014/2012, protocolado em 28/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203628/007	Item nº 21 ao Item nº 25	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
21º) Informar processos licitatórios que atendem aos quesitos de: menor utilização de matérias primas e descarte de produtos, uso de conteúdo reciclável, materiais que não prejudicam a natureza, certificações ambientais, aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, entre outros. 22º) Com relação ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, apresentar documentação comprobatória de que a entidade está contemplando preferencialmente computadores sustentáveis. 23º) Informar aquisição de bens, serviços e obras que atendem aos princípios da sustentabilidade. 24º) Comprovar que os resíduos recicláveis estão atendendo aos princípios de sustentabilidade. 25º) Informar aquisição de produtos recicláveis, no exercício de 2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram enviadas por email, conforme se verifica no ofício/DAF/015/2012, protocolado em 28/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203628/008	Itens nº 26 e 27	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
26º) Quanto aos restos a pagar não processados esclarecer e apresentar documentação comprobatória (listados/especificados pela CGU). Decreto nº 93.872/1986 27º) Quanto aos restos a pagar não processados esclarecer e apresentar documentação comprobatória (listados/especificados pela CGU). Decreto nº 7.468/2011			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Ambos os itens foram esclarecidos por meio do ofício/DAF/018/12, protocolado em 02/04/2012 junto à equipe da Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203628/009	Item nº 28 ao Item nº 31	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
28º) Informar sobre a realização ou não de chamamento público para todas as transferências voluntárias realizadas pela Fundacentro no exercício de 2011. 29º) Disponibilizar os processos de transferências voluntárias firmados em 2011 pela Unidade. 30º) Descrever a rotina de análise das Prestações de Contas das transferências voluntárias concedidas. 31º) Disponibilizar todos os processos de TCEs relacionadas às transferências mediante-convênio, contrato de repasse, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes em 2011, informando volume de recursos, tempo decorrido entre a data da ocorrência do fato que deu causa e os retornos aos cofres públicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas, conforme se verifica no ofício/DAF/016/2012, protocolado em 29/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203628/010	Item nº 32	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Reiteração do item 5B da SA201203628/001 – Disponibilizar em meio eletrônico os processo licitatórios para aquisição de bens e serviços de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Serviço de Informática - SIN			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram encaminhadas por email. (trata-se de complementação)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203628/011	Item nº 33	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Sistema de Controle Interno Informar: Quais mecanismos de divulgação e conscientização acerca da importância dos controles internos para a entidade; Quais canais de comunicação existem para que os servidores apresentem melhoria dos procedimentos e instruções operacionais da Instituição; A respeito de histórico de fraudes e outros. Disponibilizar: Código de Ética; Regimento Interno; Estatuto; Normativos atualizados; Organograma, Plano Institucional e outros. Apresentar: Divulgação de informações e orientações aos servidores (intranet); documentos/relatórios que comprovem a sistemática dos controles implementados e outros. (solicitações sintetizadas)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
As informações e os documentos solicitados foram encaminhados à equipe da Auditoria da CGU, conforme ofício DAF/017/2012, protocolado em 29/03/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203628/012	Item nº 34	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Reiteração do item 13 da SA 03–Disponibilizar relação de todos os convênios/contrato de repasse/termo de cooperação firmados ou vigentes em 2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Atendimento por meio do ofício/DAF/016/2012. A planilha foi encaminhada por email.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203628/013	Item nº 35 ao Item nº 46	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Informar: Como os documentos contendo as informações pessoais e funcionais dos servidores, empregados, aposentados e pensionistas são armazenados; Se há segregação das funções de cadastro e de elaboração da folha de pagamento; Se há rodízio dos servidores responsáveis pelo seu processamento, com vistas a eliminar possibilidade de fraudes; Qual o setor que realiza análises com o objetivo de identificar atividades críticas da área de pessoal e outros. Disponibilizar: documentos que comprovem as rotinas de acompanhamento dos servidores cedidos e requisitados, quanto a prazo, prorrogação e regularidade do reembolso pela remuneração do servidor; os documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relacionados à área de pessoal (folha de pagamento) e outros. (solicitações sintetizadas)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Informações disponibilizadas por email. Ofício nº DAF/020/2012, protocolado junto à equipe de Auditoria da CGU em 03/04/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203628/014	Item nº 47	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Disponibilizar o processo interno nº 250/2010 e informar a situação atual das análises de cada pensão para encontrar divergências no valor apresentado pelo sistema SIAPE em tipos menores que 52.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Informações disponibilizadas por email. Ofício nº DAF/021/2012, protocolado junto à equipe de Auditoria da CGU em 03/04/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203628/015	Itens nº 48 e 49	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços: Disponibilizar: Os normativos da Fundacentro relativos à política de capacitação, especialmente em língua estrangeira; O processo nº 26/2009 e os respectivos processos de pagamentos; Em relação ao processo nº 264001.000701/2010-00 - Portaria de remoção de servidor; contracheques do servidor de janeiro a abril/2011 e outros processos decorrentes da remoção do servidor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Os documentos solicitados foram encaminhados para a equipe de Auditoria em 02/04/2012, conforme ofício DAF/019/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203628/016	Item 50	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços: Em relação ao processo nº 265/2011 (Fundação Zerbini), informar qual público se destina a contratação do serviço, disponibilizar a regulamentação na prestação dos serviços de tomografias e disponibilizar o processo de contratação da Fundação Zerbini.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Processo disponibilizado, bem como informações prestadas. Ofício DAF/018/12 protocolado junto à equipe da Auditoria da CGU em 02/04/2012			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203628/017	Itens nº 51 e 52	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Reiteração itens 30 da AS 201203628/009: descrever a rotina de análise das Prestações de Contas das transferências voluntárias concedidas Reiteração itens 31 AS 201203628/009: disponibilizar todos os processos de TCEs relacionadas às transferências mediante convênio, contrato de repasse.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas, conforme se verifica no ofício/DAF/016/2012, protocolado em 29/03/2012 junto a equipe de Auditoria da CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203628/018	Item nº 53 ao Item nº 58	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Prestar informações e disponibilizar os seguintes processos: Processo nº 264001.000364/2011-23 – contratação de empresa de transporte para organização da mudança do servidor Ricardo de Almeida Paula. Processo nº 264001.000192/2011-98 – contratação de serviço de descupinização e dedetização no prédio CTJ. Processo nº 264001.000348/2011-31 – contratação de serviço de revisão e reforma de 04 sofás de 03 lugares da recepção do prédio do CTN. Processo nº 264001.000195/2001-21 – renovação Datalegis. Processo nº 264001.000230/2001-11 – Aquisição de Bônus Eletrônico. Processo nº 264001.000556/2011-30 – Aquisição de cartuchos HP			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Foi respondido de pronto o item 53 (ofício/DAF/022/2012), os demais ficaram pendentes de envio. Sendo respondidos posteriormente por meio do ofício DAF/026/12.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201203628/019	Item nº 59	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços: em relação ao processo nº 158/2010, pagamento à TELESP-PABX, informar se existe um controle de ligações externas, disponibilizar esse controle e os normativos relativos ao controle de ligações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Respondido por meio do ofício DAF/026/2012 e complementado por meio do ofício DAF/033/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203628/020	Item nº 60	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Recursos Humanos: Informar sobre a realização de estudos quanto o dimensionamento da força de trabalho, a definição de estratégias, a suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal, a utilização de instrumentos e metas para a redução da defasagem, a realização de análises quanto o impacto quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Foi disponibilizado à CGU as informações solicitadas por meio do ofício/DAF/025/2012, protocolado junto à equipe de Auditoria em 05/04/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203628/021	Itens nº 61 e 62	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Sistema de Controle Interno – Licitações Informar se existe uma área/setor de licitações formalmente definida, bem como uma área de compras. Disponibilizar chek lists e fluxogramas. Confirmar se são realizadas análises macros visando a detecção de atividades críticas. Explicitar se existe uma área que realiza acompanhamento dos contratos ou se fica a cargo de um servidor específico. Informar os procedimentos quando do conhecimento de furtos/roubos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças-DAF			
Síntese da Providência Adotada			
Quanto ao controle interno de licitações, item nº 61, a resposta foi encaminhada por meio do ofício DAF/022/2012 protocolado em 04/03/2012. Quanto ao item 62 foi respondido por meio do ofício/DAF/028/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitações atendidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201203628/022	Item nº 63	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Bens e Serviços de TI: Com relação ao processo nº 712/2009, informar/disponibilizar: Documentos que comprovem a existência de procedimento de transferência de conhecimentos dos produtos e serviços de TIC relacionados ao processo, para os servidores da Fundacentro. Relação contendo os servidores da Fundacentro envolvidos no procedimento de transferência. Cópia em meio magnético do termo de referência do processo e anexos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Serviço de Informática			
Síntese da Providência Adotada			
Documentos disponibilizados, bem como informações prestadas. Ofício DAF/023/12 protocolado junto à equipe da Auditoria da CGU em 04/04/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201203628/023	Itens nº 64 e 65	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Com relação às despesas com cartão de crédito corporativo: informar qual a utilização na modalidade saque; onde ficam guardados. Disponibilizar recibos, documentos fiscais, rotina de acompanhamento dos gastos. Relatório de Gestão da entidade: Referente a parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU nº 108, consta que “esse item não se aplica”. Favor justificar.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Respondido por meio do ofício DAF/27/2012, enviado em 09.04.2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201203628/024	Item nº 66 ao Item nº 76	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
JUSTIFICAR: a contratação de bens e serviços comuns por dispensa; fracionamento na aquisição de insumos de informática; indicação de marca; designação tardia de fiscais de contrato; falta de designação de fiscais de contrato; não assinatura de termo contratual; prorrogações contratuais sem realização de nova pesquisa de preço e prorrogação por prazo maior que 60 meses; informação divergente entre SIASG e relação de contratos disponibilizada em resposta à SA02; contratação de terceirizados para postos com cargos discriminados na tabela de cargos e salários da Fundacentro.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Respondido por meio do ofício DAF/030/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201203628/025	Item nº 77 ao Item nº 82	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Tratam-se de reiterações da SA nº 201203628/18 – itens: 54, 55,56,57e 58 SA 20123628/19 – item 59.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Informações complementadas por meio do ofício/DAF/026/12.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201203628/026	Itens nº 83 e 84	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Trata-se de reiteração da SA nº 201203628/21 – itens: 61 e 62			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Informações complementadas por meio do ofício/DAF/028/12.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201203628/027	Item nº 85	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Informar se a Fundacentro/SP presta serviço ao cidadão, e caso afirmativo, informar detalhadamente os serviços prestados e apresentar a “ Carta de Serviços ao Cidadão”, conforme determina o art. 11 do Decreto 6932/2009 e as devidas comprovações da implementação da mesma e como é realizada a divulgação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Informações disponibilizadas por meio do ofício/DAF/032/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201203628/028	Itens nº 87 e 88	Ofício nº 7809/2012/GAB/CGU-Regional/SP/CGU/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços: Justificar a contratação indevida por dispensa de licitação de serviço de assinatura e renovação de assinatura de periódicos e jornais. Complementar as informações prestadas referente a SA 201203628/019, item 59: Informar: se de fato é preenchido o formulário “Controle de ligações” pela telefonista do CTN; se de fato é promovido o desconto dos funcionários quanto às ligações particulares; informar se as UD's adotam os procedimentos de controle de ligações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
Informações complementadas por meio do ofício/DAF/033/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03	Constatação 001	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
A Auditoria Interna não está vinculada formalmente ao Conselho Curador. Os Regimentos Internos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro e do Conselho Curador da Fundacentro não estabelecem formalmente a subordinação da Auditoria Interna ao Conselho Curador, em desacordo disposto no parágrafo 3º do artigo 15 da Lei nº 3591/2000.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas por meio do ofício nº 121/PRES de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Resposta enviada à CGU. Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03	Constatação 002	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Ausência de normativos que garantam a atuação independente da Auditoria Interna. A Fundacentro não apresentou os normativos internos que versem sobre as atividades da Auditoria Interna, em relação à existência de normas que: Indiquem que a unidade de auditoria interna possui autorização para acesso irrestrito e registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias. Indiquem que os departamentos da organização devam apresentar tempestiva e obrigatoriamente informações solicitadas pela unidade de auditoria interna. E outros.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas por meio do ofício nº 121/PRES de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Resposta enviada à CGU. Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03	Constatação 003	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Ausência de papéis de trabalho para atividades realizadas pela Auditoria Interna. Falta de normas internas que definam os documentos e registros que devem compor os papéis de trabalho, assim como sua organização. A justificativa para não arquivamento dos papéis de trabalho seria que, na maioria dos casos, se trataram de análises de processos, os quais estariam disponíveis para consulta da Unidade. Embora nos casos em que a Auditoria Interna tenha se manifestado em processos administrativos, a justificativa seja aceitável; nas outras situações, entendemos ser necessário o arquivamento dos documentos e registros que respaldem o trabalho realizado, assim como o planejamento da auditoria, os levantamentos de dados constantes de sistemas corporativos, os critérios utilizados para definição do escopo dos trabalhos, os procedimentos e os responsáveis por cada um deles.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas por meio do ofício nº 121/PRES de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Resposta enviada à CGU. Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03	Constatação 004	Solicitação de Auditoria nº 201211552/03
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Falha no planejamento e na elaboração dos relatórios e a identificações elaboradas pela Auditoria Interna da Fundacentro, referente ao Relatório de Avaliação do Escritório de Representação de Campinas e do Centro Regional de Minas Gerais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da Providência Adotada			
As informações foram prestadas por meio do ofício nº 121/PRES de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Resposta enviada à CGU. Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	Relatório nº 221895 Nota Técnica nº 823/2012/CGU/SP/CGU/PR	2- Ocorrências 4.1.1.3	Ofício nº 10745/2012/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os controles internos referentes ao acompanhamento dos contratos e convênios firmados pela FUNDACENTRO, especialmente quanto à efetividade do trabalho dos fiscais de contratos/convênios, responsáveis por avaliar a correta execução dos mesmos. Nº OS: 221895 – Nº Constatação: 005 – Recomendação: 001			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Finanças			
Síntese da Providência Adotada			
A CGU considerou a recomendação atendida, considerando que a manifestação da Entidade é satisfatória para o atendimento da recomendação, sendo sujeita a verificação em uma próxima auditoria “in loco”. (ofício DAF/Nº 001/2012)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.1.4 Recomendação do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 583/2012	2- Ocorrências 2.1.1.1	Ofício nº 7806/2011/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Elaborar termo aditivo com vistas à exclusão da Cláusula Sexta “Dos Eventos Socioculturais” nos contratos nºs 08 e 09/2010, firmados com as empresas O. O. Lima Empresa Limpadora Ltda e Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda, respectivamente.			
Nº OS: 201000359 – Nº Constatação: 004 – Nº Recomendação: 001			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A CGU entendeu que a Fundacentro procurou meios de melhorar os fatores críticos no ambiente de trabalho, no entanto manteve o posicionamento. A Fundacentro encaminhou o ofício nº 56/2012/PRES para a CGU e ressaltou seu entendimento de que as atividades socioculturais continuem firmadas da forma que se encontram hoje. Aguardando posicionamento da CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota Técnica nº 583/2012	2- Ocorrências 2.1.1.1	Ofício nº 7806/2011/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Realizar prestação de contas dos valores já disponibilizados pelas empresas a título de eventos socioculturais, com vistas a dar encerramento a essa prática no âmbito da Fundacentro.			
Nº OS: 201000359 – Nº Constatação: 004 – Nº Recomendação: 002			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Fundacentro reiterou a informação de que não há conta bancária própria para o gerenciamento das atividades. A CGU, por sua vez, solicitou que a Fundacentro requisitasse junto a empresa contratada os recibos dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços. A Fundacentro se manifestou nos termos do ofício nº 56/2012/PRES e anexou a planilha de controle de execução de atividades socioculturais e dos contratos envolvidos na prestação do serviço. Aguardando posicionamento da CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica nº 583/2012	2- Ocorrências 2.1.1.1	Ofício nº 7806/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Implementar mecanismos de controle que garantam o cumprimento da legislação referente a licitações e contratações na administração pública			
Nº OS: 201000359 – Nº Constatação: 004 – Nº Recomendação: 003			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Fundacentro se manifestou nos termos do ofício nº 56/2012/PRES e ressaltou que entende que a contratação dos eventos socioculturais se deu de forma correta, mantendo seu posicionamento. Aguardando posicionamento da CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nota Técnica nº 584/2012	2- Ocorrências 2.1.1.5	Ofício nº 7806/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Para todos os servidores que da Unidade que recebam auxílio-transporte e utilizem transporte seletivos ou especiais, realizar o pagamento contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior, consoante jurisprudência do TCU (Acórdão TCU 2211/2005 Plenário e 511/2006 Segunda Câmara) Nº OS: 244509 – Nº Constatação: 049 – Nº Recomendação: 004			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi expedido pelo Serviço de Benefícios - SBS comunicados aos servidores para apresentarem recibo mensal. No entanto a CGU considerou a medida insuficiente e frisou a necessidade de nova manifestação sobre o tema na próxima atualização do Plano de Providências Permanente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº 221895 Nota Técnica nº 823/2012/CGU/SP/CGU/PR	2- Ocorrências 4.1.1.3	Ofício nº 10745/2012/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Apurar os valores pagos indevidamente aos beneficiários por dependentes, filhos ou filhas maiores de 24 anos, e proceder ao ressarcimento dos valores. Nº OS: 221895 – Nº Constatação: 005 – Recomendação: 002			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Finanças			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Embora a Fundacentro tenha verificado sobre todos os titulares e dependentes do plano de saúde, restaram 3 (três) casos pendentes. A CGU solicitou que na próxima atualização do Plano de Providências Permanente, a Fundacentro informe o andamento desses casos. Reiteração pela não implementação plena da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório nº 221895 Nota Técnica nº 823/2012/CGU/SP/CGU/PR	2- Ocorrências 4.1.1.3	Ofício nº 10745/2012/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Submeter o caso dos servidores que receberam ressarcimento sem adesão ao plano de saúde oferecido pelo órgão ao Departamento Nacional de Recursos Humanos e à Procuradoria Jurídica, para avaliar a procedência ou não da restituição dos valores pagos. Nº OS: 221895 – Nº Constatação: 005 – Recomendação: 003			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Finanças			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Embora a Fundacentro tenha se manifestado, a CGU não considerou claro qual o entendimento firmado pelo órgão, após o apontamento da equipe de auditoria. Reiteração pela não implementação plena da recomendação. Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório nº 221895 Nota Técnica nº 823/2012/CGU/SP/CGU/PR	2- Ocorrências 4.1.1.3	Ofício nº 10745/2012/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação			
Realizar a apuração dos valores corretos dos benefícios procedendo, em caso de divergência, à devida regularização, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pelo fato ocorrido, quando for o caso. Nº OS: 221895 – Nº Constatação: 005 – Recomendação: 004			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Finanças			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Embora a Fundacentro tenha apurado os valores de todos os servidores, referente aos benefícios, não havia efetivado a regularização (em março de 2012). A CGU considerou a recomendação acatada parcialmente, pois segundo àquela Controladoria, muito embora sido feito o levantamento dos montantes cobrados de forma irregular, os gestores não tomaram as providências cabíveis para uma solução definitiva do problema. Reiteração pela não implementação plena da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

10.2.1 Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria interna no organograma da Fundacentro.

A Auditoria Interna da Fundacentro está inserida na estrutura organizacional do Estatuto da Fundacentro, letra “a”, inciso III do artigo 3º Anexo I do Decreto nº 4.663 de 02 de abril de 2003, como órgão seccional.

Nosso Estatuto define no artigo 11: A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Sistema de Controle Interno do Governo Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, compete:

I - assistir direta e indiretamente ao Presidente da FUNDACENTRO e ao Conselho Curador, quanto ao controle do patrimônio e à gestão orçamentária, financeira, contábil e de recursos humanos da FUNDACENTRO;

II - orientar tecnicamente os demais órgãos da FUNDACENTRO, quanto às normas de boa e regular aplicação dos recursos públicos;

III - executar as atividades de auditoria interna, obedecendo ao estabelecido na legislação; e

IV - acompanhar procedimentos e processos administrativos e de convênios em curso na FUNDACENTRO para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas.

O Anexo II corresponde ao quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e fixa para a Auditoria Interna: 01 (um) Auditor-Chefe e 02 (dois) Assistentes.

10.2.2 Real estrutura e políticas administrativas da unidade de auditoria interna.

A estrutura do corpo de recursos humanos no exercício 2012 se deu da seguinte maneira: 01 (uma) Auditora-Chefe, 01 (um) assistente em C&T/Assistente da Auditoria Interna, 01 (um) Analista em C&t que passou maior parte do ano em licença médica, e 01 (uma) Assistente Administrativo terceirizada. Historicamente esta unidade sempre teve número pequeno na sua formação.

Com a transformação da Secretaria Federal de Controle Interno em 2003 e a criação da Controladoria-Geral da União provocou a administração pública federal ter um novo olhar no controle da coisa pública, imputando a muitos, mais responsabilidades.

Acontece que para Instituição como a nossa, Fundação Pública criada em 1966, que teve o primeiro concurso público em 2004, e o segundo em 2010, com poucas vagas disponibilizadas pelo Executivo, e passados todos esses anos nossa unidade de auditoria interna ainda foi capacitada com recursos humanos para o melhor desempenho, e quanto ao aprimoramento da equipe não tem sido fruto de gestão nesses últimos anos.

Desse quadro reduzido o Presidente designou 02 (dois) servidores para compor comissões especiais.

Passamos mais um ano na eminência da publicação do novo Estatuto Institucional ocasionando ausência de políticas públicas para a gestão administrativa e conseqüentemente à própria auditoria refletindo na sua atuação que nos levou ao descumprimento de ações de fortalecimento da auditoria interna como define o inciso III do artigo 8º da Instrução Normativa nº 01/2007 da Controladoria-Geral da União/PR, principalmente no quadro de recursos humanos no setor.

A ausência de respostas superiores à auditoria nos coloca em descompasso com as ações administrativas, bem como das providências junto aos órgãos externos.

O enrijecimento de comunicação escrita entre a auditoria interna e a Controladoria-Geral da União no Estado de São Paulo, quando da sua última visita, que se deu em outubro e novembro de 2012, para atender as Solicitações de Auditoria da CGU/SP, nº 201211550/01, 2101211550/02, 201211552/01, 201211552/02, e 201211552/03.

Considerando que a documentação da CGU/SP foi endereçada ao senhor Presidente, autoridade máxima na Fundacentro, e considerando que o senhor Presidente determinou que as respostas da auditoria fossem entregues a ele porque as respostas saíam da Presidência e assim foi feito, vimos agora que não foram atendidas todas as solicitações, as quais foram a auditoria interna enviou-as por meio das Comunicações Internas dirigidas à Presidência nºs 073, 074, 076, 077 todas de 2012.

Sobre os trabalhos do exercício anterior, aqueles contidos no RAINTE 2011, não fomos incluídos nas decisões elaboradas pela Procuradoria Jurídica, algumas a equipe da auditoria não compartilha dos mesmos entendimentos, bem como não nos foi dado conhecimento, caso tenham sido implementado, risco assumido pela administração.

10.2.3 O resumo dos trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais as constatações, como também as indicações das recomendações feitas e quais as implementadas pela Administração apresento abaixo:

a) Análise de Auditoria nº 01/2012 - Análise dos procedimentos adotados no Processo nº 405/2012 para aquisição de Bens Móveis Patrimoniais para a nossa Gráfica: Laminadora Térmica e CPT Térmico para Revelação em Chapas de Alumínio.

Descumprimento do Parecer nº 181/2011/AGU/PGF/PF/Fundacentro, por parte do setor de Serviços de Suprimentos quanto à aquisição dos bens patrimoniais.

Ausência de documentação processual para transparência e análise dos procedimentos de escolha das propostas. O processo não apresentava propostas suficientes para conhecer o preço de mercado das mercadorias, e ainda discrepância no mapa comparativo.

A auditoria interna solicitou respaldo jurídico antes do pagamento das compras realizadas, mas foi desconsiderada.

b) Relatório de Auditoria nº 01/2012 – Análise e re-análise da Prestação de Contas Consolidada do exercício de 2011.

Recomendações sobre o Rol de Responsáveis:

b.1) Sede 264001 – A Portaria MTE nº 1.000 de 07.05.2010 designa o servidor Adir de Souza para atuar como membro suplente do Conselho Curador Representante dos Empregadores Substituto – Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e continua vigente junto ao Rol de Responsáveis, ainda que nomeado para Chefe do Centro Estadual do Paraná, Portaria MTE nº 1.386 de 07.07.2011, caracterizando conflito de interesse.

Ao ser nomeado para Chefe da Fundacentro e continuar participando das discussões nas reuniões do Conselho há divergências administrativas quanto ao conflito de interesses.

Portanto nossa recomendação foi para que o servidor Adir de Souza seja substituído como membro do Conselho Curador na brevidade que o assunto requer. Implementado.

b.2) CERJ 264012 – O senhor Vitor Paulo de Assunção, foi designado conforme Portaria Ministerial nº 2.547 de 08.11.2010 para exercer o cargo de substituto eventual de Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro, nos seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, sem prejuízo das respectivas atribuições.

No entanto o servidor Antonio Lincoln Colucci também nomeado pela Portaria nº 225 em 01.12.2010 para substituir o Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro em suas faltas e impedimentos.

Temos aqui duas designações para a mesma substituição da Chefia do Centro Estadual do Rio de Janeiro, situação deverá ser corrigida conforme Nota Técnica nº 253/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP de 30 de maio de 2011, fundamentada pelo art. 38 da Lei nº 8.112/90, arts. 11 e 12 do Decreto Lei nº 200/1967 e arts. 11 a 14 da Lei nº 9.784/99.

A auditoria solicitou revogação da portaria da designação do senhor Antonio Lincoln Colucci. Implementado.

b.3 Item 2 da Parte “A” Anexo II Da DN TCU nº 108/2010 Ação 20 CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos: Na justificativa apresentada para o não

cumprimento dessa ação foi pela necessidade da elaboração de um levantamento de riscos ambiental, a fim de embasar a realização dos exames. Este levantamento encontra-se em elaboração assim que concluído, os exames periódicos serão realizados.

A Portaria Interna nº 074/2011, sobre exames periódicos, que para realizá-los há necessidade de criação de uma Equipe de Vigilância para elaborar o levantamento dos Fatores de Riscos aos quais os servidores da Fundacentro estão expostos. Existe também o processo nº 571/2011 de 29.09.2011 instruído para que se coloque em prática essa legislação na nossa Instituição, nele há descrição e orientação para esse procedimento. Há ainda, informação que o contrato firmado com a UNIMED/FESP e a Fundacentro nº 01/2009 cobre a realização dos exames periódicos “apenas” aos beneficiários da assistência médica. Recursos pagos que não há lembrança de realização em contrapartida dos pagamentos.

Foi recomendada a atenção merecida no exercício de 2012, inclusive com levantamentos do que está sendo pago à Unimed, por meio das faturas mensais. E foi levantado o pequeno monte repassado pela União disponível para aplicação da legislação. Não implementada.

b.4) Item III – Parte A, Item 16, do Anexo II Da DN TCU Nº 108/2010

A auditoria recebeu da Administração as peças do Relatório Gestão de 2012 e no quesito referente aos Quadros 16.1 e 16.2 – Informações sobre recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício e Informações sobre recomendação da Unidade Auditoria Interna pendente de atendimento no final do exercício de referência, respectivamente, informava sobre providências adotadas e descaracterização das recomendações da auditoria, elaboradas pela Procuradoria Federal, sendo que somente no momento das contas da Fundacentro foi divulgado sem que houvesse oportunidade de ser discutida em conjunto.

Ao ler o Relatório de Gestão percebemos o preenchimento dos itens que somente a Presidência obtinha as informações que os quadros requeriam. E foi assim que a Auditoria Interna tomou conhecimento das providências adotadas pela Administração contidas no Quadro 16.2 - Informação sobre recomendação da Unidade Auditoria Interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.

Trata-se de providências tomadas no início de abril de 2012 e que ainda não foram enviadas à Auditoria, o que também não significa que procedem com a concordância das normas e procedimentos pertinentes à administração pública federal. Ainda aguardamos para ciência e conciliação à legislação.

Existe recomendação de cumprimento sobre auditorias nas unidades descentralizadas; recomendações referentes Termos Aditivos do contrato sem anuência da Procuradoria Jurídica, pendente de análise.

Não houve comunicação entre a administração e a auditoria sobre as implementações.

b.5) A Auditoria Interna acompanha os trabalhos do Grupo Gestor Setorial de Sistema de Concessão de Diárias e Passagens -SCDP da FUNDACENTRO quanto as pendências das prestações de contas das viagens e é notória a desconsideração, de alguns, no cumprimento do prazo legal fixado, foi recomendo que se cumpra toda a legislação vigente: art. 70 da Constituição Federal; arts. 7º e 11º do Decreto 5.992/06; art. 3º da Portaria MPOG nº 98/03; art. 28º da Portaria Fundacentro nº 067/09; e art. 59 da Lei 8112/90, e também em recomendações recorrentes do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão 1179/06.

Parcialmente concluída.

b.6) Sobre a Comunicação Interna – AI-044/2011 – análise de processo de sindicância - Ausência de justificativas e providências apropriadas sobre as recomendações da Auditoria estão relacionadas ao rito da sindicância, o que pode andar paralelo ao policial, a Fundacentro deu baixa dos bens móveis junto à Contabilidade conforme Parecer PJ 156/2011, sem finalizar o processo interno, é a informação que temos até o momento.

b.7) Controles Internos - As áreas que foram objeto de auditorias realizadas no exercício de 2011, bem como naquelas em que houve acompanhamento em relação às diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, observou-se a

continuidade de deficiências nos controles internos administrativos, decorrentes da não atualização de rotinas formalizadas e carência de atitudes pró-ativas.

A estruturação da área administrativa tem condições de cumprir as necessidades finalísticas da Instituição e de aderência à legislação vigente, tornando-a relevante para evitar e corrigir impropriedades/irregularidades e imprescindível na minimização dos riscos. Parcialmente implantado, ainda há muita resistência.

b.8) Procedimentos finais a Tomada de Contas Especial Finalizada - Instaurada pela Portaria nº 196/2006 foi finalizada em 25.04.2008 referente ao Processo nº 426/2002 – Convênio firmado com a Fundação Presidente Antonio Carlos – FUPAC, ainda constando Inadimplente junto ao Sistema SIAFI. Recomendamos a imediata baixa do registro de inadimplência junto a Contabilidade para que a Conveniente não tenha implicações desdobradas junto à União, conforme estabelece a letra “a” do inciso I do parágrafo 2º do art. 38 da Instrução Normativa nº 01/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda vigente para os casos antigos. Implementada.

c) Relatório de Auditoria nº 02/2012 - Fiscalização de Contrato – Portarias nºs 63 e 101/2010; 102 a 113/2011. Contrato firmado com a Empresa O. O. Lima Empresa Limpadora.

Recomendações: Que a Administração esclareça em Portaria o papel do Gestor e do Fiscal do Contrato, ainda que seja o mesmo servidor, de modo que sejam atendidos o Estatuto da Instituição e o Decreto nº 2.271/1997, bem como toda a legislação citada acima; Que o responsável pela Gestão e Fiscalização do Contrato acompanhe o resumo da folha de pagamento em concordância ao contrato; Que, assim como o Fiscal Regional como o Fiscal do Contrato deem mais atenção às comprovações que acompanham as notas fiscais e sofram conferências para que verdadeiramente seja fiscalizado o contrato; Que o Fiscal/Gestor do Contrato proceda à solicitação do ressarcimento junto a Contrata, de acordo com a legislação – atualização monetária acrescidos de juros legais de mora da data do pagamento até a data do recolhimento para a União, na forma da Decisão TCU nº 1122/2000 – Plenário, tendo como valor referência R\$ 1.992,01 (hum mil novecentos noventa dois reais e um centavo); Que o Fiscal do Contrato proceda a imediata solicitação de reembolso junto à Empresa, lembrando que o recursos referente ao exercício passado não voltará para a Fundacentro e sim para a União. Baseado nisso, recomendamos maior atenção aos reembolsos para que a Instituição não fique prejudicada no seu orçamento anual; Por último, uma vez que estamos em vias de prorrogação de contrato, recomendamos ao Senhor Ordenador de Despesas que não assine a prorrogação contratual antes de serem revistos e reanalisados os valores dos custos demonstrados nas composições das planilhas de formação de custos. Durante a nossa análise sentimos a fragilidade no uso de normas e procedimentos por parte da gestão administrativa.

Recomendação não implementada junto à auditoria.

d) Relatório de Auditoria nº 03/2012 - Unidade Descentralizada da Fundacentro – Contábil, Orçamentária, Financeira, Operacional e Patrimonial. Conhecer as atribuições e responsabilidade dos servidores e terceirizados e estagiários e; Análise dos lançamentos do Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades – SGPA (ações planejadas e executadas); Entrevista com o Gestor Substituto da UD. Verificação do uso das normas e procedimentos nos controle de almoxarifado, emissão de notas de empenhos e pagamentos, aquisições por dispensa de licitação; controle de veículos; Solicitação e prestação de contas de viagens; conformidade diária do exercício de 2011.

Recomendações: Usar a norma de sistema de controle e uso de materiais do almoxarifado; Acompanhamento não apenas à distância, mas também, com visitas de setores administrativos ou até mesmo de diretoria; Que a Administração desembarace a burocracia e demora de respostas solicitadas pelo Gestor local; Que haja agilidade na condução dos processos que dependem de decisão da Sede; Que possa haver disponibilidade de posto de copeira; Que haja disponibilidade de vagas no próximo concurso para a unidade; Que a empresa contratada para apoio administrativo promova capacitação aos terceirizados, conforme previsto no custo unitário por posto; Utilizar corretamente o sistema de almoxarifado; Que o responsável do ERCa emita empenhos e proceda os

pagamentos de acordo com a legislação; Que haja periodicidade na verificação dos lançamentos no SGPA; Que o planejamento anual se aproxime da possível realização.

Foi dado conhecimento à AI sobre os encaminhamentos, mas desconhecemos as implementações.

e) Relatório de Auditoria nº 04/2012 – Unidade Descentralizada da Fundacentro – Contábil, Orçamentária, Financeira, Operacional e Patrimonial - Conhecer as atribuições e responsabilidade dos servidores e terceirizados e estagiários; Controle de bens patrimoniais: móveis e imóveis; Uso e manutenção da frota de veículos; Diárias; Cartão Corporativo do Governo Federal; Controle de Almoxxarifado; Análise dos pagamentos; Análise dos lançamentos do Sistema de Gerenciamento de Projetos e Atividades – SGPA (ações planejadas e executadas); e Verificação do uso das normas e procedimentos na gestão.

Recomendações: Que revogue a Portaria nº 052/2001, por não ter validade; Que, sendo possível, a administração autorize reforma no prédio que aloca a UD; Que logo no início de 2013 a administração da Sede finalize o processo referente à doação de bens patrimoniais fruto do trabalho da Comissão de Desfazimento; Que a Comissão de Desfazimento da unidade finalize o outro processo iniciado e interrompido, referente a outros bens patrimoniais; Que a Comissão dê continuidade e finalize o processo referente bens remanescentes de Convênio de 1997; Que seja localizado o processo original, CRMG nº 023/2009 para acompanhamento dos procedimentos legais e responsabilidade do roubo; Que apure a responsabilidade da avaria no veículo para posterior conserto e manutenção; Que a documentação financeira gerada pela Biblioteca seja enviada à Tesouraria semanalmente; que passe a receber somente as GRU's; e que os recibos de vendas sejam manuseados somente por servidor; Que haja realidade entre o programado e o realizado no SGPA; que haja lançamentos corretos no SGPA. Que sejam tomadas providências em 60 (sessenta dias). Recomendações ainda não implementadas, sem comunicação com a auditoria interna.

f) Relatório de Auditoria nº 05/2012 - Acompanhamento diário junto ao Sistema de SCDP da Sede e das Unidades Descentralizadas para verificação do cumprimento à legislação, preenchimento correto, arquivos anexos, desde a solicitação até a prestação de contas; Análise dos pagamentos e prestações de contas e seus anexos; Orientação aos usuários do sistema; Reuniões com o Grupo Gestor para elaboração de normas e procedimentos, cobranças dos erros e equívocos cometidos pelos solicitantes; e com os Gestores Setoriais.

Recomendações: Prestações de contas em aberto em 2009: 04 (quatro); Prestações de contas em aberto em 2010: 24 (vinte e quatro); Prestações de contas em aberto em 2011: 46 (quarenta e seis); Prestações de contas em aberto em 2012: 55 (cinquenta e cinco); Que o solicitante ao cadastrar a PCDP siga corretamente a legislação vigente, incluindo normas interna; Que o proponente/ autoridade concedente proceda a análise das solicitações de acordo com a legislação ou devolva para atendimento as normas; O Grupo Gestor solicita da Administração Superior severidade quanto ao cumprimento da legislação e normas internas; A Auditoria Interna recomenda prazo para cumprimento em 30 dias.

Recomendações atendidas até janeiro de 2013: 2009 01 (uma); 2010 – nenhuma; 2011 – nenhuma; 2012 – 41 (quarenta e uma). Parcialmente implementada.

g) Parecer nº 02/2012 - Análise das formalidades nas Comissões de Tomadas de Contas Especiais – Portaria nº 121/2011 – Contrato firmado com a Empresa C P Comunicação do Brasil Ltda de acordo com as instruções da Controladoria-Geral da União/Secretaria Federal de Controle Interno/Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2556586/2011 de 23 de maio de 2011.

Recomendações: Cumprir as recomendações da Controladoria-Geral da União/Secretaria Federal de Controle Interno/Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2556586/2011 restitui o processo de TCE à Fundacentro e orienta as seguintes providências: Incluir no processo cópia do Contrato nº 016/2000, do Plano de Trabalho aprovado e da Nota de Lançamento correspondente à inscrição de responsabilidade dos agentes envolvidos no SIAFI; Informar o valor total das despesas ressarcidas pelo Ministério do Trabalho e

Emprego, a que evento (s) corresponde (m) e se foram devidamente aplicadas no objeto pactuado; Incluir parecer da área contábil da Fundação esclarecendo como se procedeu à comprovação de despesas realizadas com eventos sem a devida apresentação das notas fiscais – Implementadas;

Elaborar uma tabela contendo a descrição, os valores e as datas de realização e de pagamento de cada evento objeto do referido Contrato, identificando, ainda, quais os eventos não realizados e aqueles que não atenderam o objeto contratual e/ou os objetivos finalísticos da Entidade, de modo a se demonstrar objetivamente o valor do débito apurado na TCE – Segundo apuração não houve necessidade.

Justificar o acatamento das razões de defesa apresentadas pelos senhores Nilton B. Branco Freitas e Antônio R Lambertucci, tendo em vista que a alegação de que “os requerentes foram induzidos ao erro diante da falta de informação quanto à legalidade e eficiência da execução contratual” em razão da “demora da Controladoria-Geral da União para julgamento das contas relativas ao período de 2000 a 2002” é improcedente, uma vez que o assunto encontra-se regulamentado pela legislação vigente, em especial a Lei nº 8666/93 e que não cabe a essa Controladoria-Geral da União julgar as contas dos administradores públicos, função essa afeta ao Tribunal de Contas da União; Incluir, nos demonstrativos de débito às folhas 4340-4352 e 4353-4361 e no Relatório de Tomada de Contas Especial o nome do senhor Celso Eduardo Puppo, representante da Contratada, como responsável solidário pelos débitos apurados na TCE, ou justificar a não inclusão do seu nome na conclusão dos trabalhos do Tomador das Contas; e Emitir Relatório de Tomada de Contas Especial complementar se for o consignando os fatos novos ocorridos em observância às recomendações ante formuladas, bem como, havendo alteração do valor do débito, elaborar novos demonstrativos de débito e expedir novas notificações aos agentes responsáveis – Implementadas.

Recomendações da AI no Parecer: Que registre em “responsáveis diversos” e cadastro informativo – Cadin os responsáveis pelo dano ao erário, as pessoas físicas e jurídicas, e anexe a este processo as Notas de Lançamentos e comprovantes dos registros; Oficializar a Controladoria Geral da União/SP enviando o processo original da TCE para que aquele controle interno emita Certificado de Auditoria e envie para pronunciamento do ministro de estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma do art. 52 da Lei 8443/1992; Que depois de tomada todas as providências legais acima, que a presidência providencie cópia integral do processo de TCE e envie para arquivo junto a esta Auditoria Interna; Que o senhor Presidente cobre o cumprimento do item 3 da Folha de Despacho, folha 4383 do processo 264001.000663.2010, datado em 17.06.2011 que determina: Adotar procedimento de sindicância para dois servidores ou apresentem as justificativas para os vários desvios apontados pela Auditoria Interna e pelo despacho da CGU-PR supracitado.

Implementação das recomendações da auditoria interna: ainda não recebemos retorno do nosso Parecer, mas sabemos que a TCE está finalizada com ressarcimento ao erário dos valores apurados pela Comissão e encontra-se arquivada.

h) Pareceres nºs 02 e 04/2012 - Pregão Eletrônico nº 030/2012 – Modalidade Registro de Preço - Análise do cumprimento da SA/CGU/SP nº 20115457/002 de 14.12.2011, que ratifica as recomendações da Auditoria Interna dos Relatórios nºs 05 e 10/2011.

Recomendações:

Do Parecer nº 02/2012: Recomendamos a anulação desse Edital - Pregão Eletrônico nº 30/2012 para melhor capacitar o processo da aquisição dos serviços prestados, com o seguinte propósito: 1)Cumprir, no que couber nesse momento, a Solicitação de Auditoria nº 20115457/002 de 14.12.2011 emitida pela Controladoria-Geral da União/Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo para a Fundacentro; 2)Cumprir o Relatório de Auditoria nºs 005/2011 de 14.06.2011 no item de recomendação: 5.3, combinado com o item 1 acima; 3)Cumprir o art. 3º parágrafo 1ª da Lei nº 8666/93 e suas alterações, informado o valor máximo disponível para a contratação, combinado com os itens 1 e 2 acima; 4)Efetuar consultas junto ao mercado de fornecedores, também diferentes dos que habitualmente são os contratados, para a Fundacentro

conhecer valores possivelmente diferenciados, cabe lembrar que a nossa cidade, São Paulo, é rica nessa área do objeto de licitação, sem considerarmos o nosso país. 5) Por último, recomendamos ao Senhor Presidente que anule o Edital - Pregão nº 30/2012 e encaminhe à Procuradoria Federal para rever o processo e emitir novo Parecer e chancela junto ao Edital e Anexo e não apenas na “minuta”, daí então proceda nova licitação com dados na realidade da Fundacentro e dos concorrentes.

Parecer nº 04/2012: 1) Que a área solicitante pela contratação deve esclarecer/atender a solicitação feita pela PF, quanto à base utilizada para estimar os custos dos itens para que o Senhor Presidente possa homologar o pregão; 2) Anexar a Tabela oficial do Sindicato dos Trabalhadores dessa área de atuação, já que consta que os pagamentos são formatados em diárias, por semana, por filme e por roteiro, conforme a função das classes, então o solicitante da contratação do serviço no nosso entender deve ajustar os valores informados no termo de referência, folhas 232 frente e verso; 3) Que não estando os valores condizentes com o Sindicato de classe com o vencedor do Pregão, sugerimos outra Licitação para melhor adequar os valores para resguardar a Administração de futuros transtornos com auditorias interna e externas, assim, o pregoeiro terá uma base de valor para que não haja dúvidas em sobrepreço nos trabalhos a serem contratados.

Sobre o Parecer nº 02:

A Procuradoria Federal, Parecer nº 127, 08/2012, entende que são pertinentes as recomendações desta Auditoria, conforme Parecer, folhas 259 a 262, e solicita a DAF, que esclareça qual a base utilizada para estimar os custos dos itens folhas 232, referente ao Anexo I do termo de referência, anexos I, II e III. O processo tramitou pelas áreas responsáveis sem que a recomendação feita pela PF fosse esclarecida/atendida, conseqüentemente não implementada, porém com contrato assinado e vigente. Não foi Implementado.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	47	00	00
	Entregaram a DBR	47	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	04	00	00
	Entregaram a DBR	04	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos /Divisão de Administração de Pessoal

1.1.1.1 Análise Crítica

No exercício de 2012, todas as autoridades e servidores cumpriram a obrigação prevista na lei nº 8.429/92, regulamentada pela Lei nº 8.730/93 e pela IN nº 67/2011/TCU, preenchendo formulário de autorização de acesso eletrônico junto a Receita federal ou mesmo entregando a declaração de Imposto de Renda.

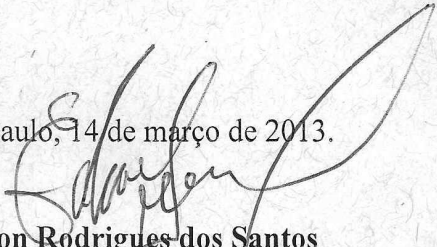
Cerca de 95% dos servidores optaram pela permissão do acesso eletrônico e o restante entregou cópia da declaração na forma impressa.

O conteúdo declarado é de exclusiva responsabilidade dos servidores, inexistindo na Fundacentro análise de possíveis incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

Tanto os formulários de autorização do acesso eletrônico quanto às declarações entregues na forma impressa foram guardados em arquivos físicos na SAP – Serviço de Administração de Pessoal.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV
10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, Edson Rodrigues dos Santos, CPF nº 052.511.618-40, Coordenador Administrativo, exercido na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. São Paulo, 14 de março de 2013.  Edson Rodrigues dos Santos CPF: 052.511.618-40 Coordenador Administrativo Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

O Serviço de Informática juntamente com o auxílio do Serviço de Contabilidade e Patrimônio acrescentou ao Sistema Interno de Patrimônio a ferramenta Depreciação. Essa ferramenta veio com o intuito de atender às Normas que regem sobre a matéria.

Para a implantação desta ferramenta foi utilizado a metodologia indicada na macrofunção do SIAFI 02.03.30. Nela, em seu item 27, indica um padrão a adotar para definir a vida útil da cada bem.

O sistema calcula automaticamente os valores de cada bem a ser depreciado no mês, para tanto é considerado a data de aquisição, o prazo de vida útil e o seu percentual aplicado para valor residual.

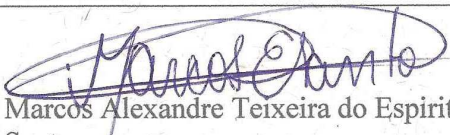
Ainda estamos em estudos para a implantação de uma ferramenta que possibilite a aplicabilidade da Avaliação e reavaliação dos bens móveis, para adoção de tal procedimento seria necessário à criação de uma comissão que teria como função básica determinar os índices, os percentuais e os períodos para registro nos sistemas.

Numa análise geral entendemos que hoje temos condição de informar a situação patrimonial da Fundacentro e, além disso, garantir que esta muito próxima da realidade.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho		264001	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Ressaltamos que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no Sistema SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	01.02.2013
Contador Responsável	 Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	CRC nº	CRC 1SP234677/O-7

11.2.2 DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

Não há informação para este item.

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não há informação para este item.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/ 1976

Não há informação para este item.

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Não há informação para este item.

11.6 PARECER DA AUDITORIA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PARECER Nº 01/2013 DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA FUNDACENTRO - EXERCÍCIO de 2012

Protocolo nº 2765/2013

1. A Unidade de Auditoria Interna da FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho, no cumprimento da atribuição estabelecida nos termos do parágrafo 6º, artigo 15 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304 de 16 de julho de 2002, e Instrução Normativa – TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa – TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012, examinou o Relatório de Gestão, conforme as normas de organização e de apresentação das peças que constituem o processo de contas do exercício de 2012 da FUNDACENTRO.

I - COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2. Examinando o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2012, verificamos que o mesmo encontra-se devidamente constituído com os elementos de que tratam seus incisos e artigos da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, bem como a Decisão Normativa – TCU nº 108/2010, a Decisão Normativa – TCU nº 119/2012, e a Portaria – TCU nº 123/2011 e representam de forma fidedigna as informações, com as devidas ressalvas contidas no Relatório de Auditoria nº 02/2013.

II - RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA, PELOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

3. Através dos acompanhamentos da Presidência da Fundacentro realizados durante o exercício em referência, verificamos que as recomendações/determinações expedidas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram parcialmente objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.



4. Quanto às recomendações expedidas pela Auditoria Interna na sua grande maioria não recebemos retorno da Administração, bem como da Presidência.
5. Nas áreas que foram objeto de auditorias realizadas no exercício de 2012, assim como naquelas em que houve acompanhamento em relação às diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, observou-se a continuidade de deficiências nos controles internos administrativos, decorrentes da não atualização de rotinas formalizadas e carência de atitudes proativas.

III - ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

6. Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos da entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de Auditoria e concluímos que os mesmos estão adequados dentro das determinações da Presidência, porém a estruturação da área administrativa tem condições de cumprir as necessidades finalísticas da Instituição e de aderência à legislação vigente, tornando-a relevante para evitar e corrigir impropriedades/irregularidades e imprescindível na minimização dos riscos.

CONCLUSÃO

7. Em nossa opinião a Prestação de Contas Anual da FUNDACENTRO, relativa ao exercício de 2012, está em condições de ser submetida à apreciação do Conselho Curador, Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, com o compromisso das adequações recomendadas no Relatório de Auditoria nº 02/2013 por ocasião da análise da Prestação de Conta Anual 2013, s.m.j.

São Paulo, 18 de abril de 2013.

Denise Neme Brisolla
Denise Neme Brisolla

Chefe da Auditoria Interna

11.7 PARECER DO CONSELHO CURADOR

PARECER SOBRE AS CONTAS DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – FUNDACENTRO

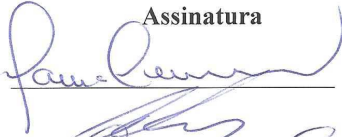
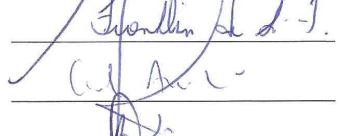
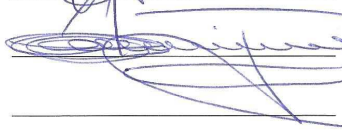
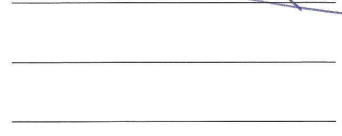
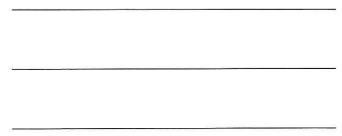
EXERCÍCIO DE 2012

O Conselho Curador da FUNDACENTRO, com base no Relatório de Gestão do exercício de 2012 e no Parecer nº 001/2013 da Auditoria Interna – AI, recomenda a aprovação das Contas da Entidade do exercício em referência.

Outrossim, recomendam que os apontamentos da Auditoria sejam sanados no exercício de 2013.

É o nosso parecer.

Brasília, 22 de abril de 2013.

Nome do Conselheiro	Assinatura
Marcelo Augusto de Paula	
Rogério Silveira Silva	
Franklin de S. Ferreira	
Carlos Augusto Vaz de Souza	
Manoel Alexandre Loureiro dos Santos	
Fernando Roberto R. R. Neto	
Clovis Vitor de Oliveira Neto	
NICOLINO EUGÊNIO DA SILVA JÚNIOR	

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Texto da DN

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.